

MONITOR DE MÍDIA

JORNALISMO: a tela, a lousa e a quadra

www.univali.br/monitor

Apresentação

Ciência, tecnologia, educação e esportes. Este e-book do MONITOR DE MÍDIA reúne textos que tratam dessas temáticas, publicados em nosso site de 2001 a 2007, nas seções “Ciência”, “Tecnomídia”, “Educação” e “Fair Play”.

Para além de juntar artigos tão contíguos e ao mesmo tempo díspares, este volume registra parte da produção deste observatório de imprensa na reflexão sobre manifestações humanas tão importantes. A escolha do lançamento dos artigos reunidos em livro eletrônico atende ainda a outros propósitos: oferecer um produto editorial mais bem acabado aos nossos leitores, sistematizar os materiais elaborados nos últimos anos e compartilhar conteúdos.

Aliás, no território contemporâneo da internet, a motivação do compartilhamento de saberes, de produtos e materiais vem contagiando cada vez mais produtores de conteúdo. Isso tem provocado uma expansão importante dos limites do conhecimento. Até porque saber é algo que se pode compartilhar, dividir, sem medo de perda. Quem sabe, repassa e não fica sem o seu conhecimento. Esta lógica “contamina” a todos os que se dedicam à educação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico. No caso do MONITOR DE MÍDIA, não poderia ser diferente. Seguimos acreditando que dividir é multiplicar.

Ler a mídia é ler o mundo.

Rogério Christofeletti
Professor responsável pelo MONITOR DE MÍDIA

Expediente

O MONITOR DE MÍDIA é um grupo de pesquisa do curso de Comunicação Social –Jornalismo da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Desde agosto de 2001, o grupo produz nas dependências do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Comunicação, Turismo e Lazer o material para o website:
<http://www.univali.br/monitor>

Professores pesquisadores

Laura Seligman
Rogério Christofoletti
Sandro Galarça
Valquíria John
Robson Souza

Alunos pesquisadores

Camila Guerra
Joel Minusculi
Karis Regina Brunetto Cozer
Roberta Watzko
Stephani Luana Loppnow
Taiana Steffen Eberle

Técnico de Apoio - Bolsista do CNPq
Gabriela Azevedo Forlin

Professor responsável
Rogério Christofoletti

Coordenadora do Curso de Jornalismo
Jane Janete Cardozo da Silveira

Diretor do Ceciesacom
Carlos Alberto Tomelin

JORNALISMO: A TELA, A LOUSA E A QUADRA é um produto para consulta e pesquisa científica, sem fins comerciais, produzido pelo grupo de pesquisa MONITOR DE MÍDIA.

Projeto Gráfico e Capa
Joel Minusculi

Diagramação
Gabriela Azevedo Forlin
Felipe da Costa
Joel Minusculi

Edição e Revisão
Equipe Monitor de Mídia

Contatos:
Rua Uruguai, 458
Bloco 12 - sala 205
Univali - Itajaí (SC)
CEP: 88302-202
Telefone: (47) 3341-7888
Email: monitordemidia@yahoo.com.br
Website: <http://www.univali.br/monitor>

Apoio:

UNIVALI
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

Licença de Uso


Sumário

CIÊNCIA -----	[p. 06]
Superficialidade pautou cobertura da MP dos transgênicos -----	[p. 07]
Quem tem medo dos homens de branco? -----	[p. 09]
Alzheimeir: antes o certo, depois o ainda duvidoso -----	[p. 11]
Barriga no Natal, só de Papai Noel -----	[p. 13]
A Ciência não está na moda -----	[p. 15]
Ciência nas bancas -----	[p. 17]
Nada de comemoração -----	[p. 18]
A lição de Terry e o Mal de Chagas -----	[p. 20]
Os reinventores da tradição -----	[p. 22]
Tecnologia mercantilizada -----	[p. 24]
O espetáculo da saúde -----	[p. 26]
De cientista e de louco... -----	[p. 27]
Sem sincronia -----	[p. 28]
Não crie seus filhos no Líbano ... nem no Brasil -----	[p. 29]
E o Dia do Meio Ambiente, hein? -----	[p. 31]
Mídia e Religião: um diálogo a ser construído -----	[p. 33]
Sinais positivos na pesquisa em jornalismo -----	[p. 35]
Notas do Brazil Conference -----	[p. 37]
Arenas do conhecimento -----	[p. 39]
 EDUCAÇÃO -----	[p. 41]
Para especialistas, mídia ajuda a “ver” a violência -----	[p. 42]
Uma pequena revisão da obra de McLuhan -----	[p. 44]
À cata de erros: relato de pesquisa -----	[p. 45]
Paradoxo geográfico -----	[p. 48]
Paradoxo da Educação -----	[p. 50]
Um reflexo da sociedade -----	[p. 51]
O canudo é só o começo -----	[p. 53]
Afinal, o que é popular? -----	[p. 55]
Firmando os passos para a pesquisa -----	[p. 58]
Renoi avança e consolida experiências de observação -----	[p. 60]
Pesquisar é preciso -----	[p. 64]
Educação, Comunicação e Cultura: diálogos necessários -----	[p. 66]
Mídia, educação e juventude -----	[p. 68]
Estado x Comunicação -----	[p. 71]
A heterogeneidade da ANPED -----	[p. 72]
Os jornais educação no ciberespaço? -----	[p. 74]
Um balanço do Jornalismo no Enade 2006 -----	[p. 76]

FAIR PLAY -----	[p. 78]
Bola fora, bola dentro -----	[p. 79]
Desliguem os aparelhos -----	[p. 81]
O critério da proximidade: uma discussão sobre o local e o global na imprensa catarinense -----	[p. 82]
Pátria sem chuteiras -----	[p. 84]
Diário acerta o pé; Santa chuta a grama -----	[p. 86]
Amor à pátria -----	[p. 88]
Planeta bola: planeta da diversidade -----	[p. 90]
Craques de porcelana -----	[p. 92]
Cada um tem o Benckenbauer que merece -----	[p. 93]
A América em vermelho e branco -----	[p. 94]
Pela ilogicidade do futebol... o TETRA é nosso! -----	[p. 95]
No digital, rapidez VS qualidade -----	[p. 96]
Torcedores rubro-negros pedem que Obina não faça gol -----	[p. 98]
Futebol e a luta pela eqüidade de gênero -----	[p. 99]
Uma aventura em La Bombonera -----	[p. 101]
Táticas de uma pesquisa esportiva -----	[p. 103]
Seleção brasileira e identidade nacional -----	[p. 104]
Espetáculo sem platéia -----	[p. 106]
TECNOMÍDIA -----	[p. 108]
Blogosfera: o estado da coisa -----	[p. 109]
Crise de identidade -----	[p. 111]
O novo canivete suíço -----	[p. 113]
Metamorfose binária -----	[p. 115]
É só clicar no play -----	[p. 117]
Qual é a melhor versão da vida? -----	[p. 119]
De post em post a blogosfera ganha espaço -----	[p. 121]
Para entrar e não cair na rede -----	[p. 123]
Evolução de telespectador para usuário -----	[p. 126]

CIÊNCIA

Reunião dos artigos sobre jornalismo científico

Superficialidade pautou cobertura da MP dos transgênicos

Laura Seligman em 16/10/2005

O noticiário brasileiro acompanha nos últimos dias um dilema que parece improvável. Devemos autorizar (através de nossos representantes no Congresso, é claro) a comercialização de soja transgênica? O Executivo tem o direito de permitir a produção de alimento transgênico por Medidas Provisórias? A dúvida é improvável pelo simples fato do total desconhecimento sobre o que vem a ser alimento transgênico. E a ignorância (no sentido de desconhecimento, longe de qualquer pejo) se configura como uma pandemia, atingindo, inclusive, jornalistas de uma forma geral.

O mal não se restringe a essa cobertura. Como disse Clóvis Rossi, jornalista não pode ser um “especialista em generalidades”. Nos veículos diários, a cobertura científica é feita pelo mesmo cidadão que vai cobrir, num dia só, a pauta do buraco na rua, a fila no posto de saúde, a coletiva do secretário da Segurança Pública.

Segundo o site AMBIENTE BRASIL, transgênicos “resultam de experimentos de engenharia genética nos quais o material genético é movido de um organismo a outro, visando a obtenção de características específicas. Em programas tradicionais de cruzamentos, espécies diferentes não se cruzam entre si. Com essas técnicas transgênicas, materiais gênicos de espécies divergentes podem ser incorporados por uma outra espécie de modo eficaz”. Portanto, o uso como sinônimos dos termos transgênicos e organismos geneticamente modificados nem sempre é verdadeiro.

Essa definição pouco interessou durante a cobertura, inclusive a catarinense, que acompanhou os momentos de indecisão, afirmações e desmentidos, até a decisão no final da noite do dia 14, quinta-feira, pela reedição da Medida Provisória que autoriza o plantio e a comercialização da soja transgênica. O grande destaque, pelo palco onde a decisão se desenvolveu, foi o fato político, principalmente a disputa entre ministros (do Meio Ambiente e da Agricultura). Pontuando a cobertura política, o fato econômico: os agricultores gaúchos teriam grandes dificuldades financeiras se fossem impedidos de plantar suas sementes transgênicas e condenados a destruir todo o estoque.

O jornal gaúcho Zero Hora, por exemplo, com público diretamente interessado na possibilidade de liberação da soja transgênica (é lá que estão a Monsanto, multinacional da biotecnologia que produziu as sementes em questão, e os agricultores que plantaram na ilegalidade e esperam a caneta da salvação), citou, no dia 14 de outubro, na sua versão on-line, em três oportunidades a palavra “transgênicos”.

A primeira citação veio no comentário político de Brasília, de Ana Amélia Lemos, com afirmações de deputados garantindo o bem-estar dos agricultores. A segunda vez, numa frase enigmática que encerra a coluna de informação geral Informe Especial, questionando: “a medida provisória sai este ano”? Ora, se o jornalista não sabe, a quem devem recorrer os pobres mortais leitores? E na terceira e surreal citação, a ministra Marina

Silva é apresentada em meio “à turbulência” da liberação dos transgênicos na coluna RS Vip, para noticiar sua ida a uma homenagem, em Porto Alegre, ao ambientalista José Lutzenberger.

Nos jornais catarinenses, a tendência foi a mesma, com o atenuante de não sofrermos com a mesma intensidade o problema do plantio da soja transgênica. Quanto à comercialização, já é diferente pois temos grandes indústrias beneficiadoras de soja, inclusive multinacionais, instaladas no Estado e gerando empregos. Diário Catarinense e A Notícia, os principais veículos impressos de abrangência estadual, pouco ofertaram ao leitor além da visão política e econômica do fato. A liberação da MP figurou nas versões on-line do dia 15. Para as versões impressas, o fato foi tardio para o dead line.

A função primordial que o jornalismo ambiental tem além das outras especialidades da imprensa, que é educar e formar, além de informar, fica um pouco de lado quando falta especialização aos jornalistas e tempo para ela. Questionamentos importantes e que muitos leitores ainda devem estar fazendo, foram ignorados. Por que essa polêmica? Qual o mal que um alimento transgênico pode fazer ao ser humano? Qual a diferença entre essa soja “monstruosa” e outros alimentos que compramos diariamente no supermercado e foram geneticamente modificados? O fato científico ficou de fora da cobertura. O leitor continuará sem saber se é contra ou a favor, mas sempre comprando e comentando alimento transgênico sem nem mesmo saber disso. A cobertura foi superficial neste ponto.

Teoricamente, já abandonamos a fase doutrinária do jornalismo de ciência, quando repetíamos maravilhados o que, num ato de generosidade, nos relatava a comunidade científica. Estaríamos em uma fase cética, questionadora, nos tornando mais do que meros intérpretes. Na prática, retrocedemos.

Quem tem medo dos homens de branco?

Laura Seligman em 29/10/2005

O apelo pela vida, na maioria das vezes irrefutável, foi pauta e capa de duas importantes revistas simultaneamente na semana de 17 a 23 de outubro. Época (Editora Globo) e IstoÉ (Editora Três) comemoravam “a vida em ação”. Ora, quem poderia ser contra a oportunidade de uma vida melhor ou da sobrevivência a quem padece de alguma doença mortal ou que deixa seqüelas? Ninguém, claro, ainda mais quando o argumento vem revestido de fontes acima de qualquer suspeita. Elas existem?

Para algumas publicações, muitas vezes de forma impensada, são os cientistas ou a simples menção da palavra ciência, as justificativas cabais para que não se possa questionar a procedência da informação. Cientistas são inteligentes, eles sabem o que fazem, estudam para isso – argumento de sobra. A reportagem de Época chega a colocar grupos em sentidos opostos: religiosos são contra, cientistas a favor desta nova chance de viver com qualidade. Na capa da edição, Herbert Vianna em cadeira de rodas serve como personagem de uma campanha pela liberação dos estudos e tratamentos. Christopher Reeve, o super-homem do cinema, morreu antes que a terapia a que se submetia pudesse surtir efeito.

Na verdade, nem a comunidade científica e muito menos os grupos religiosos conseguiram formar uma unidade contra ou a favor das pesquisas com células-tronco de seres humanos. Movimentos que incluem cientistas na Europa (Alemanha e Espanha) consideram a possibili-

dade de continuar seu trabalho usando células de outra procedência. Temem a produção de fetos com fins exclusivos de pesquisa: cobaias humanas. Da mesma forma, grupos religiosos reconhecem a necessidade de usar a tecnologia a serviço da vida, mesmo que com restrições. O Vaticano, porém, se mantém inflexível. Neste quesito, IstoÉ saiu na frente e retratou as divergências dos grupos em box.

Em meio à polêmica, as células-tronco ganham notoriedade na mídia como se fizessem parte do vocabulário médio nacional. Segundo a geneticista Mayana Zatz, coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano da USP, em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, célula-tronco “é um tipo de célula que pode se diferenciar e constituir diferentes tecidos no organismo. Esta é uma capacidade especial, porque as demais células geralmente só podem fazer parte de um tecido específico (por exemplo: células da pele só podem constituir a pele)”. Se não há consenso entre cientistas ou religiosos, qual o motivo que levou dois veículos brasileiros a estampar promessas que ainda não vêm acompanhadas de garantias? Talvez, mais uma vez, o interesse econômico tenha prevalecido, mas não apenas no sensacionalismo da abordagem para que a capa se tornasse um chamariz – ciência tratada como mercadoria barata. Há muito mais interesses envolvidos na polêmica das pesquisas com células-tronco humanas do que uma simples edição de revista. O interesse de grupos de cientistas em garantir a

continuidade dos financiamentos de suas pesquisas, laboratórios internacionais de olho nos direitos de produção de novos medicamentos ou outros que ainda nem podemos imaginar. Nada disso invalida a maravilhosa redescoberta da vida para quem já não pode andar, para outros que dependem de injeções diárias para viver, para quem tem dia certo para morrer. Mas nada disso, também, justifica que jornalistas engulam argumentos sem questioná-los e, por consequência, enfiem no leitor, goela abaixo, a idéia de que uma simples promessa é uma verdade. A comunidade científica, e ainda mais na área da medicina, forma uma corporação unida, difícil de penetrar. Mas essa é tarefa dos jornalistas que escrevem sobre ciência. Não podem temer os homens de branco.

Alzheimer: antes o certo, depois o ainda duvidoso

Laura Seligman em 16/11/2005

Enquanto se arrasta a novela internacional sobre a possível liberação de pesquisas com células-tronco e as possibilidades de cura de algumas doenças ainda são uma promessa, a esperança se renova a cada aceno da mídia com pesquisas de toda a natureza. Respeitando-se as características experimentais destas, talvez o jornalismo prestasse melhor serviço ao divulgar tratamentos de acesso mais fácil e de resultados mais eficazes. É como se contar antes com o certo. Mais tarde, com mais tranquilidade, se pensa no que ainda se apresenta como duvidoso. Um bom exemplo são os tratamentos sintomáticos contra o avanço do mal de Alzheimer.

Falo da febre de divulgação científica. Se os cientistas de New Castle, na Inglaterra, desconfiam dos efeitos benéficos do chá verde em relação aos avanços da doença, a BBC (e a Folha de S.Paulo, por reprodução) anuncia esta possibilidade e, eticamente, ressalta que não se trata de cura. Assim, experimentos sortidos são levados a público a todo momento. É bom levar esperança a quem necessita. Melhor ainda, levar informação procedente e útil.

Na edição de 3 de novembro, a revista *Carta Capital* presta esse serviço com louvor. No Especial Saúde, em três páginas, a publicação traz entrevista com o professor especialista da Faculdade de Medicina da USP, Ricardo Nitrini. Ao final da matéria, sabemos os sintomas, a incidência em cada faixa etária, prováveis agravantes ou atenuantes, onde e como procurar tratamento. Serviço completo, mas fica uma deficiência a ser suprida.

Conforme o doutor Nitrini afirma, quanto menor o nível econômico, maior a chance de incidência do Alzheimer. A *Carta Capital* é, por vocação, uma revista dirigida à elite, com linguagem e preço (R\$6,50 na capa) fora do alcance dessa porção da população. Melhor ainda seria prestar este mesmo serviço em um veículo que alcança quase toda população brasileira.

É o que faz na televisão a Rede Globo veiculando como serviço, nos intervalos comerciais, um vídeo institucional da Associação Brasileira de Alzheimer - ABRAZ, que fala sinteticamente os principais sintomas e a quem se pode recorrer. No filme, uma mulher idosa vai se separando do resto dos integrantes de uma fotografia de família - clara alusão à perda de memória dos pacientes de Alzheimer. Parece pouco para quem assiste inadvertidamente à programação. Para quem luta para divulgar a doença e suas formas de prevenção, aquele espaço de 30 segundos é muito caro - em todas as acepções da palavra, afinal uma inserção pode custar muitos milhares de reais.

Segundo a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT, 90% das residências no país contam com pelo menos um aparelho de TV. Os institutos verificadores de audiência ainda destacam, dentro de toda a programação, a telenovela como o mais popular produto da indústria cultural brasileira.

Por isso mesmo, tem maior valor ainda a inserção na mesma emissora de merchandising social (prática habitual nas telenovelas da empresa

e tema de monografia de conclusão do curso de Jornalismo da acadêmica Katia Stanke na UNIVALI: “Marketing Social na Telenovela da Rede Globo”) também atuando nesta campanha. A personagem de Gloria Menezes na novela “Senhora do Destino” começa a apresentar os primeiros sintomas da doença. Neste caso, uma inserção em meio ao enredo tem o seu preço multiplicado na mesma medida de seu efeito.

E essa multiplicação se atesta em qualquer área que seja. Se Renato Aragão pede donativos na campanha Criança Esperança, todo o ano os números batem recordes. Se Angelina Jolie sai de Hollywood para pedir pelos miseráveis do Sudão, as doações de alimentos, medicamentos e dinheiro chegam de todos as partes do mundo (Diário Catarinense, 14/11/2004).

Se esta é a ordem natural do desenvolvimento humano - nos espelhamos em modelos e assim traçamos nossa conduta -, bem faz a mídia que colabora desta forma para esclarecimento público e para a verdadeira transformação social a que se propõe o jornalismo. Um serviço que apresenta o que o cidadão já tem como certo, fruto da pesquisa científica. Afinal de contas, a ciência sempre esteve (ou deveria estar) a serviço da sociedade.

Barriga no Natal, só de Papai Noel

Laura Seligman em 30/11/2005

Está certo, é chegada a época das festas de dezembro e aquele espírito contemplativo e filosófico começa a tomar conta de todos. Muitos versos, músicas pregando o amor universal, mas sempre parece que esse sentimento se mostra de fachada quando vamos a fundo em seu significado.

Amor tem significados diversos. Para o poeta Ovídio, que viveu na Itália décadas antes de nascer Cristo, o amor é erótico. Numa época em que o amor tinha explicações científicas, considerado apenas uma garantia de procriação, evitando a extinção das espécies, Ovídio falou do amor como uma arte.

Outros autores, menos românticos mas não menos ousados, falaram do coração. Blaise Pascal, em pleno século XVII, a era das revoluções científicas, dedicou-se ao misticismo e à alma humana após contribuir com estudos importantes na Física, como a hidrostática. Sua contribuição em relação à mecânica dos fluidos é fundamental. Pascal disse, entre outros pensamentos menos famosos, que “o coração tem razões que a própria razão desconhece”. Mas disse, também: “Posso conceber um homem sem mãos, pés, cabeça (pois só a experiência nos ensina que a cabeça é mais necessária do que os pés); mas não posso conceber o homem sem pensamento: seria uma pedra ou um animal”.

Poderia falar do amor que pregam as religiões, todas elas. O amor a Deus, ao próximo, mas não é disso que trata este artigo. Para chegar mais

perto do planejado, é melhor falar do amor que é relatado por Humberto Maturana. Ele explica que o aprendizado está relacionado com a emoção despertada pelo sentimento de afetividade com o outro.

Talvez o que esteja ausente seja esse amor ao próximo e ao que se faz, pelo menos de forma consciente, no dia-a-dia jornalístico. Porque os profissionais que estão no mercado têm formação adequada e inteligência suficiente para exercer suas funções. Se não as tivessem, não estariam onde estão. Parece que ausente está mesmo a consciência dos atos, privilegiando o automatismo das tarefas, tudo em nome de uma velocidade que é imposta pelos próprios veículos, não pelo leitor, telespectador ou ouvinte.

Exemplo disso, e um dos graves, aconteceu no telejornal Bom Dia Santa Catarina, veiculado pela RBS TV para todo Estado de segunda a sexta-feira, das 6h15min às 6h45min. A pauta do jornal, costumeiramente, não prima pelos assuntos mais urgentes. Muito menos a visão científica dos fatos freqüenta habitualmente o Bom Dia SC. Pelo contrário, assuntos como terapia das cores, dietas do tipo sangüíneo e outras notícias ainda menos ortodoxas, são costumeiras neste telejornal. Mas barriga do tamanho da que o Bom Dia deu há poucas semanas, nesta época é exclusividade do Papai Noel.

Na sexta-feira, dia 19 de novembro, o Bom Dia divulgou uma lista de medicamentos proibidos pelo Ministério da Saúde. Muito louvável,

um grande serviço à comunidade, não fosse a lista apenas um hoax mail, ou seja, correspondência falsa. Isto mesmo, o Bom Dia SC publicou uma notícia falsa que chegou à redação por e-mail e não foi conferida.

As conseqüências desse ato, espera-se impensado, são óbvias, mas nunca é demais relatar. Pânico comprovado nas ligações e aglomeração na sede da Vigilância Sanitária, em Florianópolis; pacientes deixando de tomar seu remédio por falsa informação; laboratórios e farmácias prejudicados; e o que mais se possa calcular ou comprovar.

O Bom Dia SC, avisado do problema, na segunda-feira veiculou o desmentido. Na terça-feira, dia 23 de novembro, entrevistou especialistas em segurança na área da informática para denunciar como “acidentes” como esse podem ocorrer. Na primeira atitude, a obrigação da imprensa: retratar-se quando erra. Na segunda atitude, um acidente. Não há falha na máquina tampouco no sistema projetado. A falha, neste caso, é nos procedimentos humanos. Os princípios mais básicos do bom jornalismo foram desconsiderados. A veracidade da notícia, a qualidade e confiabilidade das fontes, a preocupação com as conseqüências do fato noticiado, nada disso foi levado em conta.

Alguns poderiam dizer que este é o retrato de uma sociedade individualizada, que desaprendeu a questionar e a contestar, que esqueceu a consciência de grupo que é em nome de valores tão pequenos e efêmeros. Prefiro retirar essa responsabilidade da grande maioria dos jornalistas e não conferir esses atributos à classe.

Pecou o Bom Dia SC de forma isolada, atuando de forma amadora em âmbito profissional. Perdem os jornalistas pela pecha de irresponsáveis que carregam a cada fato semelhante a este. Mas,

principalmente, perde a comunidade catarinense com o jornalismo autômato, seja do Bom Dia SC ou de qualquer outro veículo de informação. Talvez seja realmente esse o sentimento mais ausente na prática do jornalismo: amor ao que se faz e ao próximo. Aquele que não precisa de definições de Ovídio, Pascal, Maturana, da Bíblia ou de quem quer que seja. Aquele que simplesmente se sente, proporciona prazer e felicidade. Mas se necessário for, o Dicionário Aurélio está sempre à mão e avisa: amor é o “sentimento que predispõe alguém a desejar o bem de outrem; sentimento de dedicação absoluta de um ser a outro, ou a uma coisa”. Feliz Natal e um ótimo ano novo. Com muito amor.

Para ler nas férias:

De máquinas e seres vivos - autopoiese, a organização do vivo, de Humberto Maturana Romesín & Francisco J. Varela Garcia. Editora Artes Médicas

Pensamentos, de Blaise Pascal. Ediouro

A arte de amar, de Ovídio. Martin Claret

Jornalismo em tempo real - o fetiche da velocidade, de Sylvia Moretzsohn. Ed. Revan

A Ciência não está na moda

Laura Seligman em 14/02/2005

Que papel pode a imprensa que escreve sobre ciência desempenhar quando pretende promover o desenvolvimento do país nesta área? Pelo menos um deles ficou claro neste verão brasileiro, quando mais uma vez, batalhões de jovens se submeteram a exames vestibulares pretendendo uma vaga em universidades - a escolha pelos cursos não ofereceu um futuro promissor às disciplinas científicas.

Em alguns casos, um menino de 17 anos disputava uma vaga com até 150 concorrentes, como no caso dos cursos de Publicidade e Propaganda e Ciências da Computação na USP. Em Santa Catarina, os campeões da disputa foram os cursos de Medicina (55 por vaga), o novo curso de Cinema (24 por vaga) e Jornalismo (20 por vaga), todos na Universidade Federal. Nas particulares, o índice é logicamente menor pelo custo dos estudos. Na Federal, muitas vezes mesmo sem preparo, a inscrição é feita como uma loteria.

Mas por que será que essa loteria não inclui Física, Química ou Matemática, que tiveram uma média de quatro candidatos por vaga na Federal catarinense? Será falta de vocação ou puro mercantilismo?

Em primeiro lugar, é preciso lembrar o conceito moderno de vocação, descrito por Max Weber em "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo". Assim como no alemão Beruf e no inglês Calling, está implícita uma conotação religiosa à palavra vocação. Antes disso, nas línguas antigas, só o hebraico traz conceito parecido, mas

atribuído a tarefas, obras a serem executadas. Foi a Igreja Católica que colocou a vocação como o cumprimento de suas obrigações impostas por desígnios divinos. Lutero, em sua Reforma, adapta este conceito, concebendo as tarefas humanas como coisas da carne, embora fruto da vontade de Deus.

Talvez toda essa teoria e mais outras tantas de cunho científico, determinando predisposições genéticas a desempenhar uma ou outra função ou psicológicas com seus intermináveis testes, sejam deixadas de lado na hora de preencher a ficha de inscrição no exame vestibular. Afinal de contas, não consta que Santa Catarina precise de 5576 novos médicos, 1200 jornalistas ou mais 740 cineastas (número de inscritos na UFSC). Não, não pode ser iluminação divina.

A versão de puro mercantilismo também fica pouco provável com os últimos números que se apresentam. Pense bem, 150 candidatos ao curso de Publicidade e Propaganda matutino e outros 100 ao curso noturno na USP; 740 ao curso de Cinema da UFSC - não, a maioria deles não será parte integrante da ínfima porcentagem de milionários brasileiros.

Restam poucas alternativas para explicar o fenômeno que leva a um índice tão baixo de candidatos por vaga em cursos formadores de cientistas ou de professores de ciências, estes últimos com índice ainda menos e com cursos de Licenciatura fechando a cada ano.

Prefiro ficar com a que vê a grande massa de estudantes um tanto perdida, com poucas perspectivas, vagando sem saber exatamente para onde. Frutos de um ensino pouco formador e da ainda pouca idade, copiam modelos que a indústria cultural lhes enfiou goela abaixo - modelos como Gisele Bündchen, jornalistas fashion como Zeca Camargo, cineastas engajados como Jorge Furtado. Nesta mesma indústria cultural, cientistas são aloprados, seres esquisitos, gênios do mal. É certo, ser cientista ainda não está na moda.

Ciência nas bancas

Laura Seligman em 28/02/2005

O Jornalismo Científico é área em expansão no Brasil e ninguém mais duvida. É fácil comprovar essa informação, mesmo sem a necessidade de qualquer método científico (se me perdoam o trocadilho). Revistas populares criticadas pelos mais ortodoxos, publicações de renomadas instituições de pesquisa, edições especiais pra comprar, ler e colecionar. Tem de tudo sobre Ciência ali na banca da esquina. É só saber escolher.

Um leitor ainda não iniciado, que pretende despertar um interesse ainda adormecido sobre fatos científicos, pode começar com a área mais popular das publicações científicas. A mais antiga e tradicional é a Superinteressante, da Editora Abril. Com modificações substanciais nestes últimos anos, a revista subdividiu-se em outras especializadas: Mundo Estranho, para jovens; Revista das Religiões - o mundo da fé; e Aventuras na História - para viajar no tempo. A Super também iniciou a moda de diversificação dos seus produtos: agendas, DVDs, CD-ROM, livros e edições especiais são ouro para os amantes da ciência no seu sentido mais literal - amadores, não profissionais da ciência em busca de divulgação científica.

Outras editoras seguiram esse caminho e incrementaram suas publicações. A antiga Globo Ciência, da Editora Globo, há alguns anos virou Galileu, com direito a produtos associados. Não se pode esquecer, também, da Globo Rural, uma das poucas revistas de sua área com abrangência nacional.

Mas, se você já não se satisfaz com a Ciênc-

cia para iniciantes, procure bem e vai encontrar a Scientific American Brasil, edição brasileira da mais tradicional revista de divulgação científica, como os próprios editores anunciam. Com textos ainda bem jornalísticos, a publicação traz maior cuidado em relação ao conteúdo científico. A revista tem uma versão eletrônica também muito interessante, com lista de links de outras publicações e sites científicos. Para ler e colecionar, a Duetto Editorial colocou nas bancas a série Gênios da Ciência, cada número sobre um grande cientista da história - já estão disponíveis DaVinci e Newton a R\$ 11,90 cada.

Nesta linha, chega às bancas a revista Pesquisa, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp. Astrofísica, Biologia, Genocronologia, tem variedade científica para todos nesta publicação, que antes só circulava no meio acadêmico.

Para qualquer idade ou preferência, o jornalismo quer saciar aquela curiosidade científica que nunca nos abandona. É só experimentar.

Nada de comemoração

Laura Seligman em 14/03/2005

Demorou, mas ainda vai demorar muito mais. O substitutivo de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB - PB), que modificou o projeto de lei do Executivo sobre questões de Biossegurança, vai ficar esfriando até o final do ano, como prevêem especialistas na pauta do Congresso. Essa e outras tantas limitações não deixaram que houvesse comemoração de quem espera por novidades científicas com um prazo que pesa sobre sua própria saúde.

Vamos recapitular essa história para entender onde chegamos. O projeto de lei sobre Biossegurança que partiu do Executivo era, na prática, um retrocesso. Cedendo mais uma vez à pressão de religiosos, o Governo Federal autorizava a pesquisa com células-tronco, mas proibia o uso de células embrionárias. Seria assim como dizer que alguém pode ir à chuva, mas não pode se molhar. Ou seja, nada! Tudo continuava engessado. O substitutivo do senador paraibano avança: permite o uso de embriões que estejam armazenados há pelo menos três anos. É pouco, mas é mais do que nada.

As células-tronco são tão importantes porque têm a capacidade de se transformar em células de qualquer parte do corpo. É repetir o milagre da reprodução e da regeneração que acontece no início da vida. Pode ser a salvação quase milagrosa (se não fosse científica) para doentes de males que precisam dessa regeneração, como o Parkinson, Alzheimer, Diabetes e doenças musculares degenerativas. Mas, infelizmente, para muitos setores da sociedade, os geneticistas e especialistas na me-

dicina regenerativa são cientistas loucos querendo criar um exército do mal, ou coisa assim.

Em outros países, o debate se estende há muitos anos e a sociedade continua dividida. Uns avançaram. Outros, como os Estados Unidos, estão na mesma situação, ou ainda pior: têm armazenado, segundo a Sociedade de Tecnologia de Reprodução Assistida em reportagem da France Presse, algo calculado em 400 mil embriões humanos congelados, mas não podem usá-los em pesquisa, tampouco destruí-los sob pena de incorrer em crime de aborto.

Mas, se a ciência atesta que as pesquisas neste campo podem salvar tantas vidas, o que acontece para que os representantes da sociedade se dividam na sua aprovação? No Brasil acontece uma situação ainda mais problemática do que em outros países. A mesma lei que aprova o uso de células-tronco, versa ainda sobre a produção e comercialização de alimentos transgênicos. A pressão, neste caso, não diminui de intensidade mas muda o fluxo: ambientalistas contra e grandes produtores agrícolas aliados às empresas produtoras de sementes transgênicas (sim, a Monsanto) na torcida a favor. Outros países continuam em debate sobre mais este tema, mas para não parar a economia, liberaram a produção e comercialização de alimentos com componentes transgênicos desde que a embalagem alerte para tal fato.

O que o Brasil pensa a respeito dessas inovações? Provavelmente não saberemos tão cedo. A previsão inicial de que o projeto de Biosseguran-

ça não seja aprovado antes de novembro, ganhará um elemento que vai colaborar ainda mais com o seu retardo. Depois de novembro, vem o recesso parlamentar e depois dele, o ano de 2006 - eleições para Presidente da República, senadores, governadores, deputados federais e estaduais. Pelo menos que o atraso represente maior consciência da população na escolha de seus representantes.

A lição de Terry e o Mal de Chagas

Laura Seligman em 29/03/2005

Há quem reúna em uma só, todas as justificativas para o desenvolvimento científico e tecnológico na história da humanidade: o desejo do homem de se perpetuar sobre a Terra. Já vencemos adversários poderosos - tigres, leões, o fogo, o trovão, e tantos mistérios que a ciência se encarregou de estudar e explicar. Alguns inimigos quase invisíveis continuam a nos atormentar, apesar de tanto conhecimento somado. E não falo dos vírus e bactérias que ainda matam as vítimas da pobreza, da ignorância, da fatalidade ou da falta de saneamento. Os casos catarinenses do Mal de Chagas seriam mais do que um bom exemplo – falaremos deles mais adiante. Agora, o assunto é outro fator que não é consequência da falta de desenvolvimento, mas do uso indiscriminado desse.

A vida de Terry Schiavo, mulher norte-americana em estado vegetativo há 15 anos, tornou-se mais um debate político-religioso. A eutanásia volta a uma batalha de opiniões controversas - ato de amor, assassinato, um direito individual. Não é sobre essa polêmica que gostaria que nos debruçássemos, mas sobre o discurso que se molda a cada situação. Os pais de Terry lutaram pela manutenção da vida vegetativa de sua filha apoiados pelo governo de seu Estado, a Florida, e de seu país, os Estados Unidos. Perderam a batalha na justiça. Ambos, governador e presidente, têm em comum mais do que o sobrenome e os pais. Além de irmãos, são religiosos, membros da ultradireita cristã. Em seu discurso, o apelo religioso de que só Deus pode dar ou tirar a vida. Ignora-se, por um

lado, que naturalmente, Terry talvez já estivesse morta há 15 anos. Por outro, ciência e tecnologia não seriam, também, obras guiadas por Deus?

A mesma pressão de origem religiosa retardou e alterou, aqui no Brasil, a votação da Lei de Biossegurança. Historicamente, o conhecimento foi encarado pelos mesmos religiosos como um adversário a se manter bem ao lado, de preferência trancado. A história já revisou esta atitude, mas por que continuamos a aceitá-la?

Bem, talvez os direitos individuais muitas vezes tenham que se sobrepor aos coletivos. Talvez Terry, inerte, seja mais do que uma vida vegetativa, mas uma mensagem a ser decifrada. Quem sabe devamos parar de aceitar o que nos despejam “goela abaixo” sem questionamento? Talvez seja a hora de refletir e iniciar o questionamento sobre o que nos é destinado - seja o conhecimento dito absoluto, sejam as imposições para a vida. Na falta de expressão pode estar a verdadeira lição de Terry Schiavo.

Suspeitas e prestação de serviço

A cobertura catarinense a respeito dos casos de Mal de Chagas registrados no Estado mostraram agilidade e correção na prestação de um serviço de saúde pública. Em cima dos fatos, os jornais, emissoras de televisão e de rádio divulgaram as orientações que eram repassadas pelas autoridades em vigilância sanitária.

É certo que houve algum titubeio, uma vez

que os sintomas da doença podem confundir (e o fizeram) o diagnóstico: Leptospirose, Hantavirose e a culpa nem era dos ratos desta vez. O acerto veio em duas semanas, tempo insuficiente para as cinco vítimas que não resistiram até que se descobrisse o verdadeiro mal. Descoberto, todos os demais pacientes receberam tratamento e a população recebeu orientação. Sintomas e tratamento divulgados resultaram nos seguintes números: mais de 12 mil pessoas fizeram o exame de sangue e 31 tiveram a contaminação confirmada, segundo divulgou a Agência Estado. O foco principal de contaminação, o Barracão da Penha, às margens da BR-101 entre os municípios de Navegantes e Penha, só foi confirmado na segunda-feira, dia 28.

Se a cobertura regional primou pelo bom serviço, o mesmo não aconteceu em nível nacional. No ano de 2004, por exemplo, mais de 770 mil turistas vieram a Balneário Camboriú, sendo que 72,85% chegaram de automóvel. Os dados da Santa Catarina Turismo S.A. (Santur) podem preocupar. O número de turistas que passaram pela rodovia e que podem ter levado a doença (que não é contagiosa, mas precisa ser tratada) para outros Estados e países, justifica a importância da pauta nacionalmente.

Mas, ao contrário do que se esperava, o Fantástico a registrou rapidamente como uma curiosa pauta regional. Os noticiários da semana fizeram o mesmo. Por incrível que pareça, o momento mais esclarecedor desta pauta no domingo dia 27 de março aconteceu no programa Domingo Legal, quando Gugu Liberato entrevistou uma pesquisadora do Mal de Chagas.

A rapidez na cobertura e a prestação de serviços, porém, não foi acompanhada de uma visão interpretativa dos fatos. O Mal de Chagas foi cau-

sado pela falta de higiene no armazenamento da cana-de-açúcar que virou caldo. Não se trata, portanto, de fatalidade, mas de falta de fiscalização. Essa deficiência já vitimou cinco pessoas e não se pode creditar essas perdas ao acaso. Alguém deve responder por elas, mas essa notícia, os jornais ainda não publicaram.

Os reinventores da tradição

Laura Seligman em 15/04/2005

Há quem diga que os espaços reservados à publicação de reportagens em Jornalismo Científico são esparsos. A defesa de cadernos especializados e editorias de ciência foi se dissipando com a realidade imposta pelos veículos. Não que o Jornalismo Científico não seja publicado, pelo contrário, só cresce em freqüência nos mais variados tipos de veículos em qualquer suporte. Está no Fantástico, no Domingo Legal do Gugu, no Mais Você de Ana Maria Braga, no Globo Repórter e no Domingo Espetacular da Record. Está no jornal de circulação nacional e também no boletim de bairro. Ganha em espaço, mas muitas vezes perde em qualidade. Repórteres sem especialização tendem ao erro. Programas que espetacularizam a notícia tendem ao bizarro.

Tanto espaço pode ser fruto do bom jornalismo desempenhado nesta área, mas também da curiosidade que já nasce com o homem. Essa pode ser uma boa explicação para os avanços científicos e também para a sustentação e incremento do Jornalismo Científico em todo o mundo. Mas há, entre todas suas modalidades, uma que está acima de qualquer teoria, argumentação contra ou em favor da setorização da ciência como matéria jornalística. A tradição garante no Brasil tudo o que se publica em Jornalismo Rural há pelo menos cem anos.

Como poderiam programas de televisão com público setorizado e com veiculação em horário tão diverso permanecerem por 20 ou 30 anos sem sofrer quedas ou ameaças? O Jornalismo Rural parece ter herdado a característica tradicional

de suas fontes e do meio que freqüenta. Acompanha a própria história da imprensa brasileira com cadernos nos principais jornais e com a conquista de um público fiel que garante sua sobrevivência.

Mas não se sobrevive no mercado só com tradição. Se o campo se modernizou absorvendo novas tecnologias, o Jornalismo Rural ou Agrícola acompanhou sua evolução. Ganhou com cada novo espaço criado, se estabelecendo na televisão e na internet. Inovou, também, na linguagem jornalística e na relação com o público. Acompanhou as inovações sem se desfazer do que lhe era essencial. Ganhou nova denominação, Jornalismo em Agribusiness, ampliou o espectro de atuação, mas, mais uma vez, se manteve fiel às origens.

Assim se mantém há 25 anos no ar o programa Globo Rural, fruto da visão expansiva que o departamento de marketing da Rede Globo lançou sobre as campanhas de eletrificação rural no final da década de 70. Se há eletricidade, há televisão. Não se pode negar, também, a influência da bem-sucedida experiência da RBS, no Sul, afiliada da Globo que anos antes já obtinha bons resultados com o ainda no ar Campo & Lavoura.

Mais do que um produto acertado, o Globo Rural mostrou fibra em 25 anos no ar. É, hoje, nas figuras do jornalista José Hamilton Ribeiro e do repórter e apresentador Nelson Araújo, um dos últimos espaços onde se trabalha a estrutura da notícia sob a ótica humana, aplicando o Novo Jornalismo onde parecia improvável.

José Hamilton é a própria história do programa - metade de sua vida profissional está lá, no programa. A outra metade dos 50 anos de profissão foi dedicada aos veículos que foram precursores desse estilo no Brasil. Nelson Araújo, desde 1990 no Globo Rural, segue seus passos. Enxerga além da notícia, vê poesia nela. Bom exemplo é a reportagem sobre o seu Zé da Iza e suas filhas trabalhadeiras, toda contada em versos.

O programa, em si, é todo inovação e pura tradição ao mesmo tempo. Recebe cartas de seus telespectadores - isso mesmo, cartas, não e-mails. Mostra novas tecnologias de plantio e comercialização da produção e revive a cultura do interior de forma tão eficaz que lhe garante ainda mais tempo de vida.

Já se disse (e foi Eric Nepomuceno) que só há dois tipos de jornalismo o bom e o ruim. Há quem não consiga encontrar os elementos necessários para se manter na primeira categoria. Ao que parece, em Jornalismo Rural, ou de Agribusiness, como queiram, a fórmula já foi decifrada há muito tempo.

Tecnologia mercantilizada

Laura Seligman em 29/04/2005

Tecnologia é moeda de desenvolvimento. No século XXI, extensão de terras não garante riqueza para país algum. Isso é passado. Não fosse este um fato real, nós, brasileiros, levaríamos imensa vantagem sobre o Japão e outros países asiáticos pequenos no tamanho, mas de imensa riqueza, fruto de seus investimentos em educação tecnológica.

Nossa extensão continental parece ter levado a uma opção errônea de desenvolvimento. Produzimos alimentos e nos anunciamos como celeiro mundial há muito tempo, mas é recente a descoberta da possibilidade do agribusiness. Ainda é necessário explicar ao produtor agrícola que ele só vai passar a lucrar mais na medida em que agregar valor ao seu produto. E isso exige educação para o uso da tecnologia. Como na Grécia antiga, desenhamos e tratamos a produção tecnológica como tarefa menor, coisa de artesãos.

A imprensa reflete esta relação de distância com os adventos tecnológicos. Parece difícil aceitar que esta é uma pauta científica e que tecnologia é fruto de investimentos na ciência, instrumento criado por ela e em princípio para facilitar novos estudos.

Os jornais catarinenses costumam trazer as notícias de tecnologia de forma mercantilizada e o fenômeno se repete em nível nacional. Cadernos de informática, sobre mecânica de automóveis ou telefonia são os mais freqüentes. Mas a inovação tecnológica vem dissipada em anúncios com origem nas assessorias de comunicação de grandes indústrias.

O Diário Catarinense do dia 29 de abril, por exemplo, em seu caderno Sobre Rodas, trazia uma reportagem sobre a comemoração dos 500 mil exemplares do Celta, inovações pouco significativas (como espaço embaixo do banco) em uma motocicleta Sundown e ainda outra sobre a nova Ford Ranger.

O caderno Informática de A Notícia da quinta-feira, 28 de abril, versava sobre a aparência de aparelhos celulares. Tudo bem, design é importante, determinando condições como a ergonomia e a funcionalidade de um aparelho. Mas a reportagem se concentrou em detalhes menos importantes como a definição de cores para mulheres ou para homens.

O grande problema é, na verdade, a inversão de prioridades na elaboração da pauta. Tecnologia, como já dissemos, é fruto de desenvolvimento científico e não um produto proveniente do empirismo. Não nasceu no chão de fábrica, pelo contrário. A indústria paga royalties pelo conhecimento que custa caro.

O desprezo pelo processo de produção científica, pulando a etapa fundamental que é o desenvolvimento tecnológico, transformou a cobertura jornalística em publicitária, incompatível com a função da imprensa. O leitor é enganado porque procura na reportagem um texto equilibrado, que presta serviço, supõe que a informação não seja moeda de troca. Isso ele enxerga no anúncio pago, publicitário.

O desconhecimento das inovações também parece absurdo. Dia desses, o repórter da Rádio Menina, de Balneário Camboriú, anunciava com espanto que um automóvel havia batido com violência em um poste, mas todos saíram ilesos. Estupefato, o repórter indagava como aquilo era possível, ignorando a complexa engenharia automotiva que levou anos para proteger laterais, a parte frontal e a barra de direção em colisões.

Esse comportamento da imprensa pode ter origem no despreparo da reportagem ou no compromisso inadequado estabelecido com fontes. Tanto faz, o efeito é o mesmo. Esta inversão desqualifica a credibilidade da imprensa e não coopera para nosso desenvolvimento tecnológico. A produção científica não trabalha por demandas, necessita de financiamento e paciência na espera pelos resultados, ou seja, tempo e dinheiro para estudos. A cobertura jornalística parece carecer do mesmo.

O espetáculo da saúde

Laura Seligman em 30/05/2005

Não que a saúde do brasileiro ande, assim, um espetáculo. Tampouco os serviços públicos de saúde podem ser classificados dessa forma. O espetáculo é proporcionado tão somente pela abordagem que o jornalismo em geral tem dado às pautas sobre o tema. É só dar uma olhadinha em qualquer banca. Nas capas das revistas semanais, mensais, dos diários também – quase sempre está estampada a mais nova promessa para a cura de sabe-lá-o-quê. Se ainda assim não estivermos satisfeitos, é só sintonizar nos programas especiais de reportagem na TV – Globo Repórter, Domingo Espetacular, tanto faz: todos nos ensinam a tomar café, a deixar de beber café, a comer maçã, a não comer maçã, a tomar uma nova pílula, ou aquela outra ainda mais nova.

Nem sempre a intenção é má, não pode ser intencional confundir ou ludibriar o leitor. A maioria das pautas de jornalismo em saúde pretendem prestar, de certa forma, um serviço. Tratamentos, medicamentos, um novo jeito de viver de forma mais saudável. O problema está na essência. Jornalismo em saúde deveria primar pela educação para a saúde. E neste quesito falhamos profundamente. Se quisermos educar para a prevenção, não podemos centrar a reportagem no paliativo. Se pudermos alertar para os perigos da auto-medicação, qual a vantagem lícita em divulgar todo o novo remédio divulgado nos releases dos laboratórios farmacêuticos?

O problema está, então, na abordagem que a pauta recebe. É claro que o tema atrai leitores e essa preocupação não pode ser descartada – o jor-

nalismo é produto da indústria cultural, precisa vender para manter-se nas ruas. Mas, o câncer não pode ser tratado como uma doença menor para que o leitor se alegre. A AIDS não pode ser banalizada como se nada de sério pudesse acontecer para que o paciente sorria ao final da leitura. Há que prevalecer o equilíbrio.

Foi assim que a revista *Veja* do dia 18 de maio tratou o tema. Na capa, o ator Raul Cortez sorri – ele trata um câncer no trato digestivo. Tudo poderia levar a crer que o sensacionalismo mais uma vez prevaleceria. Afinal de contas, na edição anterior, a mesma revista tratou o tema “Vida após a morte” como chacota – a capa trazia os pés de um cadáver com um bilhetinho pendurado: “volto já!”.

Mas o que se encontrou no interior de *Veja* foi um alento. Os personagens da reportagem traziam equilíbrio: os que já se curaram mais de uma vez (a apresentadora Ana Maria Braga e o ministro Luiz Gushiken), os que enfrentam a doença (Raul Cortez) e os que enfrentam uma dor ainda maior, a doença em um filho (a VJ e vereadora Soninha, de São Paulo).

O grande serviço da reportagem de *Veja* foi mostrar que câncer (e por tabela, qualquer outra doença do tipo) pode acontecer com qualquer um: o importante é procurar tratamento e enfrentar a doença em bloco – família, médicos, auto-estima. Um grande avanço para uma publicação que, assim como a grande maioria, costuma deixar o leitor confuso.

De cientista e de louco...

Laura Seligman em 01/07/2005

O tempo passa, o desenvolvimento científico e tecnológico se acelera, mas a imagem da Ciência e de seus protagonistas não muda com a mesma velocidade. Não importam os propósitos acadêmicos mais nobres que possam mover os estudos, o que prevalece na mídia são pesquisas que possam ser manipuladas politicamente com vistas à conquista geográfica e econômica.

A cobertura sobre pesquisas com células-tronco é um bom e atual exemplo. A imagem de cientistas malucos matando criancinhas e reproduzindo seres perfeitos, formando um exército neonazi, teria prevalecido não fossem as alterações feitas pelo Congresso Nacional na Medida Provisória que autorizou as pesquisas. O texto original, elaborado pelo governo, contemplava os interesses da Igreja e proibia qualquer uso (mesmo científico) de embriões humanos. O debate prevaleceu e fomos além, mas a cobertura mostrou-se confusa e capenga. Tá certo, é difícil tratar temas tão complexos de forma coloquial, mas os especialistas em comunicar somos nós.

A questão nuclear é outra aberração na mídia. Depois de lermos a respeito, é mais fácil imaginarmos Pinky e Cérebro, personagens de desenho animado infantil, como cientistas do que um sujeito que dedica sua vida profissional a resolver questões como fontes de energia alternativas ao petróleo, uso terapêutico inclusive na cura do câncer, enfim, pontos decisivos para a humanidade. Preferimos a imagem de cientistas desvairados ou aprisionados por regimes totalitários, preparando o inevitável apocalipse.

Mas, a manipulação das informações não está somente em grandes temas como estes. Em cada laboratório, pode haver uma nova justificativa para a sobrepujança de um grupo sobre outro. A atual edição da revista Ciência Hoje, de responsabilidade do instituto homônimo, reproduz artigo da revista Biology Letters, da Royal Society sobre um estudo londrino a respeito do orgasmo feminino. Baseados em questionários respondidos por gêmeas a respeito de sua vida sexual, os ingleses concluíram que a frigidez pode ter influência na bagagem genética. Bom saber que há uma nova visão (não somente a cultural ou a psicológica que eram mantidas até então) para resolver esse problema que afeta boa porcentagem de mulheres em todo mundo. O temor é o de que a cobertura não-especialista transforme a pauta em curiosidade bizarra ou em debate de programas de variedades.

A superficialidade ou abordagem sensacionalista da pauta científica é muitas vezes justificada em exigências de mercado, linha editorial ou ordens superiores (que argumento sobrenatural, não?). Prefiro a opinião de Ricardo Noblat, que definiu: jornalistas escrevem para jornalistas.

E o leitor? Bem, este pode escolher entre ser desconsiderado, afastado do processo produtivo ou subestimado. Ou então, pode exercer seu grande poder de escolha e dizer não, comprar outra publicação, virar o canal, mudar a estação. Talvez seja esta nossa pior herança da atualidade e o maior desafio de quem é educador: recuperar o espírito crítico para que haja o pleno exercício da cidadania.

Sem sincronia

Laura Seligman em 15/08/2005

Até que ponto as notícias sobre saúde põem em risco o compromisso jornalístico de prestar um serviço a uma determinada comunidade? Muitas vezes, a resposta é imediata, mas é preciso antes conceituar notícia, jornalismo, saúde, ciência.

Notícia envolve preceitos jornalísticos como veracidade, afinal de contas, são verdades que procuramos nas páginas dos jornais, nem sempre encontradas, é verdade; pertinência, pois o jornalismo é, em princípio, parte de uma comunidade e deveria participar de seu desenvolvimento; e novidade, esta, sim, difícil de cumprir quando o assunto é Ciência.

Jornalismo e Ciência têm tempos reais diferentes, raras vezes há sincronia. O Jornalismo vive o imediato, a velocidade, quando sai do tempo real, é para recuperar fatos que já vão longe na história.

A pesquisa científica, seja ela em Saúde ou em qualquer outra área, tem seu próprio calendário. O método científico exige todo um protocolo que demanda tempo: antes disso, qualquer conclusão não pode ser considerada científica.

Como conciliar, então, interesses tão diversos? Há saída, mas nem sempre ela se revela a melhor para o leitor. Por conta desses encontros e desencontros, já se adoçou o café com aspartame, porque o ciclamato e a sacarina eram cancerígenos. O tempo passa e os papéis se invertem: uma pesquisa italiana divulgada pelo Fantástico agora revela que para os ratos, ou melhor, as ratas, o aspartame pode causar leucemia.

E se o assunto é café, chocolate, vinho, ou qualquer outro tema recorrente, as posições se invertem a cada pesquisa que tem seus resultados preliminares divulgados antes que a comunidade científica a analise. É bom lembrar que não há conceito científico de Ciência, já disse Edgar Morin. Científico é o que a comunidade científica assim determinar.

Para onde corre o leitor, ouvinte ou telespectador, submetido a esse confronto de informações? Para longe da mídia é que não pode ser. Pelo contrário, a saída pode ser aumentar o volume de leitura para que não mais se procure verdade em determinado veículo jornalístico, mas a pluralidade de idéias e conceitos, elementos indispensáveis para que um verdadeiro cidadão possa construir suas próprias idéias.

Não crie seus filhos no Líbano... nem no Brasil!

Laura Seligman em 15/02/2006

Essa seria, sem dúvida, a recomendação feita por um novo habitante da Terra após assistir a um ou dois telejornais nacionais. Imagine só. Um extraterrestre chega neste mês de fevereiro para explorar as maravilhas do planeta azul e, é claro, escolhe o Brasil, sabe como é, carnaval, quem sabe este seja o lugar perfeito para seu povo... Senta em frente ao maravilhoso aparelho transmissor de imagens e fica informado sobre o funcionamento de nossa avançada civilização.

Rapidamente ele conclui: pobres crianças do Líbano, lutam de forma desigual, jogando pedras nos malvados soldados que, sem piedade, atiram contra elas. E no Brasil, então? As crianças, coitadinhos, sofrem na mão de enlouquecidas mães que, tomadas de um repentina surto de insanidade, andam jogando seus bebês no lixo, na lagoa, em qualquer canto possível.

O problema real, fora fantasia, é que não precisa ser ET para chegar a essas conclusões. Basta estar desavisado ou não ter como prática a leitura crítica da mídia. Sem analisar o noticiário com este devido distanciamento, só resta ao telespectador crédulo a leitura superficial e a compreensão óbvia da informação.

É esse o cardápio oferecido diariamente em qualquer um dos telejornais exibidos. Pouca ou nenhuma análise e, quando pouca, apresentada de forma maniqueísta, dividindo o mundo em eixos do bem e do mal - parece que Bush fez escola.

Não, a guerra no Oriente Médio não é assim

desigual. Há grandes investimentos, tanto de um lado quanto de outro. Mas, parece que se tornou proibitivo escrever ou pronunciar a palavra terrorista.

Dias desses, caiu-me o queixo quando li que, em represália ao jornal dinamarquês que publicou as charges sobre o profeta Maomé, o governo Iraniano decidiu promover um concurso de charges sobre o holocausto. Mas, ao contrário do que esperava, o fato não causou surpresa na cobertura jornalística, pelo contrário. No dia 7 de fevereiro, na BandNews, o comentarista anuncia o fato como uma "resposta adequada às provocações". O absurdo foi denunciado no site De Olho na Mídia, versão brasileira do Honest Reporting. Ninguém espera que haja aplausos quando alguém lança uma bomba, seja quem for seu autor. Para que guerras acabem, é preciso reprovação da violência, e não alinhamento. Todos que a promovem devem arcar com consequências, mas que não sejam mais violência.

Pobres bebês brasileiros

Da mesma forma, a superficialidade foi uma constante na cobertura que foi desencadeada no dia em que, à beira da lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte, um sujeito resolveu passear com a namoradinha (isso lhe custou o casamento, mais tarde, quando a matéria foi ao ar) e outro se divertia com sua câmera de vídeo amador. Será um gato naquele saco boiando na lagoa? Será algum animal perigoso? Não, era um bebê e o Brasil se comove em rede nacional. E a mãe, aquela bandi-

da? Chamou o bebezinho de “droga de criança”. Imediatamente, necessitou de proteção policial pois centenas de bons cidadãos se prontificavam a linchá-la.

A onda de bebês no lixo, no rio, mortos a pancadas só cresceu nos dias que se seguiram. Mais uma vez, nosso amigo ET ficaria consternado....deve ser algo que jogaram na água. O extraterrestre precisaria consultar-se com um médico, ou abrir algum livro, ou então quem sabe ir logo à internet e digitar a expressão “depressão pós-parto”. Em seguida, ele poderia pedir ao Google, que ele logo passou a chamar de oráculo, algo sobre “Índice de Desenvolvimento Social”, ou “pobreza”, ou “qualidade de vida”. Nossa, o ET está ficando esperto. Ele entrou em sites e deu alguns telefonemas para as polícias estaduais e descobriu que não há novidade nisso, vivemos num país de miseráveis, e a miséria faz o homem chegar a extremos.

Com toda essa experiência, ET foi convidado para trabalhar nas maiores redações do país como produtor, pauteiro, editor, o que escolhesse. Mas, ele se chocou com o “showrnalismo” (título do livro de José Arbex Jr., editora Casa Amarela, R\$ 35,00). ET descobriu (acho que andou lendo Gilberto Freyre) que a mídia define o que é novo e a sociedade aceita este fato como notícia. É claro, ET resolveu voltar ao espaço e procurar outro planetóide para explorar.

E o Dia do Meio Ambiente, hein?

Equipe do MONITOR DE MÍDIA em 16/06/2006

Dia 5 de junho é o Dia Mundial do Meio Ambiente. A primavera chega, as flores desabrocham, as árvores exibem seus ramos verdinhos, certo? Errado, a não ser que você viva no hemisfério norte. Pois os pobretões que estão abaixo da linha do equador aceitam de bom grado a data marcada pelos irmãos desenvolvidos e realizam, na prática, os mesmos rituais de comemoração que eles.

Distribuição de mudas de árvores, plantio coletivo de pomares e jardins, tudo muito lindo não fosse outono, quase inverno por aqui, um período não exatamente adequado para o plantio da maioria das espécies. Se ainda fosse o Dia da Árvore, brasileiríssimo, em pleno setembro quando, aí sim, as flores colorem a paisagem.

Na mídia, a cobertura é cega (mudas, só as plantas, se me perdoam o trocadilho) e traz como prioridade a “consciência ambiental”.

Veja como se comportaram os jornais catarinenses a respeito desta data:

AN vem reforçado

A Notícia se preocupou em publicar conteúdos referentes ao meio ambiente de diversas formas. Através de matérias, encartes, editorial e opinião, o periódico evidenciou que o tema merece atenção não só em 05 de junho, mas, todos os dias. O jornal busca sempre dar destaque ao meio ambiente, já que tem o selo ISO 14001 - certificação para a empresa que aprimora e sustenta um

Sistema de Gestão Ambiental.

Neste dia, com o editorial “Dia do Meio Ambiente”, o AN explica que “uma das estratégias de proteção do meio ambiente é não remeter o problema para o futuro. A despreocupação do passado já se manifesta atualmente”. Na sessão opinativa “Dia Mundial do Meio Ambiente” da página 3, a geóloga e professora universitária Mônica Lopes Gonçalves alerta os leitores: “A questão ambiental não deve ser lembrada somente um único dia do ano, mas durante todos os momentos, quando cada atitude nossa poderá fazer a diferença no futuro”.

Sob o título-tema “Reflorestamento”, o jornal publicou as matérias “Um brinde ao meio ambiente” e “No quintal de casa e de olho nos filhos” que descreveu um programa de produção de mudas nativas que ajuda famílias de Campo Alegre a incrementar a renda.

“Dia Mundial do Meio Ambiente - O discurso e a prática” foi capa do caderno “AN VERDE”. O mesmo título foi usado no texto do mestre em ciências de saúde ambiental, Dagoberto Lorenzetti. O encarte publicou matérias variadas, destacou os problemas ambientais atuais e demonstrou soluções através dos programas que estão em prática. Algumas das principais matérias foram: “O ecossistema da Terra em colapso”, “Marketing sustentável”, “Parque Nacional resiste a liminares”, “Esforço para barrar extração mineral”, “A natureza ensinando na prática”, “Aposta no jovem para garantir o futuro”, “Protagonistas

de um mundo melhor” e “Sem dinheiro, projeto morre à beira da praia”. Além disso, todas as páginas do caderno vieram com notas no topo, com informações de animais e plantas em extinção.

DC ainda planta a semente

O Diário Catarinense destacou a natureza no Dia do Meio Ambiente. Apesar do forte do jornal não serem as questões ambientais, o dia foi bem lembrado e teve a merecida atenção.

Com uma foto da Praia dos Ingleses, sob o título “A natureza ameaçada”, a contracapa do jornal indicou as matérias internas. Com o mesmo título da chamada, a Reportagem Especial apresentou “Ecossistema ameaçado”, “Agressões são visíveis e contínuas” e “Poluição torna-se parte da paisagem”. Com o título “O verde na ilha”, a reportagem trouxe box com agenda dos “eventos ambientais” em Santa Catarina, além de uma página com fotos e descrições dos principais ecossistemas de Florianópolis.

O jornal retratou o tema em Reportagem Especial, trazendo na contracapa uma foto da Praia dos Ingleses sob o título “A natureza ameaçada”, que deu abertura para as matérias “Ecossistema ameaçado”, “Agressões são visíveis e contínuas” e “Poluição torna-se parte da paisagem”. Ainda como Reportagem Especial, o DC publicou a matéria “Santa Catarina homenageia as bromélias” que destacou que dos gêneros que ocorrem em Santa Catarina, nenhum é endêmico. A reportagem ainda trouxe um box com agenda dos “eventos ambientais” em Santa Catarina e uma página com fotos e descrições dos principais ecossistemas de Florianópolis, com o título “O verde na ilha”.

Junto com o jornal havia também um informe comercial dedicado exclusivamente ao Dia

Mundial do Meio Ambiente. Patrocinado por várias empresas, com o título “Plantar o futuro”, apresentou matérias como: “Recursos hídricos em alerta”, “Empresas minimizam poluição”, “Esgoto tratado é saúde”, “Pensar ecológico, essa é a idéia”, “Quem conhece pode preservar” e “Falta de água, uma realidade”.

Meio ambiente em extinção no Santa

Na edição de 5/6, o Jornal de Santa Catarina nada destacou sobre o Dia Mundial do Meio Ambiente. O jornal somente citou a data em seu calendário na penúltima página do jornal. Nem mesmo na edição anterior, do final de semana, a data foi mencionada. Até mesmo a publicidade apresentou e representou a data. O verde passou em branco no Santa.

Mídia e Religião: um diálogo a ser construído

Valquíria Michela John em 30/10/2006

Embora Nietzsche tenha proclamado no século XIX que “Deus está morto”, o século XXI aponta para o surgimento cada vez mais acelerado de novas religiões e novos sincretismos religiosos. Há até quem brinque com a frase e diga: “Nietzsche está morto. Assinado Deus”. O que pode explicar a busca tão frenética por respostas que a Ciência não pode nos dar? Porque as pessoas mudam tanto de religião, de credo ou crença? Basta olharmos para o mundo a nossa volta para compreendermos essa sensação de vazio que parece instalada em todas as sociedades.

Os conflitos armados aumentam diariamente; as doenças se proliferam com uma velocidade assustadora; o aquecimento do planeta e a destruição das fontes naturais são cada vez mais evidentes; a fome, a desnutrição, o enriquecimento de poucos enquanto a maioria empobrece cada vez mais é a própria essência do tempo em que vivemos. As intolerâncias (em todas as suas nuances e formas) se agravam cada vez mais. Parece mesmo um caminho natural a busca pelo imponderável – a fé – já que nas situações concretas do dia a dia não conseguimos desenvolver sentimentos profundos de esperança. Por outro lado, a religião sempre pode ser usada para a manipulação das massas e o advento dos meios de comunicação torna-se o mecanismo ideal para a propagação de interesses econômicos no campo da fé. Assim, a religião submete-se ao espetáculo, nos moldes do que foi “profetizado” por Guy Debord.

Esta foi a temática norteadora do Eclesiocom 2006, o I Colóquio Brasileiro de Comu-

nicação Eclesial. O evento integrou o Unescom – Congresso Multidisciplinar de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, comemorativo dos 10 anos de atividades da Cátedra Unesco/ Metodista de Comunicação para o desenvolvimento Regional. Foram reunidos, durante os dias 9 a 11 de outubro, na Universidade Metodista de São Bernardo do Campo (SP) os eventos: Cela- com, Folkcom, Politicom, Regiocom, ComSaúde e Eclesiocom. A temática central do Unescom foi Comunicação, região, inclusão e diversidade - promovendo o desenvolvimento humano na era digital.

Nesta primeira discussão sobre religião e mídia com proporções nacionais, as temáticas debatidas foram: a espetacularização do cotidiano e seu impacto nos cenários religiosos; o mercado religioso de bens simbólicos: da produção ao consumo; a formação de recursos humanos para a mídia religiosa na era digital; a produção de conhecimentos sobre a comunicação religiosa nas igrejas e nas universidades. Os grupos de trabalho (GTs) do evento focaram: GT1 – Indústria Cultural Religiosa; GT2 – Comunicação Religiosa na Mídia; GT3 - Comunicação Religiosa nas Comunidades; GT4 – Comunicação Religiosa Institucional e GT5 – Comunicação Ritual e Litúrgica.

A grande preocupação norteadora dos debates foi a espetacularização da fé, o uso da mídia como novo espaço de evangelização e pregação e também para a mercantilização dos sofrimentos e angústias daqueles que buscam na religião

o conforto e a esperança. É fundamental que esta temática ganhe o espaço acadêmico, sobretudo pela aplicação das “psicologias de manipulação de massa” cada vez mais usadas pelos pseudopregadores, pastores do enriquecimento, astros do show biz da fé. Entretanto, precisamos pensar também a outra ponta, não apenas como as religiões usam a mídia, mas como a mídia narra as religiões, os estereótipos que reforça ou que produz e as implicações das representações construídas com relação a determinadas práticas religiosas, que não contribuem para o fim das intolerâncias, ao contrário, ajudam a exacerbar esse sentimento. Este foco não foi explorado no primeiro Eclesio-com mas impõem-se como urgente e necessário, não apenas nesse evento, mas em todos as discussões relacionados aos meios de comunicação e sua atuação na “construção social da realidade”, como definem Peter Berger e Thomas Luckmann.

Por ser uma temática ainda carregada de valores simbólicos e dos próprios dogmas das religiões, este primeiro evento teve como “pecado” o fato de acolher poucos integrantes de universidades laicas. Os painéis e Gts estavam muito focados em participantes oriundos de Universidades com vínculos religiosos como a própria Metodista, promotora do evento, Universidades Católicas (Pucs), presbiterianas, adventistas, enfim. Um dos motivos é, possivelmente, a polêmica que norteia a temática. É difícil falar em religião sem adentrar ao campo dos dogmas. Além disso, poucas universidades laicas têm demonstrado interesse em pesquisar e discutir a temática e, justiça seja feita, esta preocupação tem sido corrente nas Universidades vinculadas a igrejas específicas. O grande desafio é, justamente, tratar a religião a partir do conhecimento, da história, das ciências humanas em geral e não apenas do ponto de vista da fé ou dos praticantes das religiões estudadas. É necessário também promover o diálogo

com as demais religiões. Aqui, focou-se apenas o Cristianismo, como fica claro pelo próprio nome do evento. Para contribuir com a desmistificação da intolerância e promover a efetiva aceitação da diferença, não podemos e não devemos nos fechar em guetos, precisamos ouvir o outro e respeitar a alteridade. A mídia pode ser aliada nessa tarefa, por isso é necessário fazer sempre o monitoramento, a leitura crítica da narrativa midiática, em todos os campos da vida social.

Sinais positivos na pesquisa em jornalismo

Rogério Christoletti em 06/11/2006

Depois da Copa do Mundo, de um punhado de escândalos políticos e das eleições, há quem considere que 2006 tenha finalmente terminado. Restaria, então, aguardar os dois últimos meses para fechar a fatura do período. Mas para aqueles que atuam no campo da pesquisa em jornalismo, há tempo para pelo menos duas boas oportunidades neste ano: a Journalism Brazil Conference e o 4º Congresso da Sociedade Brasileira dos Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor).

Os eventos acontecem em Porto Alegre e se dão em seqüência, sendo a Conference de 3 a 5 de novembro e o segundo, de 5 a 7. Mas o que pode acontecer de tão relevante nesses dias para que mereça tanta atenção?

Existem ao menos três sinais positivos que podem dar, num futuro próximo, novos contornos à pesquisa científica que se faz no Brasil. O primeiro deles é a própria realização da Brazil Conference, que não apenas reúne especialistas de quatro continentes, mas atrai a atenção da comunidade científica internacional para o país e o articula à cena contemporânea. Ao sediar um evento como este, os pesquisadores brasileiros trocam experiências com os colegas estrangeiros, estreitam laços de cooperação mútua e até fecham acordos internacionais de pesquisa. Não é pouco para quem quer participar mais da agenda científica e tecnológica global. No total das áreas de conhecimento, o Brasil responde por 1,8% da produção científica mundial, uma fatia pequena até mesmo entre os emergentes.

A SBPJor já havia dado o primeiro passo na direção de uma integração com outras sociedades científicas estrangeiras com o lançamento, em 2005, da Brazilian Journalism Research, primeira revista de comunicação editada totalmente em inglês com circulação dirigida a outros países. Tanto pela Conference quanto pela publicação, os esforços são semelhantes: mostrar a produção nacional, fazer-se conhecer para inserir a pesquisa brasileira no rol das principais do mundo.

Um segundo bom sinal para o futuro da pesquisa em jornalismo no país é um ensaio de aproximação entre academia e iniciativa privada. O congresso da SBPJor realizou mesa temática colocando lado a lado representantes do setor empresarial jornalístico – dos grupos Abril e RBS, da Associação Nacional dos Jornais e do UOL – e da universidade para discutirem pesquisa e qualidade. Para algumas áreas, essa confluência parece banal e corriqueira. Entretanto, no jornalismo, sempre houve resistência de lado a lado para sentar-se à mesma mesa, seja por mero preconceito ou por pura desarticulação.

O diagnóstico para que esse cenário mudasse se deu no encontro da SBPJor do ano passado, em Florianópolis, quando membros da diretoria sinalizaram a importância de um diálogo entre empresas e universidades. Os resultados de um encontro como este não podem ser dimensionados agora. Mas os desdobramentos devem se dar em curto prazo, seja sob a forma concreto de fo-

mento à pesquisa pela indústria, seja pelo caminho das parcerias.

No jornalismo, este diálogo ocorre tarde-mente, mas suas repercussões são muito bem-vindas. Em outros setores – como o químico, por exemplo –, a academia e as indústrias atuam juntas, promovendo inovação, avanço tecnológico, aumento na qualidade e dividendos para as duas partes. O êxito dessa aproximação depende da capacidade de resposta aos desafios e da abertura de pesquisadores e empresários.

Um terceiro aspecto que deve contribuir para o desenvolvimento da pesquisa em jornalismo no país é a orientação da SBPJor para a criação e institucionalização de redes de pesquisadores. O fechamento do congresso de Porto Alegre se dá com uma reunião entre as redes já formadas e as em formação com a diretoria da entidade. O assunto é a aprovação de um regulamento para as redes que querem integrar a SBPJor e o planejamento para apoios a esses coletivos.

A exemplo de outras realidades, a entidade brasileira enxerga o futuro da pesquisa em jornalismo na realização de projetos envolvendo diversas universidades, vários pesquisadores e objetivos comuns. Trabalhando de forma solidária, os cientistas fortalecem sua atuação, consolidam seus laboratórios e cercam-se de mais condições para lograr êxitos.

A se julgar por esses sinais positivos que vêm de Porto Alegre, o ano de 2006 termina muito bem para a pesquisa científica em jornalismo no Brasil. Termina bem, mas 2007 pode começar melhor ainda se os resultados transcederem o espaço de discussão na capital gaúcha.

Notas da Brazil Conference

Gabriela Azevedo Forlin em 13/11/2006

Thinking Journalism Across National Boundaries. Este foi o tema da Journalism Brazil Conference, realizada de 3 a 5 de novembro em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O encontro reuniu pesquisadores dos, literalmente, quatro cantos do mundo, professores, jornalistas e estudantes de Comunicação e tratou de assuntos atuais e polêmicos sobre o jornalismo e a pesquisa jornalística.

“What to do about Journalism?” foi a questão chave da apresentação de Barbie Zelizer, da Universidade da Pennsylvania. Sua explanação, que abriu a conferência, era intitulada “Journalism and the International Academy” e abordou questões complexas, polêmicas e bastante pertinentes: “O que realmente sabemos sobre o Jornalismo?”, “O que é ensinado aos acadêmicos?”, “O que é o jornalismo hoje?”, “O que estudamos sobre ele?”, “Para que é, afinal, o jornalismo? Somente para prover informação?”, “Como seria a história, o mundo ou a literatura sem o jornalismo?”.

A pesquisadora - uma das mais importantes da atualidade - apontou os principais problemas no ambiente jornalístico afirmando que não acredita em uma academia internacional, nem sequer em uma nacional. Além disso, Barbie comentou que os professores de jornalismo não são teóricos o suficiente como deveriam ser. Segundo ela, não há uma integração entre os jornalistas, os educadores e os estudantes da área e é essa falta de relações que contribui para o jornalismo falhar com seu verdadeiro trabalho. Barbie comentou que a imprensa impressa está perdendo lugar para a

“blogsfera” e outras maneiras alternativas de jornalismo e que, nos Estados Unidos, apenas 50% das pessoas acreditam no que lêem e no que lhes é informado.

A pesquisadora norte-americana também destacou a deficiência do ensino na área jornalística. De acordo com ela, a preocupação deveria ir muito além das news/hard news, do mercado de trabalho e da comparação entre notícias internacionais. Barbie afirma que um bom estudo jornalístico se apóia:

- Na Sociologia – para que o futuro jornalista pense mais no coletivo do que no indivíduo;
 - Na História (da sua região, país e do mundo) – pois tendo este conhecimento é possível compreender melhor as notícias atuais e o que e porque certos acontecimentos ocorrem;
 - No estudo de línguas (em sua forma informal/formal e pragmática) – pois na comunicação, a linguagem é primordial.
 - Nas Ciências Políticas e na análise cultural – este estudo mostra como o jornalismo pode servir e atender melhor seus diferentes públicos.
- Enfim, Barbie Zelizer apresentou como soluções:
- Realçar a presença do jornalismo através do currículo universitário;
 - Reconhecer a parcialidade que há no jor-

nalismo;

- Continuar questionando o trabalho do jornalista. Não aceitar somente o que se sabe até agora, mas, pensar e discutir sobre o que sabemos e o que concordamos ou não.
- Aprimorar o ofício jornalístico e seu ensino.

Barbie afirma que toda esta preocupação é importante pelo papel do jornalismo: “nos ajudar a ouvir com outros ouvidos, olhar com outros olhos e pensar com outros pensamentos.”

Outras considerações importantes foram feitas por Frank Esser da Universidade de Mainz. Com sua apresentação intitulada “Organizing Comparative Internaitonal Communication on Projects: Overcoming the challenges “. O pesquisador destacou a importância da pesquisa internacional e as lições para transpor os possíveis obstáculos e dificuldades na realização de pesquisas na área jornalística. Quando questionado “Por que pesquisa internacional?”, Esser justifica afirmando que a pesquisa internacional:

- É um antídoto ao etnocentrismo
- Ajuda na melhor construção da comunidade
- Faz do mundo um laboratório global
- Contribui para a difusão e globalização
- Está diretamente relacionada a glocalização e hibridização Theory generalization
- Auxilia na construção e contextualização de teorias

- Classifica e verifica conceitos

O pesquisador fechou sua apresentação dando importantes dicas para pesquisadores em comunicação e que tem interesse na pesquisa internacional, destacando a importância de ler jornais estrangeiros e participar de conferências internacionais como a Brazil Journalism Conference.

Outras apresentações ainda debateram relevantes questões, merecendo destaque as explanações dos brasileiros Elias Machado, José Marques de Melo, Sônia Virgínia Moreira e Luiz Gonzaga Motta. De maneira geral, a conferência contribuiu significativamente para conhecermos novas maneiras de pensar o jornalismo no mundo cada vez mais globalizado, para criar oportunidades para o trabalho em rede com os investigadores de outras nações e para obter informações sobre como publicar em jornais internacionais. A Journalism Brazil Conference deu sua contribuição para a internacionalização e integração dos estudos de jornalismo e facilitou o diálogo entre escolas de pensamento e tradições regionais de pensar sobre a comunicação.

Arenas do conhecimento

Valquíria Michela John em 09/10/2007

O que você busca quando participa de um congresso em sua área de atuação, de pesquisa ou interesse? Particularmente, sempre tive a convicção que um congresso, simpósio, seminário ou qualquer encontro científico tem a finalidade de aproximar as pessoas por interesse, por afinidades teórico-conceituais, metodologias, temáticas, pontos de vista ou até mesmo por intensas discordâncias, de modo a produzir a discussão, problematização e crescimento daquela área do conhecimento.

Acredito que nenhum pesquisador “é uma ilha”. Precisamos compartilhar, rever, contestar, discutir nossas idéias, resultados, angústias, metodologias, frustrações e conquistas com nossos pares a fim de darmos cada vez mais consistência e refinamento aos nossos estudos e descobertas. Sem compartilhar nossos resultados, corremos o risco de fazer, como brinco com meus alunos, várias “transamazônicas”, ou seja, levar o nada a lugar nenhum.

Os diversos eventos científicos realizados anualmente deveriam propiciar esse intercâmbio, esse espaço democrático para o compartilhamento de saberes e novas aquisições de conhecimento a partir da experiência de nossos colegas. Deveriam ter como foco o crescimento da área abordada, sua consolidação como campo do saber; não deveriam ser um espaço de disputa ou reforço das hierarquias provenientes do capital cultural, como diria Bourdieu.

Imaginem o que significa para um pesquisador iniciante participar pela primeira vez do maior evento científico de sua área de atuação. Estar lado a lado com os autores que leu durante sua graduação e a quem passou a admirar e ter vontade de seguir seu caminho. Pode ser um pouco de influência de nossa cultura pop, em que nossos ídolos se transformam em deuses e queremos estar perto deles para nos sentirmos no Olimpo. Foi com esse sentimento que segui para Santos/SP no último mês de agosto para participar pela primeira vez do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom. Já havia participado de edições do Intercom Sul, mas no evento nacional era minha primeira vez. Foi com grande expectativa que viajei, esperava encontrar no congresso um espaço rico e dinâmico para a troca de idéias, para novos aprendizados, para rever meus posicionamentos e aprender com aqueles que já têm uma longa história e trajetória na pesquisa em comunicação. O sentimento era de um discípulo indo ao encontro de seus mestres. Foi com muita expectativa que cheguei em Santos, foi com uma certa frustração que returnei a Itajaí.

Não pretendo com isso afirmar que o Intercom 2007 foi ruim, ao contrário, participei de debates interessantes, conheci pessoas fantásticas, pude ver face-a-face autores que só conhecia nos livros, além do maravilhoso intercâmbio cultural que o evento propicia. Claro que vou continuar a participar do Intercom, mas confesso que justamente pela minha inexperiência com o evento, acabei não concentrando minhas atividades em

um único foco temático, acabei flanando por vários grupos e foi, naquele que considero um dos espaços mais ricos para o aprendizado, para o crescimento da área e a troca de saberes, que mais me frustrei - o Encontro dos Núcleos de Pesquisa (NPs). Participei de atividades de três NPs (como disse, fruto de minha inexperiência com o porte do evento); em duas ocasiões saí da sala de discussões profundamente constrangida. Estava lá como ouvinte, mas me senti esmagada, dado o peso do “julgamento” a que alguns colegas foram submetidos. Percebi, com grande frustração, que alguns excelentes pesquisadores não vão ao Intercom para compartilhar suas experiências e auxiliar os jovens pesquisadores a descobrirem seus rumos, sua trajetória. Parecem ter como único propósito reafirmar-se como “estrelas” da Ciência da Comunicação. Alguns dos pesquisadores que ouvi foram simplesmente arrasados por essas divindades. Fica a pergunta: os NPs não servem para o aprimoramento e desenvolvimento da área temática a que se referem? A apresentação dos trabalhos não tem o propósito de servir como aprendizado? Claro que os erros devem ser apontados, só assim faremos pesquisas mais consistentes, mas creio que isso não deve ocorrer em tom de julgamento. Em um núcleo em particular senti como se estivesse no Coliseu, vendo a luta de gladiadores que tentavam reafirmar seus egos às custas da humilhação dos pobres “cristãos”.

Não vou deixar de ler os textos dessas divindades, mas confesso que já não é mais com o mesmo olhar apaixonado que o faço. Felizmente, pude descobrir o núcleo de pesquisa que realmente me cativou – o NP Folkcomunicação. Foi neste núcleo que apresentei meu trabalho e em nenhum momento temi ser jogada aos leões, porque ao contrário das outras duas experiências, nesse núcleo você é realmente acolhido. As falhas são obviamente apontadas, mas da forma como qualquer

processo educativo deve ser – para o crescimento do sujeito e não sua humilhação. Resquícios talvez da própria obra de Luiz Beltrão, tão pouco estudado ainda em nossas universidades e tão profundamente enraizado em nossa história cultural, em nossa gênese como povo, como nação. Talvez pela própria marginalização que a cultura popular (e por extensão a comunicação popular) sofreu e ainda sofre nos redutos acadêmicos, não poderia esperar que os líderes do Folkcom e os participantes desse núcleo fossem diferentes do que encontrei.

Tenho mergulhado pouco como pesquisadora na comunicação popular, embora por muito tempo tenha sido essa minha prática como jornalista. Assim, apesar da frustração com as arenas que presenciei, reafirmo a certeza de que senão todos, alguns espaços do Intercom são efetivamente democráticos e visam ao crescimento e desenvolvimento da pesquisa em Comunicação. Como pesquisadora, ainda tenho um longo caminho a trilhar, mas trago como maior lição do encontro do NP Folkcomunicação a certeza de que definir nosso horizonte, nosso foco como pesquisadores é um processo de amadurecimento, mas que não podemos perder de vista quais são nossas afinidades. Definitivamente, não acredito que degladiar-se numa arena seja a fórmula ideal para o estímulo à pesquisa em comunicação e para formação de novos pesquisadores. E que venha o Intercom 2008 que, aliás, terá como tema central a Folkcomunicação.

EDUCAÇÃO

Conjunto dos textos editados na seção de mesmo nome

Para especialistas, mídia ajuda a “ver” a violência

Rogério Kreidlow e Schayla Jurk em 15/07/2003

Assaltos, seqüestros, novas modalidade de crimes e abusos são fatos freqüentes na mídia, atualmente. Com a exploração do assunto em filmes, como no caso de *Cidade de Deus*, de seriados e na música, com o rap, sem contar a crescente organização do tráfico, as rebeliões em presídios e as corrupções políticas de alto escalão, pode-se ter a impressão de que o simples fato de sair à rua significa um perigo iminente.

Mas, afinal de contas, será que este alarme todo tem fundamento ou se trata apenas de uma percepção imprecisa? Estando estes fatos relacionados de maneira intrínseca à sua divulgação, o MONITOR DE MÍDIA buscou a opinião de docentes que também vivem o cotidiano jornalístico e tentou traçar um plano mais preciso de como a violência aparece nos jornais.

Foram entrevistados a professora Sílvia Quevedo, coordenadora do COBAIA, jornal-laboratório do curso de Jornalismo da Univali, e José Isaías Venera, do Laboratório de Mídia, Cultura e Estética, o Lamce. Ambos concordaram em alguns aspectos, quanto à cobertura da violência.

Perguntados sobre se há mais violência ou tão-somente mais “anúncios” de violência na mídia, as opiniões convergiram em favor de um predomínio real do tema, não apenas exacerbado pela mídia. Sílvia prefere separar o noticiário impresso do televisivo. Diz que, quanto ao primeiro, já houve épocas em que o leitor abria o jornal pelas últimas páginas, pelas páginas de polícia. Hoje, entretanto, há um consenso da preferência por

temas como qualidade de vida, lazer, entre outros assuntos mais descontraídos. Mas isto, no jornalismo impresso. Na televisão, até por causa do apelo visual, a violência é mais abordada. “Com a migração da classe-média para a tevê a cabo, por exemplo, as abertas passam a atender classes mais baixas da população e há um apelo, uma certa exploração na violência nestes canais”. De qualquer modo, para ela, este tipo de cobertura é uma demanda de mercado.

Para o professor Venera, “cada época tem seu diferencial”. Ele concorda com a idéia de que há um predomínio da violência real, em comparação à sua divulgação. Mas salienta um diferencial: “Eu não diria que a violência é maior, mas sim que temos mais acesso aos meios que dão espaço para falar dela”.

Com relação a uma certa angústia causada por número de mortes, acidentes de trânsito – que podem ser subsídios palpáveis para um maior alarme –, Venera acredita que não se pode falar apenas em efeitos negativos, em maior medo ou pânico por parte da sociedade. Na sua opinião, “quanto mais imagens trágicas, mais conscientização ou mais alarme. Certamente há efeitos. Assim como também há banalização, ou seja, perda de efeito”. Sílvia ressalta quanto a isto que, na verdade, sempre houve casos de violência; o que ocorre é que hoje, com os jornais, fica-se sabendo de tais casos.

O suicídio de um policial, em São Paulo, recentemente, provocou debate acerca da divul-

gação ou não de fatos como este, em função da exibição das imagens por parte da Tv Record. A ONU recomenda a não transmissão de notícias como suicídios, mesmo que tenham um tratamento devido e equilibrado. Em casos como este, quais os procedimentos a serem adotados?

De acordo com Sílvia, a divulgação por si mesma não é conveniente. “É preciso observar condutas éticas”, reforça. “Matéria sobre suicídio, por exemplo, eu não noticiaria. Seqüestros, se houvesse pedidos de sigilo por parte da família do seqüestrado, também não noticiaria. Boatos, não noticiaria jamais”. Isaías Venera segue outro viés. Para ele, a sociedade – por princípio, uma abstração, em sua opinião – não deve ser privada de notícias que mostram os sintomas violentos. “O que, talvez, poderíamos colocar em questão é a quantidade de espaços que é dada a este tipo de noticiário, e a forma, abrindo caminho, sobretudo, para o sensacionalismo e a espetacularização da violência”, comenta.

Uma pequena revisão da obra de McLuhan

Vera Sommer, jornalista e professora da Univali em 15/07/2004

O título deste trabalho – “Uma pequena revisão da obra de McLuhan” – sugere e dá a exata dimensão do seu conteúdo e objetivo: expõe algumas idéias deste professor canadense, a partir da crítica de autores que as conhecem profundamente, e impressões pessoais a respeito das mesmas e dos mesmos, respectivamente. A decisão está embasada no fato de reconhecer as limitações da autora sobre o legado deixado pelo chamado ‘guru da comunicação’ e, sobretudo, a responsabilidade imputada ao anunciar e enunciar opiniões que possam ser levianas, inapropriadas e superficiais.

As obras do professor canadense Herbert Marshall McLuhan (1911-1980), a respeito do papel dos meios de comunicação de massa na vida humana, publicadas na década de 60, vêm merecendo uma revisão por parte dos pesquisadores da área da comunicação. A releitura justifica-se porque muitas de suas reflexões e previsões só, recentemente, têm sido compreendidas e, consequentemente, aceitas. De um lado, críticas severas, principalmente aquelas procedentes de colegas de academia, pois foi diretor do Centro de Tecnologia e Cultura da Universidade de Toronto, no Canadá. De outro, aplausos efusivos de simpatizantes e discípulos de suas interpretações pelo mundo afora.

Essa reação bipolarizada, entre amor e ódio, entretanto, costuma ser vivenciada por homens que, à frente de seu tempo, são enquadrados, pela sociedade e pela intelligencia, como visionários, lunáticos, gênios, excêntricos pelo simples fato de terem lançado raciocínios ousados e polêmi-

cos. Enfim, são homens que se destacam entre os homo sapiens sapiens por desafiarem os valores e pensamentos dominantes, localizadas num tempo e espaço físico determinados, e, por isso mesmo, quebraram paradigmas e marcaram novas épocas, novas eras.

Passados mais de 40 anos da divulgação de suas principais idéias, sobre o impacto das novas tecnologias no cotidiano do homem, elas persistem em provocar e a dividir opiniões. Claro que o homem McLuhan pertence no passado, já se foi, mas as suas reflexões, mais do que nunca, são pontuais. Aliás, transcendem ao tempo, tornando-se clássicas e, por isso mesmo, vêm sendo relidas e reinterpretadas, reiterando a necessidade da ação do próprio tempo, ou seja, a maturação, para a decantação do passado e a posterior compreensão da história.

À cata de erros: relato de pesquisa

Raffael do Prado em 25/02/2005

Entre os meses de maio de 2004 e fevereiro de 2005, desenvolvi uma pesquisa que tinha como principal objetivo mapear o processo de retificação dos erros jornalísticos na grande imprensa catarinense. Este projeto teve como título “O erro como aspecto ético e como fator de comprometimento da qualidade técnica no jornalismo: incidência, percepção e correção nos jornais catarinenses”. Foram analisados os três principais jornais de Santa Catarina: A Notícia (Joinville), Diário Catarinense (Florianópolis) e Jornal de Santa Catarina (Blumenau).

A pesquisa teve duas etapas. Na primeira, houve o monitoramento diário dos jornais já mencionados. A leitura dos periódicos foi orientada para identificar as colunas de retificação e correção de informação. Após a consolidação do banco de dados, foram dispostas as quantidades de erros identificados no período, sua natureza, sua freqüência, sua localização nos jornais e a correção efetuada.

A segunda etapa constituiu de uma série de entrevistas com os editores dos jornais e os responsáveis pela revisão das páginas. Na abordagem a estes profissionais, quis saber como eles conceituavam “erro”, que importância davam para a sua identificação e pronta correção, e se existia uma política editorial voltada a esta prática, bem como se havia uma consciência ética sobre aquela temática. Foram efetuadas cinco entrevistas que serviram de base para a conclusão da pesquisa. Do jornal A Notícia, Ari Lazzari, 57 anos e editor executivo do jornal, foi o entrevistado. Tarcísio

Poglia (41) e Cláudio Thomas (46) foram os entrevistados do Diário Catarinense. E do Jornal de Santa Catarina, Edgar Gonçalves Jr. e Eduardo Correia.

Foram 484 edições analisadas, das quais 136 tinham erratas, o que representou 28,09% do total. Nestas edições, foram encontradas 168 erratas, isto é, em algumas edições havia uma ou duas erratas. Do jornal A Notícia, foram 170 edições analisadas e 33 erratas encontradas, o que representou 15,29%. O número de edições analisadas do jornal Diário Catarinense foi o mesmo do jornal de Joinville, mas a quantidade de erratas encontradas foi bem superior. No jornal da capital, foram contabilizadas 86 correções, o que representou 41,17% do total. E do Jornal de Santa Catarina foram encontradas 49 erratas em 144 edições analisadas, ou 27,7% do total.

Cada errata tinha sua característica própria. Alguns erros eram por pura falta de atenção do repórter ou do editor. Outros por problemas técnicos. Após a análise das erratas, optou-se por uma classificação das mesmas em 7 categorias distintas.

Erro de Incorreção - quando o erro era ocasionado por informações equivocadas, repassadas por organismos públicos.

Erro de Imprecisão - as erratas que traziam a correção problemas ou inadequações de acordo com a norma culta da língua portuguesa ou estrangeira.

Erro de Créditos - todo e qualquer erro ocasionado por falha operacional.

Erro de Identificação - quando a errata trazia a correção de uma troca de nomes, seja ela de pessoas, de lugares públicos ou até mesmo de sigla de partidos.

Erro de Edição - quando o nome do fotógrafo, nos créditos da foto era trocado pelo nome de outra pessoa.

Erro Gramatical - quando havia troca de números como, por exemplo, resultados de partidas de futebol ou de sorteios de loterias.

Erro Ocasionado por Terceiros - é o erro de informação propriamente dito, caracteriza-se quando o jornal troca as informações gerando dúvidas ao leitor.

Com os números em mãos, cheguei a uma conclusão assustadora. Os jornais erram e erram muita informação. Notei que os jornais foram mais incidentes em três tipos de erro. O de Incorrência depois o Erro de Identificação e por fim o Erro de Imprecisão. Só para citar um exemplo, um terço dos erros cometidos pelo jornal Diário Catarinense foram erros de incorreção, portanto, erros de pura informação! Das 85 erratas contabilizadas, 70 (82,34%) traziam a correção algum equívoco do jornal. O que denota que o DC tem pecado neste quesito, lembrando que a informação é matéria-prima do jornalismo, e tem que ser passada corretamente, livre de enganos e isenta de erros. A qualidade do jornal fica comprometida, sua credibilidade, ferida. O pacto de confiança com o leitor fica manchado. Por que o leitor comprará o jornal que tem uma grande margem de erros, principalmente erros de informação?

Edgar Gonçalves Jr, que é editor chefe do

Jornal de Santa Catarina, acredita que todo tipo de erro é nocivo para a relação com o leitor. “Todos eles, sem exceção, o leitor percebe e todos eles minam a credibilidade. Pode ter uma matéria perfeita, maravilhosa do início ao fim e chega na última linha e tu tem um errinho de digitação o leitor vai perceber”, comenta o jornalista. No Jornal de Santa Catarina, segundo Gonçalves, “tudo que for detectado tem que ser corrigido na edição seguinte. E aí vai da honestidade intelectual do jornalista. Se percebeu o erro tem que informar o editor, tem que fazer a correção por uma questão de honestidade, questão de lisura, de credibilidade”, finaliza o editor.

Mas apesar de toda essa preocupação, o Jornal de Santa Catarina errou muito. O jornal atingiu a porcentagem de 87,73% de erros de informação. Não se pode tolerar um índice tão absurdo de erros, ainda mais quando os erros ocasionam confusão, causam ambigüidades e prejudicam o andamento da sociedade. O que os jornais têm que entender é que eles são porta-vozes da sociedade, são eles que noticiam que “fulano de tal” vai casar ou que morreram tantas pessoas num grave acidente. É preciso ter responsabilidade ética, honestidade e vontade para mudar este quadro, melhorar o produto jornalístico e alcançar uma qualidade editorial que não fira a sociedade.

Passando longe desta meta está o jornal A Notícia, que quase atingiu um índice absurdo de 100% de erros de informação nos resultados encontrados. Foram 9 erros de incorreção (27,27%), 10 erratas (30,3%) que traziam a correção do erro de imprecisão e 13 correções (39,39%) de erros de identificação. Somadas as porcentagens, chegamos a 96,96% de erro de informação, o que é preocupante.

Para o editor executivo do jornal A Notícia,

Ari Lazzari, é costumeiro que erros sejam provocados pela falta de atenção dos repórteres, mas não tira a responsabilidade do editor. “Para a redução de erros deve haver atenção redobrada do editor, no caso da informação propriamente dita” e para os jornalistas “cursos de reciclagem em língua portuguesa, no caso de erros gramaticais”.

Cláudio Thomas, editor chefe do jornal Diário Catarinense, acha que “a responsabilidade total deveria ser da pessoa que escreveu a matéria. Mas os editores e os subeditores fazem uma revisão permanente para reduzir os índices de erros”. Thomas acredita que o pior erro “é o de informação, porque afeta a credibilidade do jornal”, e ele atribui o erro de informação “à falta de atenção por parte dos repórteres”.

O alarme precisa soar nas redações dos jornais e os responsáveis precisam, urgentemente, tomar providências emergenciais para a redução drástica destes erros. Vale lembrar que, além dos anunciantes, as vendas em bancas e assinaturas dos jornais também rendem dinheiro e que, se o leitor perceber que seu investimento na compra do exemplar é em vão, ele pode parar de comprar na hora.

Paradoxo geográfico

Rogério Christoletti em 13/05/2005

Estamos do lado deles e mal sabemos o que se passa por lá. E eles trabalham tanto quanto nós. E mais articulados, comportamento que poderíamos reproduzir por aqui... Eu me refiro aos pesquisadores latino-americanos das Ciências da Comunicação e à produção científica dos países que nos rodeiam. E a ignorância que saliento é uma condição generalizada entre a comunidade científica brasileira que estuda Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda e outras vertentes da Comunicação.

De maneira geral, citamos europeus e norte-americanos, mas esquecemos-nos dos latinos. Esquecemos ou ignoramos. E aí está um ponto central na discussão sobre desenvolvimento científico e emancipação intelectual. Isto é, se os latinos almejarem se livrar algum dia do colonialismo que assola também o ambiente acadêmico, precisam se ater mais à prática e ao conceitual elaborados abaixo do Rio Grande.

É bem verdade que, há alguns anos, esforços vêm sendo empreendidos para se aliviar as lacunas que separam investigadores brasileiros de argentinos, cubanos, venezuelanos, paraguaios, colombianos... Uma dessas tentativas de aproximação é a Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (Alaic), entidade criada em 1978 para difundir o pensamento comunicacional latino-americano e fomentar a produção na área. A entidade promove eventos científicos, e um de seus seminários acaba de acontecer em São Paulo, na Escola de Comunicações e Artes, a ECA da USP.

Para conhecer

O 3º Seminário Internacional da Alaic teve como tema uma questão atual e altamente pertinente entre os países do subcontinente: "Democratizar a Comunicação: uma tarefa pendente?" O evento trouxe pesquisadores de doze países (Brasil, Venezuela, Bolívia, Uruguai, Argentina, Peru, Colômbia, Cuba, Espanha, Porto Rico, México e Chile), e boa parte das vedetes internacionais veio do 9º Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação (Celacom), evento que aconteceu às vésperas. (Na verdade, foram duas oportunidades para se ver a quantas anda a produção científica latino-americana na área da Comunicação). Já o 9º Celacom teve lugar na Universidade Metodista, em São Bernardo do Campo, próximo o suficiente da capital paulista para que os participantes aproveitassem a ocasião. Mais centrado nas contribuições acadêmicas, o evento homenageou um dos principais pensadores latinos na chamada Educomídia, Mario Kaplún (1923-1998), comunicador e educador argentino com passagens pela Venezuela, Equador, Uruguai, Colômbia, Bolívia e Peru. Os subtemas do evento apontavam para as relações entre meios de comunicação e educação popular, e as pesquisas apresentadas só reforçam uma verdade cansativamente martelada por aqui: as dificuldades, possibilidades e desafios dos países latino-americanos são muito próximos, extremamente semelhantes. Conclusão que só reforça a necessidade de uma saída conjunta, articulada, planejada.

Para saber mais

Aqui, no Brasil, os esforços para uma aproximação entre os pesquisadores latino-americanos vêm praticamente de dois ou três grupos acadêmicos, liderados por expoentes nacionais. Na USP, Cremilda Medina é uma das operadoras do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam), que não se circunscreve apenas à área da Comunicação; na mesma instituição, Maria Nazareth Ferreira coordena o Centro de Estudos Latino-Americanos de Cultura e Comunicação, o Celacc. Na Metodista, José Marques de Melo, titular da Cátedra Unesco de Comunicação, articula uma série de projetos, entre os quais se destacam a Encyclopédia do Pensamento Comunicacional na América Latina (En- cipecom) e a revista digital PCLA.

Embora essas iniciativas não sejam exatamente recentes e já tenham acumulado importantes contribuições, elas são ainda (e infelizmente) focos isolados de articulação e integração continental. Uma cultura latina ainda precisa ser disseminada nos âmbitos da cultura, do conhecimento e da ciência. Navegar por estas experiências é um bom começo para tomar pé dessas práticas. Mas é preciso ir além. Só pra provocar, penso em voz alta: quando, nós, brasileiros, seremos de fato latino-americanos?

Acompanhe uma cobertura mais informal do Celacom e de parte do Seminário da Alaic no MONITORANDO, o nosso diário virtual.

Paradoxo da Educação

Laura Seligman em 05/08/2005

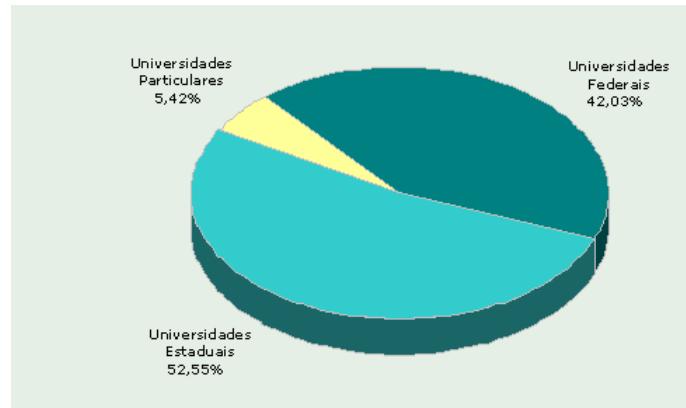
Há algumas coisas na vida que sempre são bem-vindas e nunca são suficientes. Você pensou em dinheiro? Certíssimo. Nos últimos dez anos, cresceram os investimentos em Ciência e Tecnologia no Brasil, alcançando um nível considerável e levando nossos pesquisadores a uma destacada posição internacional.

Em 2002, ao final do governo Fernando Henrique, eram investidos 4,5 bilhões de reais por ano na formação de recursos humanos, e concedidas 31 mil bolsas de mestrado e doutorado no mesmo período. Há poucos dados divulgados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia posteriores a esse período, mas a comparação internacional do período anterior em relação aos gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é interessante.

No ano de 2000, por exemplo, nossos investimentos foram semelhantes aos despendidos por países como Itália, Canadá e Rússia. Superamos muitas vezes os números de países como México, Portugal, Espanha, Austrália. É claro, nem chegamos perto dos investimentos na área feitos pelo Japão (oito vezes maior), França (três vezes maior), China (seis vezes maior) ou Estados Unidos (vinte e três vezes maior).

Em contrapartida, os recursos destinados à Ciência & Tecnologia na área da pós-graduação, que é a área onde mais se produz conhecimento científico neste país, vem dependendo de esforços privados para garantir seu crescimento - tímido, é bom que se diga, já que a diferença é enorme entre o volume de recursos dos âmbitos públicos e

do privado (veja gráfico abaixo). Dados do Ministério da C&T apontam que os recursos federais caíram de quase 1,6 milhão de reais em 2000 para 1,3 milhão de reais em 2003. Os recursos estaduais na área se mantiveram estáveis, provavelmente por conta de poucos estados que mantêm fundações de fomento à pesquisa. No âmbito das instituições particulares de ensino, os recursos aplicados na área subiram de 179 mil reais para 271 mil reais. Ainda é pouco.



Há quem diga que vivemos um paradoxo brasileiro. Desenvolvemos pesquisas de ponta em diversos setores mas ainda ostentamos a vergonha de dezenas de milhões de analfabetos, isso sem considerarmos os analfabetos funcionais, termo criado em 1978 pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) para definir o cidadão que foi alfabetizado, mas não está apto a desenvolver-se pessoal ou profissionalmente - em resumo, lê, mas não comprehende. Segundo algumas organizações não-governamentais, o dado chega a 75% dos brasileiros. Para onde devem ser dirigidos os poucos recursos destinados ao nosso desenvolvimento intelectual? Esse é o caminho que ainda não foi traçado.

Um reflexo da sociedade

Laura Seligman sobre pesquisa dos estudantes do 6º período de Jornalismo da Univali em 16/09/2005

O caráter opinativo de alguns gêneros jornalísticos são geralmente polêmicos. Guardado certo distanciamento crítico necessário à produção da notícia, é todo ele, o jornal, um veículo de expressão opinativa. Na seleção da pauta, nas manchetes, na edição, quem lê a notícia, a enxerga pelos olhos dos jornalistas. É a visão deles que está presente neste processo seletivo - torna-se o jornalista, representante da sociedade.

Mas há entre os gêneros genuinamente opinativos um que tem confessada pretensão de representar a sociedade como um todo. É o artigo jornalístico a contribuição dos não-jornalistas (e também deles) na condução da opinião pública a respeito de fatos de configuração social. Escrito por formadores de opinião (uma herança do jornalismo norte-americano com os opinion makers), ele adquire, conforme descreve o espanhol Gonzalo Martín Vivaldi, o conceito de um “escrito de conteúdo amplo e variado, de forma diversa, no qual se interpreta, julga ou explica um fato ou uma ideia atual, de especial transcendência, segundo a conveniência do articulista”.

Desta forma, segundo ainda José Marques de Melo, a participação no artigo é predominantemente intelectual, uma representação valorizada pela capacidade de argumentar e formular opiniões a partir de referências diversas.

Foi com o objetivo de aferir esta representação que os alunos do sexto período de Jornalismo da Universidade do Vale do Itajaí - Univali pesquisaram nas edições dos meses de Julho e Agosto de 2005 dos Jornal do Brasil (RJ) e A Notícia (SC) sobre a autoria e a temática dos artigos publicados por estas publicações em suas versões on-line.

O jornal A Notícia publica diariamente, três artigos enquanto o Jornal do Brasil varia - de três a quatro diários, aumentando aos domingos para cinco a sete artigos.

Na análise de A Notícia, os alunos verificaram a publicação de 41 artigos sobre política em cada um dos meses estudados. Outros temas como religião, economia, cultura apresentaram menos da metade das inserções do tema predominante.

No Jornal do Brasil não foi diferente. Com o número maior de artigos, em Julho o número de artigos sobre política chegou a 67, com número semelhante em agosto. No olho do furacão das CPIs e denúncias de corrupção no Governo e no Congresso Nacional, a sociedade falou alto, descontente com a situação.

Mas, os estudantes de Jornalismo não se satisfizeram com esses números e a análise da autoria dos artigos confirmou suas suspeitas - não é exatamente um retrato

fiel da sociedade o estampado nas páginas editoriais através dos artigos jornalísticos. Os autores dos artigos em A Notícia, por exemplo, eram na maioria o próprio governador do Estado e outros jornalistas. No primeiro caso, por possível compromisso - político ou econômico - do jornal em relação ao ex-prefeito de Joinville, cidade sede do jornal. No caso do Jornal do Brasil, a maioria dos autores eram os próprios políticos - seria uma espécie de mea culpa ou uma tentativa de passar a batata quente adiante?

A sala de aula foi generosa. Ainda considerou a possibilidade da pouca oferta de artigos, uma vez que não há o hábito de escrever de forma organizada aos jornais. Só na seção de cartas do leitor, temos um longo caminho a percorrer até chegar às mil cartas diárias de jornais como o Pravda russo e o Asahi Simbun, de Tóquio. Fica difícil editar quando há pouca oferta. Mas, a generosidade não se refletiu em ingenuidade. Está certo, não vivemos na Suécia, como recentemente lembrou Tales Alvarenga em artigo da revista Veja. Mas a decadência moral do Congresso e do Planalto precisa ser vista por muitos olhos - os de toda a sociedade.

O canudo é só o começo

Rogério Christofolletti em 28/10/2005

A decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª região, que restaura a obrigatoriedade do diploma para a obtenção do registro profissional de jornalista, restabeleceu a ordem jurídica no campo do Jornalismo. Isso porque recolocou os pingos nos is após uma batalha de quatro anos pela validade da regulamentação da categoria. Lembrando: em outubro de 2001, a juíza federal Carla Abrantkoski Rister concedeu liminar a uma ação civil pública, desobrigando qualquer cidadão de portar diploma de nível superior na área para conseguir seu registro profissional de jornalista. Traduzindo: numa canetada, a juíza punha por terra o decreto-lei nº 83284/79, que regulamenta a profissão, e escancarava os portões do mercado de trabalho num descarado vale-tudo.

De 2001 para cá, órgãos classistas e setores expressivos da categoria (bem como dos estudantes e professores da área) tentaram derrubar a liminar contra o diploma, o que só conseguiram no TRF na última quarta, dia 26. A posição unânime dos juízes surpreendeu os mais otimistas, já que até mesmo o relator, Manoel Alvarez – que em outra ocasião já havia reiterado a liminar – foi favorável à obrigatoriedade do diploma. O repositionamento do juiz chamou a atenção por ser atitude pouco freqüente no Judiciário, sempre conservador e avesso a mudanças bruscas de lado, mesmo em detrimento da justiça.

Formação Específica

Mais do que restaurar a validade da lei mais importante para a classe jornalística – aquela que

lhe dá contornos visíveis de função e atuação no campo do trabalho na sociedade brasileira –, a decisão do TRF reforça o entendimento de que é necessária uma formação específica para o exercício do Jornalismo. E expande essa noção para além dos interesses corporativos: afinal, entre as consequências de uma maior profissionalização do Jornalismo por conta de uma formação superior de seus trabalhadores está um ambiente com informações com mais qualidade, com mais ética e responsabilidade. Assim, a formação específica não apenas serve como argumento para a reserva de mercado, mas tem no interesse público o seu mais forte sustentáculo.

De quebra, a decisão do TRF ajuda a resgatar parte da auto-estima da categoria: afinal, nos últimos tempos, a profissão vem sofrendo revezes. Dividiu-se diante do projeto do Conselho Federal de Jornalismo, e foi “rebaixada” na Tabela de Áreas de Conhecimento (TAC) do CNPq, deixando de ser sub-área. Neste segundo episódio, a gritaria de camadas representativas e influentes do meio acadêmico deu resultado e o CNPq dispôs a dialogar sobre uma nova proposta a ser entregue até o final do mês que vem.

Os resultados

O que fica dos tremores que chacoalharam o campo do Jornalismo nesses tempos? Uma primeira conclusão que se pode tirar é que grandes mudanças não podem ser feitas de maneira apressada. Complexa e heterogênea, a comunidade que vive de e para o Jornalismo é formada por diversos

públicos, com interesses nem sempre coincidentes o que significa uma permanente tensão interna.

Outro ponto a se considerar é que, tal como em outras camadas da sociedade, é absolutamente necessário buscar uma unidade de propósitos. Não significa dizer da necessidade do pensamento único, praticamente impossível nesta comunidade, dadas as suas pluralidade e dinâmica. Mas ao dizer “unidade de propósitos”, refiro-me à formação de pelo menos um núcleo rígido de princípios e valores que norteiem as ações dessa comunidade. Assim, jornalistas, professores, pesquisadores e estudantes da área precisarão – cada vez mais – encontrar pontos de coincidência, afinidades para fortalecer sua luta e a reivindicação de seus pleitos. À medida que se observar o crescimento desses nós comuns entre diferentes pares, observaremos também o enrijecimento e amadurecimento da área e de seu campo de atuação.

Uma terceira lição que se tira desses percalços todos é a urgente necessidade de uma maior discussão interna na comunidade. Ainda debatemos pouco os nossos problemas; ainda reviramos pouco as nossas vísceras. Dispomos de raros ambientes para fazê-lo e de menos disposição ainda para enfrentar os nossos fantasmas. Precisamos conhecer os limites do nosso campo; precisamos conhecer melhor quem compõe a nossa comunidade e o que faz de nós o que julgamos ser. O surgimento e consolidação de algumas entidades vêm ajudando nesse sentido. São exemplares o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), a Sociedade Brasileira dos Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ). Mas há muito mais a fazer.

Repto a pergunta que lancei há pouco: o que fica dos tremores que chacoalharam o campo do Jornalismo nesses tempos? Ensaio uma resposta pouco mais convicta: Resta muito, sobra muita coisa pra fazer. Guardadas as devidas proporções, os desafios que se apresentam são semelhantes aos de um recém-formado na área: a conquista do canudo é só o começo. Importante, mas só o começo. Com o diploma assegurado, temos mais em que pensar.

Afinal, o que é o popular?

Valquíria M. John em 06/12/2005

O que difere o popular do popularesco? O que é afinal de contas, cultura popular? Se não há consenso entre os estudiosos das ciências humanas e sociais, no jornalismo cultural praticado nos jornais diários brasileiros não parece restar a menor dúvida: popular é o que atinge o maior número possível de pessoas, aquilo que se dissemina rápida e massivamente.

Maria Ignez Novais Ayala, uma das principais estudiosas da cultura popular brasileira, sobretudo da oralidade, fala de popular como aquilo que emana do povo. É este também o conceito gramsciano de cultura popular, o das práticas, manifestações, saberes que nascem no interior dos grupos, não necessariamente em grandes grupos, não necessariamente disseminados em larga escala.

O que encontramos nas páginas dos cadernos culturais, salvo poucas exceções, não é cultura popular e sim cultura pop, de massa, ou indústria cultural, a depender da opção teórico-conceitual adotada. Na verdade, a cultura efetivamente do povo ocupa raros espaços em nossos jornais diários.

Há três semestres, realizei com os alunos da disciplina Cultura Brasileira do 2º período do curso de Jornalismo, um trabalho de análise dos suplementos culturais dos principais jornais diários brasileiros, incluindo três diários de Santa Catarina (A Notícia, Diário Catarinense e Jornal de Santa Catarina). Embora não seja a efetiva realização de um estudo de conteúdo (trata-se de um

trabalho realizado em aula), a repetição nos resultados encontrados aponta para o que Fernando Torres, em artigo para o Canal da Imprensa, chama de “o drama cult”. Como o autor, percebemos que os cadernos culturais tendem, ou para a extrema erudição, transformando suas páginas em tratados acadêmicos (portanto, deixando de ser jornalismo) ou insistem na banalização, no culto às celebridades, no entretenimento e na cultura de variedades (o nome do caderno cultural do Diário Catarinense, por exemplo, é exatamente esse último: Variedades).

Daniel Piza, em seu livro Jornalismo Cultural, aponta como um dos grandes problemas a tendência ao agendamento nos cadernos culturais brasileiros. Cada vez mais espaço para a agenda de espetáculos, shows, filmes, TV, em detrimento da análise, da crítica e reflexão quanto às expressões e manifestações da cultura. Não é necessária uma análise muito aprofundada para comprovar que os suplementos culturais dedicam cada vez mais espaço para as grades de programação (TV, cinema, teatros, etc) ou matérias que contribuem para o leitor organizar a sua “agenda cultural” e pouco ou nenhum espaço para matérias que analisem a repercussão ou a contribuição dessas manifestações, característica essencial do jornalismo cultural. Vive-se um drama no jornalismo cultural, literalmente.

Nesse contexto de “agenda”, a cultura popular não encontra espaço, a não ser é claro que seja absorvida e transformada em cultura de massa. Como aponta Ecléa Bosi, o que caracteriza a cul-

tura de massa é exatamente a sua capacidade de assimilar o saber e as práticas do povo e banalizá-los. É a cultura que vende, industrializada, como definiram Adorno e Horkheimer. O espaço reservado à música nos cadernos culturais demonstra ao leitor a dimensão desse aspecto.

Os diários catarinenses não fogem a esta “regra”. Se a ausência da cultura popular nos jornais da circulação mais ampla (como Folha e Estado de São Paulo) já são preocupantes, o que se dizer de jornais que tem como proposta (ou suposta) linha editorial o caráter regional? Os cadernos culturais dos três diários catarinenses reproduzem, em menor escala, a mesma tendência dos assim chamados “grandes jornais”. O que pode explicar tal prática? Como apontado pelo professor Sandro Galarça, na edição anterior desta coluna, a reportagem parece estar desaparecendo do jornalismo. No caso do jornalismo cultural, a situação já é de desespero, uma típica tragédia grega.

As edições dos cadernos culturais do mês de outubro foram mais um capítulo dessa “tragédia”. Em outubro, Santa Catarina ganha destaque nacional pelas festas ligadas às tradições dos imigrantes, as famosas “festas de outubro”, sendo a mais conhecida a Oktoberfest de Blumenau. Uma ótima oportunidade para a cultura popular ganhar as páginas dos diários, certo? Infelizmente não. O diagnóstico realizado pelo Monitor de Mídia, mais os trabalhos realizados em aula demonstram que os jornalistas dos diários catarinenses preferem repetir frases feitas e insistem em falar do chope e das “variedades” das festas. É o popularesco que ganha espaço, mais uma vez a cultura de massa. Qual o motivo? Não há nada além do chope para ser divulgado? Na verdade, o que falta é a boa vontade dos jornalistas, o verdadeiro exercício da reportagem. Prova disso? Em apenas uma hora meia que passamos em uma vi-

sita técnica a uma das festas, a Fenarreco (Brusque), e em visitas isoladas à Marejada (Itajaí) e Oktoberfest (Blumenau), os alunos do 2º período descobriram muitas histórias do povo, nenhuma delas presente nos diários catarinenses. A seguir, transcrevo o texto do acadêmico Joel Minusculi, um exemplo do que poderia ter sido abordado.

A Fenarreco, que ocorre na cidade de Brusque, é considerada o maior festival gastronômico das festas de outubro em Santa Catarina. A festa foi criada em 1986 para divulgar um prato típico alemão – o Ente mit Rot Kohl, ou Marreco com Repolho Roxo.

O responsável pelos pratos típicos da festa, Cláudio Geres, conta que a cultura de criação do marreco é responsável pelo surgimento da festa. A ave, que é de fácil manejo e criação, existia em boa quantidade. “Quando as pessoas se reuniam nos finais de semana, para descansar da semana de trabalho e festejar, cada um trazia alguma coisa para colaborar na festa. Assim, alguns traziam o marreco que se tornava o assado”, conta Cláudio.

Nessa tradição de reunir os conhecidos, muitos viajantes que passavam pelo local gostaram das comemorações e acabaram se juntando. Cláudio ainda explica que no início as festividades ocorriam num clube de caça e tiro da cidade e apresentavam música e danças típicas alemãs. Tudo isso acompanhado da culinária germânica, como marrecos, repolho roxo, purê, salsicha e o chope.

Mas apesar de ser considerada uma festa alemã, nos dias de hoje seu foco é outro. A cozinheira aposentada, Isaura Mercelino de 72 anos, trabalhou nas primeiras edições da festa e acha que “não é mais a mesma coisa”. “A festa hoje é um comércio, deixando a tradição do alemão de

lado”, afirma Isaura. Ela ainda conta que “antes as pessoas eram mais juntas” e o objetivo era uma confraternização. Lamenta ainda que outros elementos entraram na festa, como pratos brasileiros no menu (Filé a brasileira) e as “músicas da juventude”.

As recepcionistas da festa, Deise Horn e Priscila dos Santos, ambas de 21 anos, também acham que a festa não tem mais as intenções da tradição. “Não tem nada de alemão um show do Capital Inicial”, citam as meninas referindo-se à inclusão de shows nacionais nas festividades. “Eles fizeram isso só para chamar mais gente”, afirma Deise. Priscila ainda completa que “o pessoal da cidade não valoriza a tradição, só querem saber de festa e pronto, não importa o porquê dela”.

Firmando os passos para a pesquisa

Rogério Christoletti em 15/12/2005

Na última semana de novembro, Florianópolis reuniu quase duzentos cientistas de todo o país para o 3º Encontro Nacional da Sociedade Brasileira dos Pesquisadores de Jornalismo, a SBPJor. É isso mesmo: eu disse “cientistas”. E embora o uso do termo tenha causado alguma surpresa (ou desconforto) no leitor, a palavra é a mais apropriada, pois se trata de gente que pesquisa, estuda, experimenta, escreve e produz conhecimento sobre jornalismo. Essas atividades são próprias dos cientistas de qualquer campo, mas entre os da comunicação sempre vigorou um mal-estar, graças a uma intensa informalidade que marca o perfil de seus componentes e a um pudor mal-disfarçado de chamar seu métier de ciência. Besteira. A exemplo dos demais ramos, também se faz ciência entre os comunicadores e entre os jornalistas.

A realização desse terceiro encontro da novíssima sociedade científica do jornalismo define bem isso. Criada em 2003, a SBPJor foi a saída para que a pesquisa jornalística se desenvolvesse em margens mais largas: o espaço nos congressos da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, a Intercom, era insuficiente. Não foi um divórcio. Mais parece o caso do filho que deixa a casa dos pais para morar na sua própria. Não rompe com eles e, de vez em quando, aparece pra almoçar...

Aproveitando a metáfora, a criação da SBPJor equivale mesmo a um marco de maturidade para aqueles que militam na pesquisa científica do jornalismo. O surgimento da sociedade dá mais nitidez e especificidade ao campo; organiza

os focos de produção no país; define metas e traça um projeto científico nacional; normatiza práticas burocráticas que ainda são muito levadas a sério pelas agências de fomento; e abre portas para pontes de cooperação internacional. Sem dúvida, é um avanço. Mas nem tudo são flores.

Deficiências

Embora haja muito otimismo entre os pesquisadores do jornalismo, ninguém pode negar que ainda há muito pela frente. Em alguns aspectos, estamos engatinhando. Veja, por exemplo, o mercado editorial de periódicos. Segundo dados da Capes, existem cerca de 200 títulos das áreas de Comunicação e Ciência da Informação e apenas 10% deles alcançam o conceito máximo na avaliação do Sistema Qualis.

Além disso, os próprios pesquisadores não mantêm o hábito de ler e citar periódicos científicos. Levantamento apresentado pelo professor Eduardo Meditsch, coordenador do Encontro da SBPJor, mostrou que é ínfimo o impacto dessas revistas em artigos apresentados nos eventos da área. E mais: os pesquisadores mais citados pelos seus pares são os que mais mencionam revistas em suas referências bibliográficas. Fato que permite supor que esses pesquisadores atuam como tradutores dos periódicos para uma camada mais próxima, gerando pouca inovação e pró-atividade...

Não bastasse isso, dados da Capes e do CNPq – apresentados pelos representantes da Comunicação nessas agências – apontam que os cientis-

tas-comunicadores apresentam poucos projetos para financiamento de pesquisa. Nos programas de incentivo à cooperação internacional e nos editais análogos para intercâmbio interno, há pouca procura. Falta agressividade, concordam todos.

E mesmo nos famosos fundos setoriais, quase ninguém se arrisca. Há quem identifique a razão: não há ligações fortes entre a academia e o sistema produtivo. As empresas do ramo de comunicação ignoram o que se produz nas universidades, e estas torcem o nariz para o mercado, encastelando-se cada vez mais...

Saídas

Mas se as dificuldades são imensas, a ânsia por um cenário melhor é maior. Nesse sentido, o 3º Encontro da SBPJor serviu também para sinalizar uma importante linha de ação para professores, alunos e pesquisadores: a formação de redes de pesquisa, esforços capazes de arregimentar iniciativas distantes geograficamente, mas afinadas nos objetivos.

Como em outras áreas, o jornalismo começa a perceber que trabalhar coletivamente é uma saída para os poucos recursos, a defasagem tecnológica, a dependência teórica externa, entre outros problemas.

No final do evento, três redes foram oficialmente formadas: uma sobre telejornalismo – capitaneada pelo professor Alfredo Vizeu -, outra sobre cibercultura – liderada por Elias Machado e Marcos Palácios – e uma terceira englobando iniciativas sobre crítica de mídia. Esta última, a Rede Nacional de Observatórios de Imprensa, é uma idéia surgida no âmbito do Observatório da Imprensa no final dos anos 90 e que só pôde tomar forma agora, reunindo nomes como Luis Martins

da Silva, Josenildo Guerra, Luiz Gonzaga Motta, Victor Gentilli, Allan Novaes, Danilo Rothberg, entre outros. São mais de quarenta pesquisadores, vindos de treze estados das cinco regiões brasileiras. São pelo menos 18 focos de atividade, e a mais recente é o site Análise de Mídia, da Universidade do Sagrado Coração (USC), de Bauru.

É claro que as redes de pesquisa não são a panacéia para a produção científica nacional. Entretanto, essas tramas possibilitam um punhado de ações que dão mais corpo e força à investigação do ramo. Redes podem agregar projetos diversos e racionalizar esforços para iniciativas maiores; redes facilitam o tráfego das informações, a transferência de tecnologia, e a troca de experiências; redes têm capilaridade e penetram com mais facilidade nos mais diversos cantos; redes amparam os projetos mais frágeis e robustecem os mais antigos. Nesse sentido, podemos enxergar nas redes um princípio viável para a pesquisa brasileira em jornalismo na medida em que elas permitem que os pesquisadores da área deixem de engatinhar, passem a se apoiar mutuamente e firmem suas bases para passos mais firmes e decisivos.

Renoi avança e consolida experiências de observação

Rogério Christoletti em 14/03/2006

A pesquisa científica em Jornalismo vive um momento bastante promissor no Brasil. Passadas quase três décadas do surgimento da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação), as investigações em Jornalismo evidenciaram-se como das mais produtivas no campo, o que provocou o surgimento de uma sociedade científica própria. A SBPJor (Sociedade Brasileira dos Pesquisadores em Jornalismo) é recente, rumo para quatro anos de existência, mas encarna as aspirações dos cientistas que se debruçam sobre problemas e soluções para o Jornalismo nacional. Não houve uma cisão entre os dois coletivos científicos, mas complementação. Fato estratégico e raro no ambiente acadêmico.

Aliás, salvo qualquer deslize ingênuo da minha parte, vejo um espalhar desse espírito de união de forças, de aglutinação de energias. Os atores do campo da Comunicação parecem ter descoberto que é melhor juntar esforços que disputar espaços exíguos. Não que a competição tenha se extinguido por aqui, mas ela não assume mais o primeiro plano. Dois eventos recentes sublinham esse espírito.

Entidades classistas como a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) ou mesmo da sociedade civil, como o FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação), antes tão ensimesmadas, passaram a se aproximar mais dos coletivos acadêmico-científicos (Intercom, SBPJor e Fórum Nacional de Professores de Jornalismo). Diversos eventos vêm sendo

realizados tendo essas camadas de organização como parceiras ou mesmo co-realizadoras. Este é um movimento dos últimos cinco ou dez anos, não mais que isso. E a aproximação entre entidades corporativas, científicas e de articulação da sociedade permite uma sinergia maior entre três interfaces com o Jornalismo: a que vive o mercado de trabalho, a que estuda e pesquisa a mídia e a que consome os produtos informativos. A melhor notícia é que todos se beneficiam com essa convergência: o jornalista, o pesquisador e o cidadão comum. A distância entre academia e mercado fica menor; diminuem também os preconceitos de lado a lado; permite-se uma maior troca de informações e experiência, o que resulta num aperfeiçoamento mais consistente das práticas jornalísticas.

Um segundo caso que ilustra esse espírito de união de forças no campo do Jornalismo é o surgimento de redes de pesquisa. Pelo menos duas foram lançadas oficialmente durante o 3º Encontro da SBPJor, em novembro passado em Santa Catarina. Uma de Telejornalismo e outra de Crítica de Mídia. Embora pareçam iniciativas simples e cotidianas, essas redes não são fáceis de articular. É necessário que haja um coletivo de pesquisadores comprometidos com uma produção em eixos compartilhados; é preciso afinidades teóricas e metodológicas; que haja disponibilidade, ambiente e infra-estrutura para a pesquisa científica nos diversos pontos da rede; enfim, que vigore uma confluência de condições que não só estimule a investigação, mas que possa converter seus resultados em produtos passíveis de difusão.

No caso específico da Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (Renoi), da qual fazemos parte, pode-se dizer que ela está em franca expansão, consolidando experiências em vários pontos do Brasil e fomentando o surgimento de outras. Em quase quatro meses de existência formal, a rede conta hoje com três laboratórios ou projetos formados e consolidados, três em fase de consolidação e outros dez sendo criados.

A bem da verdade, a iniciativa surgiu há praticamente dez anos, quando do surgimento do Observatório da Imprensa. Este primeiro media watcher nasceu no âmbito acadêmico e ainda objetivava uma maior intensidade dessas discussões na universidade. De 1996 pra cá, diversas vezes, tentou-se articular uma rede nacional de observatórios, mas ela só veio a surgir oficialmente no ano passado. Com o lançamento da Renoi, pimentou-se uma parceria com o Observatório da Imprensa, que republica em sua seção Diretório Acadêmico alguns dos textos produzidos pelos diversos nós dessa rede. Se por um lado, os projetos da Renoi ganham maior visibilidade na grande vitrina do Observatório, por outro, é oferecido ao site um mosaico da produção acadêmica de crítica de mídia em diversos cantos do Brasil.

Vitrines da mídia

A Renoi é composta por cerca de 40 pesquisadores de dezenas instituições de ensino superior em onze estados. Todas as regiões brasileiras são contempladas. No norte, fazem parte professores e alunos ligados à Agência Unama, da Universidade da Amazônia, com foco em pesquisas sobre Comunicação, Infância e Adolescência; no nordeste, compõem a rede pesquisadores das universidades federais de Sergipe (UFS), da Paraíba (UFB) e do Rio Grande do Norte (UFRN); na região Centro-Oeste, estão vinculados dois

grupos de pesquisa da Universidade de Brasília (UnB); no sudeste, estão o Unasp, a Universidade do Sagrado Coração e a Unisanta, todos no interior de São Paulo, a Unilinhares, o Centro Universitário Fluminense, no Rio, a Universidade do Triângulo e a Faculdade Estácio de Sá, ambas em Minas Gerais. Da região Sul, estão pesquisadores da Universidade do Vale do Itajaí, de Santa Catarina, e da federal do Paraná (UFPR).

Cada um desses nós da rede representa uma vitrine da mídia local, fazendo observação sistemática dos órgãos de imprensa, exercendo a crítica aos processos e às práticas jornalísticas. Cada uma dessas iniciativas tende a produzir diagnósticos de suas realidades midiáticas, ajudando a compor um mosaico nacional.

Os projetos já formados e consolidados são o Canal da Imprensa, do Unasp, o Monitor de Mídia, da Univali, e o S.O.S. Imprensa da UnB. Criados e em fase de consolidação de seus serviços e pesquisas, estão o Análise de Mídia, da USC, a Agência Unama da Universidade da Amazônia e o Mídia e Política, da UnB.

Em Sergipe, os professores Josenildo Luiz Guerra e Carlos Franciscato, do Laboratório de Estudos em Jornalismo, já formaram suas equipes de pesquisa e atualmente definem critérios de avaliação e detalhes da rotina do projeto. No Rio Grande do Norte, o professor Gerson Martins trabalha na formatação de uma disciplina específica de crítica de mídia e na articulação de um grupo de pesquisa que sustente um projeto de observação sistemática. Na Paraíba, o professor Wellington Pereira, do Grupo de Pesquisa sobre o Cotidiano e o Jornalismo (Grupecj), atua para a criação de um observatório de mídia junto ao Fórum Estadual dos Direitos Humanos.

Em Minas, o professor Avery Veríssimo elabora proposta de um projeto de observatório da imprensa na Faculdade Estácio de Sá. No mesmo estado, o professor Sérgio Gouvêa utiliza a disciplina “Escritório de Jornalismo IV” para atividades de crítica da mídia na Universidade do Triângulo, a Unitri. Na Unilinhas, a professora Jussara Carvalho de Oliveira já iniciou um projeto de monitoramento no curso de Jornalismo local. E em Campos do Goitacazes (RJ), o professor Gerson Dudus conclui em breve um projeto de implantação de laboratório no Centro Universidade Fluminense. Em Santos (SP), o professor Fernando de Maria articula para reservar na home page de sua instituição, a Unisanta, espaço para discussão sobre a mídia regional. Em Curitiba, a professora Kelly Prudêncio aglutina professores de Jornalismo e Publicidade para a criação de um Núcleo de Estudos em Ética na Comunicação, observando prioritariamente as intervenções de lado a lado (jornalismo e publicidade) nas linguagens, oferecendo disciplinas optativas e buscando maior adesão de alunos para o núcleo.

Ensino, pesquisa e extensão

O que se observa, já com tão pouco tempo de funcionamento da Renoi, é que há experiências iniciadas a partir do trabalho de grupos de pesquisa, como é o caso do Monitor de Mídia, do S.O.S. Imprensa e do Mídia e Política, vinculado ao Núcleo de Estudos em Mídia e Política. Essa característica reforça a atuação dos grupos e dá maior visibilidade aos seus projetos na medida em que oferece uma interface menos concentrada no meio acadêmico, um site na internet. Alguns dos novos focos da Renoi tendem a seguir esse percurso, mas isso se dá quase sempre de acordo com o perfil de seus articuladores locais. A Renoi não determina como devem surgir os nós da rede, apenas orienta em que circunstâncias eles podem se viabilizar e se somar ao coletivo.

Existem projetos ligados a disciplinas e, que portanto, têm uma vinculação maior com o ensino de Jornalismo. Alguns observatórios devem surgir como resultados da sala de aula, do trabalho entre alunos e professores, como se coroassem uma boa trajetória. Essas experiências tendem a estabelecer um fluxo de informação que retroalimenta as aulas, tornando mais rico o processo de ensino-aprendizagem. Está por trás disso a idéia de que elementos de crítica de mídia podem ajudar a constituir uma ementa de disciplina. O professor Victor Gentilli, da UFES, conduziu uma experiência similar no ano passado, e outros pesquisadores devem fazer o mesmo em 2006. A criação de um observatório de mídia na universidade a partir de disciplinas regulares ou optativas parece ser uma saída menos dificultosa que por meio de um grupo de pesquisa. Isso porque o grupo, atendendo a critérios burocráticos e regulatórios, precisa estar consolidado e em pleno funcionamento para suportar uma rotina de observação sistemática. Na sala de aula, o compromisso institucional é mais caracterizado e o envolvimento de professores e alunos é praticamente imediato.

Há ainda experiências que se estendem para os caminhos da extensão universitária. O exemplo mais nítido é o S.O.S. Imprensa, que funciona como uma ouvidoria para erros da mídia. Com um site e um telefone do tipo 0800, o projeto oferece orientações ao cidadão comum sobre abusos dos meios de comunicação. Recentemente, o projeto da UnB iniciou a produção e veiculação de um programa de televisão na TV Comunitária do Distrito Federal. A cada 15 dias, o programa de meia hora é exibido, e lá são discutidos temas como invasão da privacidade e responsabilidade social da mídia. Em Santa Catarina, também recentemente, o Monitor de Mídia lançou um programa de TV no sistema a cabo. Trata-se de Monitor na Mídia, que vai ao ar semanalmente pela TV Univali, o canal universitário em Itajaí (SC).

Esses apontamentos em torno do trabalho da Renoi mais nos servem como um balancete dos muitos esforços que estão sendo desenvolvidos pelos pesquisadores participantes. Em outras latitudes e sob novos escopos, a pesquisa em Jornalismo vai aprofundando suas raízes no solo fértil da ciência. Parte de um processo histórico, esse desenvolvimento tem condições de oferecer à categoria profissional e ao público em geral respostas a dilemas que angustiam a todos que produzem e consomem informação. É necessário radicalizar esse interesse e esse empenho.

Pesquisar é preciso

Joel Minusculi em 27/04/2006

Concluí recentemente a pesquisa “Liberdade de Imprensa em Santa Catarina em vinte anos de redemocratização”, financiada com recursos previstos no artigo 170 da Constituição Estadual. Mais que um auxílio financeiro, a pesquisa trouxe grandes contribuições a minha formação acadêmica.

O foco do estudo foi o exercício da profissão na mídia, dentro do território catarinense. Apesar de a análise recair sobre a atuação dos jornalistas só de Santa Catarina, foram observadas informações que diziam respeito a todo o Brasil, do período de 1985 a 2005 – os vinte anos que sucederam o período de ditadura militar do país.

Para começar, examinei arquivos de revistas e jornais (numa rápida constatação, descobri como é difícil encontrar este tipo de memória) e consultei bancos de dados históricos. Também nesta etapa, fiz uma intensa revisão bibliográfica sobre como se deu a censura e a opressão nas terras brasileiras. Como se aprende desde o começo da faculdade, um bom jornalista deve conhecer sobre aquilo que fala.

Ao mesmo tempo em que fazia a leitura das obras e as pesquisas nos periódicos e bancos de dados, não deixei de lado a realidade atual. Era necessário montar um quadro da situação do exercício nos dias de hoje. No acompanhamento dos sites que monitoram a liberdade de imprensa, tanto em Santa Catarina ou em todo o mundo, comprovei registros de que ainda acontecem casos de censura e atentados a jornalistas. E não foram

poucos. Com esses dados brutos nas mãos, era o momento de achar seus porquês.

Comparados a outros estados, os casos catarinenses não foram tantos. A realidade não é mais tão violenta, mas nem menos complicada. O grotesco dos atentados foi substituído pela sutileza do jogo político e econômico. Hoje, se atinge no bolso e na moral dos jornalistas e pouca coisa é tornada pública, pelos interesses dos que detêm o poder.

Essas informações são uma síntese das entrevistas com jornalistas atuantes em Santa Catarina. As conversas foram fontes de grande importância. Em todas as ocasiões fui muito bem recebido e aprendi muito além das perguntas formuladas. Um resgate histórico e um debate muito mais fiel da realidade, do relato de quem vive no cotidiano a situação analisada.

No final do tempo proposto para o recolhimento de informações, em janeiro de 2006, era hora de concluir. Apesar dos avisos do meu orientador, de que sempre se deveria saber filtrar as informações, havia muito material. Com a releitura de tudo, começamos o trabalho de colocar nos moldes metodológicos e pontuar as descobertas. Foi nessa etapa que a descobertas mais relevantes apareceram.

Quando comparadas as estatísticas dos casos, não houve coincidência dos números publicados por sites e publicações especializadas. Os dados apresentados divergem entre as tabelas. Isso

aponta para duas possibilidades: os casos de atentados não chegaram até os órgãos de registro ou houve negligência no levantamento. Além disso, a queda da violência não representou a extinção da censura.

O fato da contradição não é o problema principal dos dias de hoje. A existência desses casos e as novas formas de censura dentro da democracia instituída no Brasil são as questões que assolam os jornalistas. O cerceamento à liberdade e a violência contra os jornalistas devem, além das tabelas, aparecer e serem denunciados para que algo seja feito. Para que a vergonha por esses atos os iniba, devemos conhecer para resolver e lembrar para não repetir.

Educação, Comunicação e Cultura: diálogos necessários

Valquíria Michela John em 01/08/2006

Ciente da importância da formação de um jornalista capaz de analisar e refletir sobre o mundo a sua volta, o Monitor de Mídia vai participar das discussões e reflexões relacionadas às áreas de Educação, Cultura e Comunicação na cidade de Canoas no Rio Grande Sul. Entre os dias 2 e 4 de agosto, a Universidade Luterana do Brasil promove o 2º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação (2º SBECE). Como destacado pela organização do evento, “a contemporaneidade tem se destacado pelos modos como a cultura opera, incidindo na constituição das identidades e subjetividades, moldando maneiras de ser, de pensar, de viver, enfim, regulando fatores materiais e simbólicos da vida nas sociedades do presente. Isto tem consequências importantes para a educação, e o objetivo deste 2º Seminário é abrir um amplo espaço para a discussão das questões implicadas nesta cada vez mais complexa e plurifacetada relação entre Educação e Cultura Contemporânea”.

O 2º SBECE é uma promoção do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/Canoas), contando com a colaboração do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), do Grupo de Pesquisa Cultura e Educação (GPCE) e do Núcleo de Estudos sobre Currículo, Cultura e Sociedade (NECCSO). Entre os convidados estrangeiros, destaque para o Dr. Dr. George Yúdice (New York University, EUA) que fará a conferência de abertura abordando a temática “A Conveniência da Cultura”, título de um de seus livros, conside-

rada uma das mais importantes publicações contemporâneas na área dos Estudos Culturais.

No dia 04, um debate sobre “Cultura contemporânea e produção de Subjetividades” encerra o evento, tendo como debatedores o Dr. Thomas S. Popkewitz (University of Wisconsin-Madison - EUA), Dr. Jorge Ramos do Ó (Universidade de Lisboa - Portugal) e o Dr. Alfredo Veiga-Neto (ULBRA/UFRGS).

O tema central do 2º Sbece é “Educação e Cultura Contemporânea” e um dos focos temáticos é, justamente, Educação e Mídia, uma das linhas de pesquisa e de preocupação do Monitor de Mídia.

Num momento em que os conflitos por motivos étnico-raciais, religiosos ou motivados pelas intensas desigualdades sociais se agravam em todo mundo, torna-se cada vez mais evidente a necessidade e a importância de se discutir, analisar e refletir a questão alteridade.

A cultura, ou a discussão sobre as culturas, torna-se cada vez mais o centro do debate contemporâneo, não apenas do debate acadêmico, mas das conversas em todas as esferas da vida. Debates esses agendados, motivados, pautados enfim, na maioria das vezes, pelo relato jornalístico. Os meios de comunicação tornam-se cada vez mais os principais mediadores entre o mundo que nos circunda e a vida particular de cada um nós. Partindo da premissa de que os meios de comunicação atuam no sentido de construir a realidade

(e de que esta é sempre socialmente construída), a responsabilidade do conteúdo informativo difundido pelos jornalistas, e pela mídia como um todo, é cada vez mais enfatizada. Faz-se necessário, portanto, refletir sempre a respeito da produção da informação e suas implicações na vida cotidiana. Por isso mesmo, principalmente na academia, nos espaços de formação de jornalistas, não se pode pensar esta profissão dissociada de uma formação mais ampla, interdisciplinar, que se relacione com as demais áreas do conhecimento às quais a Comunicação está essencialmente ligada - a história, a sociologia, a antropologia, a educação, enfim, todas as áreas que assim como a Comunicação têm o homem como seu “objeto” de preocupação.

A “corrente” dos Estudos Culturais, uma das vertentes das chamadas Teorias da Comunicação, traz em sua essência exatamente essa preocupação – o estudo do sujeito “inteiro”. Um sujeito que se comunica, produz cultura, vive em espaços sociais, pertence a grupos, forma opiniões e ajuda a construir a história. Embora nem sempre valorizada na formação de jornalistas, a interdisciplinaridade proposta pelos estudos culturais, a importância de se pensar a construção de identidade, as relações de gênero, as minorias, contribuem para a formação de um jornalista capaz de analisar e interpretar o mundo a sua volta, um jornalista que não se limitara a repetir clichês e estereótipos e atuará de modo mais responsável na mediação das representações de mundo. Por isso se faz tão importante e necessários dialogar com outras áreas do conhecimento para que o jornalista não se limite a ser um mero técnico da informação.

Mídia, educação e juventude

Laura Seligman em 04/09/2006

Os jornalistas sempre se perguntam sobre quem lê o que escrevem na mídia? Talvez as melhores perguntas a serem feitas seja o que e como lêem. Foi com essa preocupação que a Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI convidou 80 profissionais representantes da imprensa, de universidades e de movimentos sociais e juvenis para o evento EU DECIDO! Juventude, participação e comunicação. O Monitor de Mídia foi convidado e estava lá.

Durante dois dias, em São Paulo, todos arregaçaram as mangas para debater temas que podem ser boas preocupações para os profissionais da mídia durante este delicado período eleitoral. Os temas debatidos foram Democracia Representativa; 'Mídia e Democracia'; 'Juventude e o Fortalecimento dos Processos Democráticos'; 'Votei. E Depois?'; 'Ética na Política e no Dia-a-Dia'; 'Diferentes Formas de Participação Juvenil'; 'Participação Juvenil e Políticas Públicas'; 'As Crises no Processo Democrático (o Voto Nulo Como Forma de Protesto Versus Impactos a Longo Prazo)'. Ficamos no último grupo e, ao final dos dois dias, todos colaboraram para a publicação de um documento que traz, para cada um dos oito itens, uma contextualização e abordagem conceitual do tema, seguidas de recomendações aos profissionais da comunicação e sugestões de pautas.

Importante destacar o princípio democrático e colaborativo do evento organizado pela ANDI que, com honestidade, selecionou por todo o país, interessados no tema com características as mais variadas – desde quem trabalha di-

retamente nos movimentos juvenis a quem estuda seu comportamento. O resultado desse trabalho sério será enviado a toda a mídia nacional – grande, pequena, tradicional ou alternativa.

Segue, abaixo, o texto elaborado pelo grupo que analisou o tema 'As Crises no Processo Democrático – o voto nulo como forma de protesto versus impactos a longo prazo.

Reflexão sobre o contexto/universo conceitual

Vivemos uma crise no processo democrático? Nos parece que não. Não existe crise no processo democrático, mas na representação política, o que se reflete na confiabilidade do eleitor e nos valores éticos e morais envolvidos.

O Brasil ainda está recém namorando a democracia e já vive uma crise das instituições democráticas, das instituições representativas. A crise seria, também, identitária – a sociedade brasileira já sabe o que não quer ser, mas ainda não encontrou uma nova identidade.

O voto nulo como forma de protesto

O voto nulo é legítimo e não aparece somente como uma resposta para uma decepção pontual com o processo eleitoral. Para muitos, é uma alternativa quando não existem esperanças nas instituições e não há crença alguma no processo de representação. Ele está mais ligado a uma tentativa de não compactuar com o sistema do que de tentar transformá-lo. Apesar disso, o voto nulo

não deve ser confundido com revolta juvenil vazia e pouco fundamentada. Ele pode ser propositivo, se aliado a maneiras alternativas de se fazer e de se pensar a política.

A campanha que circula na internet sobre conseguir 50% de votos nulos para anular as eleições busca tanto a solução nas instituições quanto aquela que busca o chamado “voto consciente”.

O voto nulo está ligado à realização de uma outra política que não está necessariamente comprometida com a transformação das grandes estruturas, tampouco busca soluções vindas do Estado. Anular o voto pode ser a representação de quem busca uma política com outras formas de organização social, uma política que está mais ligada à ação direta – intervir na realidade fora das instituições formais.

As consequências do voto nulo

Voto nulo é decorrente de confusão, falta de opção e falta de informação e pode virar moda. Não que o voto em legendas ou candidatos seja “consciente”, mas a tendência é o voto nulo tornar-se tão frágil quanto o voto válido. As campanhas para voto nulo como são feitas hoje são tão ruins quanto fazer campanha para qualquer outra plataforma.

Talvez o problema possa estar na falta de consciência. A população continua acreditando que a verdade é aquela que passou na tevê, que saiu no jornal. Precisamos de mudança no conteúdo midiático, mas é necessário que seja acompanhada de um letramento para a mídia.

O nível de entendimento sobre o porquê votar nulo é pequeno e dá margem, inclusive, à invenção de informações que têm circulado na internet e influenciado inúmeras pessoas a uma ação inconsciente.

Fazer política pode ser diferente

Tanto as campanhas eleitorais quanto as que incentivam o voto nulo se apresentam de forma superficial, não contemplam a complexidade e a diversidade de esferas de participação cidadã. De um lado se diz vote porque é seu dever e tudo vai mudar; de outro se afirma não vote porque vai eleger um pilantra, não há solução.

O voto nulo, o voto branco e o voto válido não podem ser colocados como as únicas formas de participação política do cidadão. É necessário problematizar as instâncias de participação e as práticas de movimentos, dos parlamentares, e do Executivo.

A democracia representativa não é a única forma de se fazer política. Acreditamos que existem outras maneiras de organização, que se exerce o poder em todas as relações da sociedade.

Recomendações para os profissionais de comunicação

Entende-se que a mídia tem exercido papel importante na divulgação de escândalos que são frutos da crise nas representações políticas, apesar da pressão de partidos. Para que se fortaleça essa parceria, recomenda-se:

- Não agregar juízo de valor sobre os eleitores que votam nulo. Problematizar o voto nulo sem desqualificar. Devem ainda incentivar a compreensão do público leitor sobre o significado do voto nulo;

- Colocar votos válidos, nulos e brancos em um mesmo patamar, sem discriminá-los ou exaltá-los, evitando que esta manifestação torne-se um “modismo”;

- Garantia da Multiplicidade de vozes na mídia. Contemplar a diversidade de opiniões e o equilíbrio das fontes, essenciais ao bom jornalismo;

- Os profissionais de mídia devem expandir o conceito de política em seus veículos, mostrando que a política vai além do voto em eleições. Ações aparentemente “pequenas” do ponto de vista político-convencional podem ser muito transformadoras e influenciam na vida das pessoas;

- Tratar os temas da política sistematicamente e não apenas nos momentos eleitorais;

- Organização de conselhos de leitores que tragam a comunidade para dentro do veículo, na participação do processo produtivo;

- Programas de responsabilidade social que levem os veículos de comunicação a dialogar com as comunidades;

- Incentivo à criação de conteúdo para jovens e feitos com a participação de jovens na mídia/ Abertura de canais de participação na mídia para os movimentos juvenis;

- Qualificar o leitor, incentivar a leitura crítica dos veículos de comunicação;

- Atender mais demandas políticas dos eleitores, e menos as dos partidos. Falar abertamente sobre questões que afligem a vida do público eleitor.

Sugestão de Pautas

- Esclarecimentos acerca do voto nulo. Explinar a diferença entre voto nulo e nulidade. Esclarecer o que é mito e o que é verdade, e o que está na Lei.

- A campanha política que foge ao controle do TSE – orkut, e-mails, etc. Como a legislação age neste problema?

- As formas de participação e intervenção política – como o eleitor pode exercer o controle social de quem elegeu? Como a reforma política pode contribuir neste sentido? Abordar a reforma política para além das questões eleitorais.

- Quem são os jovens que militam pelo voto nulo - quais os seus motivos? Em contrapartida, conhecer quem condena essa prática. Ouvir as razões do voto válido. Saber por que as pessoas votam em determinados candidatos.

- Pautar formas diferentes de participação política na esfera pública – a possibilidade de fazer política que vai além do voto;

- Projetos de Lei relevantes socialmente – com impacto na vida do país/cidadão;

- Experiências de jovens que, por conta própria, se organizaram para expressar anseios juvenis (editores de livros, gravadoras independentes, organizações comunitárias, grupos culturais)/ mostrar como exemplo de ato político;

- Matéria “Dicionário da Política” que aborde vários aspectos da atuação dos senadores, deputados, governadores, entre outros e como funcionam as instituições políticas.

Estado x Comunicação

Patrícia Wippel da Silva em 18/09/2006

Entre os dias 6 e 9 de setembro, ocorreu em Brasília o XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom). O tema central desta vez foi Estado e Comunicação, muito apropriado, visto que este ano o país registra 300 anos da primeira tentativa de controle da imprensa por parte do Estado. O Monitor de Mídia esteve presente, e apresentou no Seminário de Temas Livres a comunicação “O critério da proximidade: uma discussão sobre o local e o global na grande imprensa catarinense” e participou da Mesa Temática de metodologias de crítica de mídia.

Mais de 3500 pessoas entre pesquisadores, professores e estudantes analisaram criticamente a relação entre Estado e Comunicação. Em debates e questionamentos sobre as temáticas apresentadas, o Intercom permitiu uma interessante troca de experiências e conhecimentos.

Os participantes puderam conferir núcleos de pesquisa, seminários, simpósios, painéis, oficinas, lançamentos de livros, diversas mesas temáticas e debates, que aconteciam simultaneamente.

O congresso proporcionou o envolvimento de todos, procurando a integração de todas as áreas da comunicação. Novas perspectivas, descobertas e aprendizados puderam ser adquiridos através do intercâmbio de informações obtidas nas discussões acerca do tema central.

Estando em um tipo de Congresso de valor acadêmico-científico como o da Intercom, nos recai a realidade – regional, nacional e internacional - meio a debates e apresentações que presenciamos. Nos damos conta e nos inteiramos da importância e do poder da comunicação. Ficamos mais conscientes da responsabilidade da nossa (futura) profissão.

A heterogeneidade da ANPED

Laura Seligman em 30/10/2006

A 29^a reunião anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED) foi histórica menos por sua programação, mas por uma nova orientação geográfica. Os mais de mil pesquisadores que vêm de todas as regiões do país não terão, a partir do ano que vem, o benefício do confinamento que a pequena cidade de Caxambu, no sul de Minas Gerais, proporcionava a quem comparecia à reunião. De outra forma, fica facilitado o acesso à reunião da ANPED que em 2007 acontecerá na cidade de Santos, litoral paulista.

Não se pode ganhar tudo, o tempo todo. O mesmo pode-se dizer em relação à programação aprovada pelos Grupos de Trabalho. São 23 ao todo, que contemplam áreas diversas como a filosofia, comunicação, matemática, meio ambiente, sexualidade, todas ligadas à Educação, é claro. Aliás, esse é um dos grandes valores da ANPED – a grande diversidade teórica ofertada. Você pode sair de uma sala onde um pesquisador fala sobre Deleuze e entrar, alguns metros adiante, no paraíso dos adornianos. Pode tudo na ANPED, desde que se tratem de pesquisas concluídas.

Essa diversidade de temas e trabalhos oferece um risco que nem sempre se pode evitar. Aliás, em breve deverá ser reinventada a forma como são organizados os eventos nacionais. Ao velho estilo rodízio de pizza, se vê muito, mas não se aprofunda nada, tampouco se estabelece o debate. Da maneira como são

aprovados, na forma de resumo, os avaliadores mais deduzem do que sabem o real conteúdo da pesquisa.

Do muito que me foi oferecido, destaco a participação da pesquisadora francesa Anne Marie Chartier, com uma sessão especial sobre cultura escrita e letramento. Chartier falou de uma pesquisa desenvolvida na França sobre três mil cadernos escolares – desde o período pós-Revolução Francesa até a contemporaneidade. Brilhantes as contribuições do professor Antônio Álvaro Zuin, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), recém-chegado do pós-Doutorado na Alemanha. Zuin é autor, entre outros livros, de *Ensaios Frankfurtianos*, pela Editora Cortez; *Adorno – o poder educativo do pensamento crítico*, pela Vozes; e *Teoria Crítica, estética e educação*, pela Autores Associados. Com a apresentação de trabalho recomendado, abriu as sessões do GT 16 – Educação e Comunicação com o trabalho “Educação e Comunicação – uma abordagem filosófica”. No texto, Zuin defende que a gênese do processo educacional/formativo da civilização ocidental se confunde com o desenvolvimento das mediações técnicas que permitiram a sua comunicação e difusão. Zuin ainda encerrou os três dias de trabalho com uma pesquisa sobre o Orkut: “Adoro odiar meu professor – o Orkut, os alunos e a imagem dos mestres”. Zuin, grande estudioso das teorias de Adorno, lembrou, ao analisar o ódio demonstrado nas comunidades virtuais dirigidas a professores, a fala do Zarathustra de Nietzsche:

“O homem do conhecimento não precisa somente amar seus inimigos, precisa também poder odiar seus amigos. Paga-se mal a um mestre, quando se continua sempre a ser apenas o aluno. E por que não quereis arrancar minha coroa de louros? Vós me venerais, mas, e se um dia vossa veneração desmoronar? Guardai-vos de que não vos esmague uma estátua!”.

Os jornais educam no ciberespaço?

Laura Seligman em 21/05/2007

Essa pergunta é feita a todo o momento e sob diversas abordagens por pais, professores e pesquisadores. O que aprende o sujeito que aperta a tecla de ligar do computador e se conecta a um mundo de informação e de conhecimento? Mais do que isso, como aprende o sujeito conectado?

Para alguns autores, sem mesmo questionar o jornalismo, é possível uma pedagogia crítica no ciberespaço, apesar do reconhecimento de que nele, tudo cabe. O ofertório de temas e abordagens com reconhecida credibilidade se misturam a um mar de construções frágeis, cheias de falhas. Para o israelense Ilan Gur Ze'ev, professor da Universidade de Haifa, há conflito entre os dois conceitos. Pedagogia crítica é uma construção moderna que objetiva o Esclarecimento. O ciberespaço é totalmente pós-moderno, descentrado, múltiplo.

Apesar do pessimismo de Ze'ev, outros frankfurtianos vêem com bons olhos as possibilidades do virtual como oportunidades para que o ato de aprender ganhe novas configurações. É o caso de Douglas Kellner, estudioso da Escola de Frankfurt, e de Lankshear e Peters, todos citados por Ze'ev no artigo “É possível uma educação crítica no ciberspaço?”

Para Pierre Levy, no livro Cibercultura, a rede mundial de computadores muda a relação que temos com o mundo e com os fatos. Na web, as informações circulam num fluxo ininterrupto – muda também o conceito de proximidade. “Cada conexão suplementar acrescenta ainda mais heterogeneidade, novas fontes de informa-

ção, novas linhas de fuga, a tal ponto que o sentido global encontra-se cada vez mais difícil de circunscrever, de fechar, de dominar”.

Para a maioria, as multiplicidades da web são vistas como uma panacéia. Um novo mundo tecnológico onde homens são servidos por máquinas em nome de um bem comum não é exatamente um quadro novo. Durante todo o século XX a filmografia tratou de imaginar como seria a nossa relação com as máquinas. O medo de que elas nos dominassem esteve presente em muitas personagens. Talvez a mais fantástica delas tenha sido o computador HAL 9000, de Kubrick em “2001 – uma odisséia no espaço”.

O que mudou realmente nas relações sociais com as tecnologias? Como o jornalismo passa a ser visto pelos que têm acesso à Internet? No processo de construção da notícia, pouco ou nada mudou. Na forma como lemos as notícias, quase nada mudou além da velocidade com que elas se apresentam e se retiram.

Talvez a maior mudança seja a diferença física que destacava as diferenças entre jornalismo e conhecimento acreditado deixa de existir na web. O jornal de papel, que suja as mãos e se deteriora perde em credibilidade para os livros, elaborados fora do processo estonteante do jornalismo, publicados após longas revisões e em qualidade para durar uma vida.

Na web todos parecem obedecer a um mesmo estatuto e quanto à aparência física, os jornais

saem desta vez na frente, com recursos múltiplos – fotos, imagens, sons, figuras que piscam, se movimentam, levam o leitor para todo o lugar.

A aclamada democratização do acesso e da construção do conhecimento na Internet e a multiplicidade que lhe é característica pode ter reafirmado o estatuto de verdade dos jornais em vez de lhes marcar com a crítica esperada. Quem tem mais credibilidade para o internauta – a instituição ou o indivíduo?

A cada passo que se dá em direção à popularização de novas mídias se reafirma a necessidade de educar para que sua leitura seja crítica. Nossos 15 milhões de internautas brasileiros, expostos a bilhões de unidades de informação por navegação, não podem ser educados criticamente se os parâmetros educacionais forem os de uma concepção moderna de aprendizagem. É fisicamente impossível fazê-lo sozinho, há que ser educado para tanto. Se há uma nova ordem da informação e da comunicação, protagonizada pela construção da Sociedade da Informação, a nova ordem educacional deve deixar os documentos de papel e ganhar a prática pública. Talvez assim, não só os jornais eduquem dentro ou fora do ciberespaço, mas o conhecimento possa ser alcançado em toda a parte.

Um balanço do Jornalismo no Enade 2006

Gabriela Azevedo Forlin e Fabíola Obadovski da Rosa em 11/06/2007

Em dezembro de 2006, alunos dos cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas, incluindo os de Comunicação Social, fizeram a prova que avaliou as subáreas: Cinema, Editoração, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Radialismo e Relações Públicas. Os resultados, divulgados recentemente, mostram um panorama preocupante, já que, no geral, o desempenho não foi satisfatório.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) é uma das avaliações realizadas pelo Ministério da Educação, integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Com esta prova, o objetivo do governo é avaliar o desempenho dos acadêmicos de cursos superiores de acordo com o conteúdo programado pelas universidades. As provas são realizadas por alunos ingressantes e concluintes, escolhidos aleatoriamente.

É importante destacar que este teste é apenas parte de uma seqüência de avaliações. Nesta etapa apenas o desempenho dos estudantes são avaliados, o que não representa, ainda, o conceito geral do curso. Nas etapas seguintes são analisados: condições do corpo docente e infra-estrutura oferecida pela instituição, inclusive com visitas periódicas de avaliadores. Em suma, os resultados publicados recentemente não podem ser considerados conclusões definitivas.

Confira o apanhado geral dos principais dados que envolvem os acadêmicos de Jornalismo no exame.

Participação

O total de estudantes de Comunicação Social no Brasil é 75.918. Destes, 89,8% estudam em instituições privadas, enquanto a minoria de 10,2% está em universidades públicas. A região que apresenta maior número de estudantes desta área é a Sudeste, com 46.617 acadêmicos. A região Sul vem em segundo lugar com 10.893 alunos.

O número total de estudantes convocados para fazer a prova de Comunicação Social foi 53.458, entretanto apenas 43.140 realizaram o teste. Destes, 23.061 eram ingressantes e 20.079 eram concluintes.

Médias

Formação Geral

A média total do desempenho geral dos acadêmicos de jornalismo no componente de “Formação Geral” foi 48,9. Esta média é um balanço da pontuação dos ingressantes (47,8) e dos concluintes (50,3). A média das universidades públicas foi 45,8, enquanto as instituições privadas obtiveram média 49,5.

Observa-se que as instituições privadas obtiveram desempenho superior às públicas, com uma diferença de aproximadamente quatro pontos. Contudo, é válido destacar o vexame geral, já que todos estão abaixo da crítica. Mal alcançaram a metade da pontuação.

As regiões que se destacaram foram a Sul (média 50,0) e Sudeste (49,7). Este resultado

reflete uma tendência já constatada no índice de Desenvolvimento Humano de cada uma: 0,807 e 0,791 respectivamente. Isto demonstra que nestas regiões há um investimento que traz resultados positivos, ainda que não o esperado.

Componente Específico

Já a média total destes acadêmicos no “Componente Específico” é 38,5 – balanço entre a média dos ingressantes (35,7) e dos concluintes (42,0). A média das universidades públicas foi 38,3, enquanto as instituições privadas obtiveram média 38,5. As regiões que obtiveram as médias mais altas neste componente foram a Sul (média 44,3) e a Norte (43,3).

É importante valorizar o desempenho da região Norte nesta parte da avaliação, já que os estados que a compõe ficam praticamente isolados do que ocorre no restante do Brasil: desde a tomada de decisões políticas até o movimento educacional.

Conceitos Enade

A maioria dos cursos de Jornalismo (57,1%) obteve conceito 3. O restante obteve conceito 1 ou 2 (14,8%) e 4 ou 5 (28,1%). É importante ressaltar que 65 cursos brasileiros não foram conceituados e nem incluídos nos cálculos percentuais.

Levando em consideração que o teste avalia o desempenho dos acadêmicos, ele reflete a dedicação de cada um com os estudos. Portanto, as instituições que apresentam as maiores médias em tese possuem grandes candidatos a serem melhores profissionais.

IDD Conceito

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Indicador de Diferença Entre os Desempenhos Observado e Esperado - IDD Conceito, é uma transformação do IDD Índice. Ele é apresentado em cinco categorias (1 a 5), sendo que 1 é o resultado mais baixo e 5 é o melhor resultado possível. Esta avaliação indica o quanto o aluno aprendeu e desenvolveu ao longo do curso.

Considerações finais

A participação dos acadêmicos de Jornalismo foi importante para a imagem no nosso estado. O curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina foi considerado o melhor do Brasil, apresentando o conceito 5 no Enade e IDD Conceito também 5. Foi um dos 45 cursos do Brasil que obtiveram conceito máximo, bem como um dos dois únicos cursos de Santa Catarina que se destacaram pela nota 5.

A Universidade do Vale do Itajaí obteve conceito 4 no Enade. Apesar disso, esta boa nota não ameniza o mau resultado no IDD Conceito, que foi 3.

Fair Play

Comunicação e esportes nos textos reunidos a seguir.

Bola fora, bola dentro

Sandro Galarça em 08/03/2006

Pois, a bola da vez é, perdoem a redundância, a própria bola. Ela roubou a cena na cobertura jornalística dos campeonatos estaduais de futebol e, depois de tanta polêmica, as federações carioca, mineira, paranaense, baiana, catarinense e gaúcha - onde as reclamações foram mais veementes por parte da torcida e dos próprios atletas - estão substituindo, em jogos noturnos, a nova criação da Penalty pela tradicional bola branca. Em jogos noturnos nos estádios pouco iluminados, alegam os críticos, a cor laranja é pouco percebida pelo pouco contraste que apresenta com o gramado verde-escuro.

Uma pesquisa rápida com as palavras "bola laranja" no site de buscas Google apresenta mais de 30 páginas completas de links sobre a polêmica. O resultado: 99% de comentários negativos a respeito da medida. Cabe ressaltar que bola laranja não é novidade, já que nos países europeus é comum sua utilização em jogos sob neve, por motivos óbvios.

Fruto de uma grande campanha de marketing esportivo, a Penalty pode não ter consagrado a mudança num país de conservadores, mas obteve mais retorno em mídia espontânea do que se a novidade fosse encarada como sucesso: durante todo o mês de fevereiro, jornais do Brasil inteiro usaram suas páginas para criticar a decisão, que souu como arbitrária e implantada de forma não negociada, pois decidiu usar tal artefato num país onde não neva.

Os artistas do espetáculo, ao se posicionarem contra a nova bola, acabam induzindo os torcedores, que por sua vez reproduzem o discurso dos formadores de opinião. O técnico Emerson Leão, do Palmeiras, teria dito: "essa bola é uma porcaria". Os goleiros também reclamam da pouca visibilidade do objeto, que decola como foguete e passa quase imperceptível pelos zagueiros na direção do gol.

Bola dentro

Nos jornais catarinenses, destaque para a ampla cobertura do Jornal de Santa Catarina de 26 de janeiro de 2006, ao publicar, ainda no início da campanha pela erradicação da bola laranja dos gramados, uma completa reportagem sobre o caso, na capa do Caderno de Esportes daquela edição. O Santa fez uma boa retrospectiva do material e da cor utilizada nas bolas de futebol através dos tempos, desde que Charles Miller trouxe para o Brasil duas bolas feitas de bexigas de boi e revestidas com couro de vaca, com a costura exposta.

Também foram ouvidos atletas da região, como o goleiro Silvio, do Marcílio Dias, e outros jogadores do Brusque, do Metropolitano e do Atlético de Ibirama, numa maneira de repercutir localmente a discussão que existia em nível nacional.

Nesta mesma reportagem, Clóvis Hagström, representante da Penalty no Brasil, explica que o laranja é a cor da moda e que a intenção era

transformar a bola em parte do espetáculo. Em diversos sites esportivos, como o Lance.net, o homem forte da empresa de material esportivo garante que a bola laranja foi largamente testada e é o resultado de uma ampla pesquisa de marketing, além de fazer parte de um posicionamento estratégico de mercado. Utilizada nos campeonatos do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Ceará, a bola está sendo comercializada em todo o Brasil, pelo preço de R\$ 189,90. Resta saber se a pesquisa foi realmente aplicada a torcedores e jogadores de futebol e se o palco de observações foram mesmo os belíssimos, modernos e bem iluminados estádios do interior do Brasil.

Desliguem os aparelhos

Laura Seligman em 14/03/2006

Ronaldo Nazário é uma alma futebolística agonizante. O povo vaia, os colegas ficam consternados, os comentaristas são até cruéis: Ronaldo está muito gordo, Ronaldo está muito velho. Foi Platini, astro da seleção francesa da década de 80, quem disse. Foi bem dito. A torcida fez coro.

Ronaldinho tem só 29 anos, ainda resta um certo fôlego no futebol. Não é exatamente o auge, mas ainda dá pro gasto. Ronaldo afirma pesar o mesmo que pesava na copa de 2002, parece que eram uns 81 quilos. Ninguém viu a balança.

Todo esse episódio não tomaria a proporção que tomou, se Ronaldo não contasse com o apoio institucional de uma das maiores corporações de comunicação no mundo. A Rede Globo abraçou Ronaldo, ele tem amigos por lá.

Com todas as suas forças, a Globo direciona as reportagens de seus telejornais, especializados ou não em esporte, para a “injustiça” européia contra o “fenômeno”. Ex-jogadores cogitam uma simples má fase, treinadores dizem que o queriam no seu time, enquetes apresentam sucessivos depoimentos de populares que poderiam se traduzir na seguinte frase: “Ronaldo é o rei”.

Ao contrário do que quer a Rede Globo, Ronaldo não é o rei. Nem aqui, nem na Europa. Não adianta insistir. Ao contrário da política, é preciso algum desempenho favorável no esporte para convencer a torcida. Eleitores votam por muito menos do que um gol.

Agora ele se queixa da crítica que Pelé fez: a vida particular estaria atrapalhando seu desempenho dentro de campo. Ronaldo protesta, ago de verdade deve haver na afirmação de Pelé. Dono de uma carreira inconstante, raras vezes em sua história profissional Ronaldo manteve regularidade de suas boas fases por mais de uma temporada. Talvez sejam muitos aplausos, holofotes, o rei da Globo se envaidece, perde o foco e erra o gol (aliás, o pênalti que ele perdeu esta semana foi a gota d’água).

Talvez o problema esteja também no ambiente familiar. Ronaldo foi criado pela mãe para ser um popstar do futebol. Criou-se uma aura personalista em volta do jogador que despontou ainda jovenzinho. Do Cruzeiro para o mundo, tornou-se “o fenômeno”. A mídia reforçou e como ela define o que é verdade, Ronaldo assim foi aceito. É claro que sempre foi um jogador excepcional, mas, cá pra nós, fenômeno mesmo é o outro Ronaldo. Ao contrário do astro do Real Madri, o outro, Ronaldinho Gaúcho, foi criado para amar o futebol. A família já era experiente, o irmão mais velho, Assis, já havia sido estrela de brilho menor, mas preparou todos para o astro maior que chegava. Discreto, pouco se ouve falar de sua vida pessoal. Alegre e simpático, joga com a disposição de menino em pelada de várzea. Sabe preservar a galinha dos ovos de ouro.

Se a previsão do volante Dunga, ex-capitão da seleção, se confirmar, é só uma má fase e elas passam. Mas se a fase de Ronaldo for realmente a derradeira, é melhor para ele e para nós que o suspiro final seja aliviado. Desliguem os aparelhos e sigam a tradição: “rei morto, rei posto”.

O critério da proximidade:

Uma discussão sobre o local e o global na imprensa catarinense

Sandro Galarça e Patrícia Wippel em 30/03/2006

Há algum tempo, o fenômeno da globalização impõe uma verdadeira ditadura sobre as redações brasileiras. Colaboram para isso o crescimento das agências nacionais e internacionais de notícias, produtoras em larga escala de um noticiário, caracterizado, principalmente, pela imediatez do fato e pela padronização das notícias veiculadas pelos principais veículos de informação do país.

O noticiário, ou a política de simplificar cada vez mais o trabalho da redação e do repórter, acaba sufocando algumas práticas salutares no cotidiano do jornalista, como o hábito da reportagem e a valorização do fator proximidade como critério de seleção de notícias. Dentre os 24 critérios, Mário Erbolato apresenta o da proximidade como sendo o primeiro deles - mesmo sem adotar uma escala de importância - em Técnicas de Codificação em Jornalismo. E é justamente este valor-notícia que anda ausente das páginas dos jornais catarinenses, uma vez que o interesse pelo local vem sendo deixado de lado, pela preferência por notícias de abrangência nacional e até mesmo internacional.

Editorias como Geral e Esporte, numa abordagem localizada, disputam cada centímetro de espaço com o material produzido pelas agências internacionais, sem o devido aprofundamento e sem a presença do repórter do próprio veículo na cobertura jornalística. O fator praticidade, na maioria dos casos, é a principal resposta para essa escolha.

Uma pesquisa que realizamos no âmbito do projeto Monitor de Mídia acompanhou minuciosamente dez dias de publicação - 20 a 29 de setembro de 2005 - dos três maiores jornais catarinenses (A Notícia, Diário Catarinense e Jornal de Santa Catarina). Como resultado, comprovou-se na prática essa tendência de globalização da informação. No jornal A Notícia, foram publicadas nove matérias locais na seção Geral, no referido período, o que corresponde a insignificantes 3,2% de todos os textos publicados. Em contrapartida, a mesma editoria veiculou 80 matérias sob o prisma internacional, produzidas em sua maioria por agências internacionais de notícias. Isso corresponde a consideráveis 28,8%, ou seja, nove vezes o número de material local.

No Diário Catarinense, os números são semelhantes, apesar de a diferença ser bem menor. Nos dez dias de observação, foram divulgadas 45 matérias no espaço Geral sob o ponto de vista local, o que representa 16,1%. Na mesma editoria, as notícias internacionais receberam 63 ocorrências, o que dá 22,5%. Se, por um lado, o DC equilibrou um pouco essa balança, por outro lado cabe ressaltar que o veículo possui uma maior região de abrangência geográfica.

Já o Jornal de Santa Catarina, geograficamente o de menor cobertura, apresenta números diferentes. Foram 51 matérias divulgadas neste período sob o critério local, ainda na editoria Geral, ou seja, 26,3% dos textos jornalísticos publicados. O índice é maior do que o espaço utilizado para as matérias de caráter internacional, que ti-

veram neste veículo menor repercussão. Foram 22 matérias em dez dias, o que corresponde a apenas 11,3%, o menor de todos os índices.

Esporte não foge à regra

Quando o assunto é esporte, a situação se inverte um pouco. As diferenças entre local e global permanecem evidentes, mas sob este aspecto é o jornal *A Notícia* o que apresenta um maior equilíbrio. Foram 19 textos com características locais (8,2%), contra 23 matérias com motivação internacional (9,9%). Por outro lado, a distância é notória nos outros veículos pesquisados: o *Diário Catarinense* publicou 13 matérias locais no período, que somam 7,4% do total de textos sobre esporte, contra 36 notícias internacionais, totalizando 20,6% - praticamente três vezes o número de material produzido. As páginas de esporte do *Jornal de Santa Catarina* veicularam apenas 18 matérias locais nos dez dias analisados, (7,9%) em contraste com as 57 internacionais, ou seja, 24,9%.

Se considerarmos o destaque que pode ser dado nas principais notícias desses jornais a partir da manchete de capa, temos uma outra comparação: em dez manchetes, *A Notícia* privilegiou matérias nacionais em sete oportunidades (70%) e não registrou uma manchete local sequer. O *Diário Catarinense*, por sua vez, destacou cinco manchetes nacionais (50%) e apenas uma local (10%). Mais uma vez, o fator cobertura geográfica foi determinante para que o *Jornal de Santa Catarina* apresentasse o maior equilíbrio entre os pesquisados: foram nove manchetes no período, sendo apenas uma nacional e uma local (as outras dividiram-se entre estadual e regional).

Em Técnicas de Codificação em Jornalismo, Mário Erbolato explica que o critério proximidade está presente em todas as notícias locais, exem-

plificando que “a pessoa que tem um problema a perturbá-la, como um terreno baldio ao lado de sua residência ou a precariedade da iluminação pública, procura com mais interesse a nota do jornal que aborde esses assuntos do que o telegrama procedente de Washington que fale sobre as atividades do presidente norte-americano”. Stuart Hall, ao falar sobre a mudança de foco da identidade do sujeito pós-moderno em *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*, vai dizer que global e local estão se entrelaçando, ao ponto de estabelecer uma nova ordem na procura pelos fatos jornalísticos, que deixam de explorar o cotidiano e passam a se preocupar com outros fatores, como os objetos das notas internacionais.

Fica, portanto, a dúvida: ou o que acontece fora das fronteiras nacionais, em países que sequer soubemos localizar no mapa mundi (Azerbaijão, por exemplo) está realmente motivando o interesse popular, ou não há, na pauta de discussões, importância para problemas latentes na comunidade, como o aumento na tarifa do ônibus ou a falta de vagas nas creches municipais. A figura do pauteiro, cada vez menos presente nas redações, e a influência das agências internacionais e dos releases enviados pelas assessorias de imprensa são boas explicações para a compreensão deste fenômeno nas redações catarinenses.

Pátria sem chuteiras

Valquíria Michela John em 28/04/2006

Por que está convencionado no senso comum e nas conversas corriqueiras que mulher e futebol são antíteses? Se o Brasil é, como disse Nelson Rodrigues, a pátria de chuteiras, uma enorme parcela da nossa população está excluída desse time. Basta levarmos em conta os dados do último censo do IBGE que aponta a população feminina como superior à masculina. Os meios de comunicação contribuem para desmistificar, ou ao contrário, mistificam ainda mais essa representação?

Em seu livro sobre Jornalismo Esportivo, Paulo Vinicius Coelho afirma que as mulheres representam no máximo 10% do quadro de jornalistas das redações esportivas e que esse número já é um avanço em relação às décadas anteriores em que a mulher estava praticamente ausente do noticiário esportivo. Isso aponta para a efetiva invisibilidade da mulher no mundo dos esportes, principalmente quando o assunto é futebol.

Há menos de dois meses do mais importante evento do futebol – a Copa do Mundo – já era de se esperar que os noticiários brasileiros dedicassem intensa cobertura à seleção brasileira e aos preparativos para a Copa. Seria esse um bom momento para desmistificar a premissa de que mulheres e futebol não combinam, atribuindo um papel mais enfático às jornalistas na divulgação do “mundo do futebol”. Os mais esperançosos poderiam afirmar que isso está ocorrendo nos programas esportivos televisivos, onde a presença de mulheres é cada vez mais marcante. Mas parece ser apenas isso: pre-

sença. Quantas mulheres efetivamente desempenham um papel de âncoras, de comentaristas, de repórteres nos programas esportivos? À exceção do Esporte Espetacular da Rede Globo em que pelo menos há um número razoável de reportagens conduzidas por mulheres, em que têm a possibilidade de demonstrar seu conhecimento quanto ao esporte retratado, nos demais programas elas costumam ser apenas parte do cenário, objeto de decoração. Se pensarmos no futebol então, o abismo é ainda mais marcante, onde nem mesmo o Esporte Espetacular pode ser tomado como exemplo da atuação feminina.

Esse aspecto também já foi apontado por Paulo Vinicius Coelho – o de quais esportes a mulher estaria “qualificada” para realizar a cobertura. Em geral, conforme descreve o autor, quando chega às redações esportivas, a mulher é designada para cobrir os esportes amadores, demarcando simbolicamente seu status, sua representação no jornalismo esportivo.

É no jornalismo impresso, entretanto, que o estereótipo da mulher que não entende futebol está mais vivo. As duas mais importantes publicações de jornalismo esportivo impresso – jornal Lance! e a revista Placar – constituem-se verdadeiros “clube do bolinha”. Na cobertura esportiva dos jornais diários o cenário não é muito diferente. Seguindo nessa linha, os três principais jornais diários de Santa Catarina repousam sobre o mesmo estereótipo.

Ao analisar a cobertura esportiva dos jornais Diário Catarinense, A Notícia e Jornal de Santa Catarina durante sete dias, fica a impressão de que no estado de Santa Catarina há escassez de atletas femininas e, mais ainda, de mulheres capazes de narrar o mundo dos esportes. Em sete dias (20 a 26 de março de 2006), na soma dos três jornais, em 157 páginas dedicadas ao esporte (incluindo os cadernos especiais) apenas oito matérias apresentaram mulheres como protagonistas. A única matéria sobre futebol protagonizada por mulheres falava de seu papel como companheiras dos jogadores, das dificuldades inclusive de conviver com um esporte que nem sempre apreciam. Não é necessário dizer mais nada.

Em nenhuma das demais notícias elas estiverem presentes como fontes, reforçando a “desqualificação” da mulher quando o assunto é esporte. Das 223 fotos publicadas no conjunto dos três jornais, apenas sete traziam mulheres, nas quais elas, em geral, não estavam em primeiro plano. Como se vê, a mulher não protagoniza o esporte catarinense, ao menos não nos esportes noticiados pelos três jornais de maior circulação no estado.

Além de não protagonizar, a mulher também está ausente como narradora do esporte catarinense. Das 157 páginas dedicadas ao esporte no período analisado, apenas 23 matérias foram assinadas por mulheres. Destaque para o Diário Catarinense, que deteve 19 das 23 matérias. Ao menos no jornal de maior circulação no estado as jornalistas estão desmistificando o estereótipo de que nada sabem sobre os acontecimentos esportivos. Em cada uma das edições do DC havia no mínimo duas matérias assinadas por mulheres. O mesmo não se pode dizer do Jornal de Santa Catarina e do jornal A Notícia, que tiverem apenas dois textos cada assinados por mulheres.

Vale destacar que nas matérias do DC redigidas pelas jornalistas, mais da metade referiam-se ao futebol. O resultado aponta nuances da efetiva busca pela equidade de gênero. O caminho para a efetiva visibilidade da mulher no “mundo dos esportes” ainda é longo. A cobertura da Copa do Mundo de 2006 nos dará pistas do quanto ainda temos a conquistar. Com o perdão da brincadeira com o cronista, mas ainda falta produzir chuteiras com numeração menor para que o Brasil seja efetivamente a “pátria de chuteiras” de Nelson Rodrigues.

(O levantamento realizado com a colaboração da acadêmica do 3º período de Jornalismo, Caroline Gautério Leal)

Diário acerta o pé; Santa chuta a grama

Sandro Louri Galarça em 15/05/2006

Bola dentro

A cobertura esportiva vem merecendo destaque nas páginas do Diário Catarinense, principalmente após a implantação do novo projeto gráfico, no ano em que o DC completa 20 anos de circulação no Estado. Quando o assunto a ser observado é o caderno especial de esporte, publicado às segundas-feiras, o comparativo com os outros dois grandes veículos de circulação diária (Jornal de Santa Catarina, também do Grupo RBS, e A Notícia, de Joinville) é inevitável: enquanto seus concorrentes investem em assuntos nacionais e até mesmo internacionais como destaque principal, o DC faz a opção acertada, valorizando o local e privilegiando o envio de repórteres aos locais dos acontecimentos, usando menos os materiais das agências de notícia e, inclusive, produzindo mais reportagens.

Cabe ressaltar, entretanto, que o DC goza de algumas vantagens, como estar localizado na mesma cidade de um clube de futebol que disputa a Série A do Campeonato Brasileiro – o Figueirense – e de outro que joga a Série B da mesma competição – O Avaí. Além disso, está presente na capital brasileira do voleibol masculino (a equipe da CIMED/Florianópolis venceu a superliga de vôlei no início do mês) e é vizinha de Gustavo Kuerten, o melhor tenista brasileiro de todos os tempos. Esses fatores, com certeza, fazem do DC um espelho mais próximo do que acontece de bom no esporte catarinense, permitindo que essa editoria cumpra o papel de manter o esporte local em primeiro plano no destaque de noticiabilidade.

Entretanto, o Diário Catarinense não se limita a essas facilidades para sua cobertura jornalística do esporte. Dá amplo espaço ao futebol catarinense da Divisão Especial, cobrindo com correspondentes o sul do Estado, quando divulga matérias e até mesmo reportagens sobre o Criciúma, e quando faz, sistematicamente, no caderno especial das segundas-feiras, matérias que incluem clubes do Vale do Itajaí e do norte catarinense, como Marcílio Dias e Joinville.

Analisando a edição de 08 de maio, nota-se que as matérias nacionais e internacionais também recebem destaque, mas a hierarquia utilizada pelo DC privilegia assuntos locais, regionais e utiliza bem os critérios jornalísticos, avaliando quais as melhores pautas para o perfil do leitor a ser atingido. Em sua estrutura, o Caderno de Esportes traz uma capa tradicional, com equilíbrio informativo: a abertura fala sobre o Figueirense, e há chamadas menores para o desempenho do Criciúma na Divisão Especial, para o basquete de Joinville e para a Fórmula 1, com a vitória de Michael Schumacher no Grande Prêmio da Europa, em 7 de maio. Nas páginas internas do caderno, apresenta tabela completa das Séries A e B do Campeonato Brasileiro de Futebol, notícias sobre surfe, vôlei, ciclismo, esportes radicais, além de um quadro sobre o esporte internacional, fazendo um resumo e noticiando fatos importantes da Europa, como o anúncio da despedida do francês Zinedine Zidane, os campeões da Alemanha e Inglaterra e a disputa da última rodada no campeonato italiano de futebol. São 12 páginas

de cobertura, num show de jornalismo esportivo equilibrado e que traz, inclusive, o resultado da rodada do Campeonato Brasileiro de Futebol, com seus jogos que haviam terminado às 8h da noite. Uma aula de bom jornalismo.

Bola Fora

Enquanto o DC nos mostra como se faz uma boa edição no esporte, o co-irmão de Blumenua não utiliza os mesmos critérios e peca em detalhes importantes. O Jornal de Santa Catarina, motivado pela falta de equipe no plantão aos domingos ou pela facilidade de utilizar o material das agências de notícia ou, ainda, pelas duas coisas, acaba trazendo uma edição bem mais modesta no mesmo dia, segunda-feira, 8 de maio.

São apenas seis páginas em seu Caderno de Esportes, que apresenta como desvantagem não tratar a primeira página como capa. Ao invés de apresentar os destaques da edição, a página que abre o caderno traz em espaço privilegiado (página da direita, colorida) uma matéria de abertura sobre o clássico carioca Flamengo vs Botafogo e uma matéria menor sobre o duelo paulista da rodada, São Paulo vs Corinthians. Nenhuma linha sobre o esporte local, regional ou estadual na primeira página do caderno.

Nas páginas internas, o desequilíbrio continua: o Figueirense, único clube catarinense na série A, ganha exatos 58 cm/col na página 2 do caderno, enquanto a próxima página traz uma grande matéria sobre a Fórmula 1 do domingo, vencida pelo piloto alemão da Ferrari, que ocupa 96 cm/col. Para continuar com este comparativo, somente a foto utilizada na matéria de abertura desta edição, com destaque para a vitória do Flamengo sobre o Botafogo, soma 75 cm/col, mostrando o desequilíbrio na cobertura local e re-

gional. O Avaí, que disputa a série B do futebol, recebe destaque igual ao dos outros clubes brasileiros.

Além disso, o caderno é pouco informativo, traz as notícias locais e regionais sempre nas páginas da esquerda e não apresenta reportagens, apenas matérias com cobertura até certo ponto superficiais e que ficam nos resultados conquistados. De positivo, apenas a seção Giro pelo Mundo, onde o Santa faz algo semelhante ao DC, apresentando os principais resultados no esporte pelos outros continentes, e a coluna fixa de Cláudio Holzer, informativa, opinativa e que acrescenta uma reflexão a respeito das tendências do esporte local.

As pautas do Jornal de Santa Catarina pouco ampliam a visão do esporte como notícia, limitando-se à cobertura do que já aconteceu. Como gosta de afirmar Ricardo Noblat, um jornal impresso que não consegue antecipar-se aos fatos e publicar algo que vai acontecer e, ainda, não privilegia a compreensão dos fatos divulgados, não terá função no futuro do jornalismo. O Jornal de Santa Catarina, abrindo mão dessas características, pode deixar escapar, também, a credibilidade de seus leitores.

Amor à pátria

Laura Seligman em 30/05/2006

O Brasil é o país do futebol. A pátria de chuteiras, disse o Nelson Rodrigues. Daqui a alguns dias, estaremos todos os 180 milhões menos em ação (ao contrário do que anuncia o jingle de 1970 - "90 milhões em ação, pra frente Brasil, salve a seleção) e mais estacionados em frente aos televisores. Equipamento completo - uniforme verde-amarelo com as cinco estrelas no peito, bandeira, pipoca, chocolate quente para os do sul, refresco para os do norte e nordeste. Tá certo, tá certo, pode liberar a cervejinha para todos. Cenário completo - não há dúvidas, aqui é o país do futebol.

O que nos fez chegar até aqui? Sorte nos jogos? Talento étnico para o esporte? Há nações em que o biotipo dos nativos é propício a uma determinada modalidade - ou alguém acha que é coincidência tantos quenianos vencerem corridas de longa distância? Será esse o nosso caso? Duvido muito - não temos exatamente um biotipo padrão neste país-contíente de múltipla colonização - Kaká não é nem de longe parecido com Júnior Baiano.

Existe com certeza no futebol brasileiro uma tradição que se construiu em cima de um histórico de vitórias. Mas não falo, aqui, dos nossos gloriosos e exclusivos cinco títulos mundiais ou do desempenho de algum clube em especial. Nem posso entrar nessa seara - são tantos clubes com torcedores fervorosos, e cada um considera o seu, o melhor do mundo.

As vitórias, às quais me refiro, são as pessoais. No Brasil fora das transmissões cheias de tecnologia e discursos ufanistas, é difícil crescer negro, pobre, sem acesso a boas escolas, muitas vezes com pouco o que comer e nada onde morar. Vencer neste campo não depende exclusivamente de esforço pessoal - está claro que ele ainda é fundamental.

Desde o início do século XX, quando os primeiros clubes de futebol se estabeleceram no país, timidamente esse movimento iniciou. Hoje, em pleno século XXI, o futebol brasileiro é o maior retrato do elevador social como sentido figurado - não aquele em que madames sobem aliviadas pela ausência de seus empregados. É com os próprios pés que um menino caminha entre a extrema pobreza e a posteridade. É pelo elevador do futebol que sai do anonimato da favela para as câmeras e os olhares de todo o mundo. Um anúncio na tevê, do portal social da RBS, anda exclamando essa miraculosa ascensão.

É isso que fazemos nas coberturas jornalísticas esportivas: ungimos novos heróis, condenamos os vilões do momento, esperamos por novas celebridades ou novos bodes para expiar.

Antes que alguém se sinta realmente incomodado e, com culpa, desligue a TV no dia 13 de junho, às quatro da tarde, não é nada disso.

Se há tristeza, pobreza, más intenções, definitivamente o problema não é o futebol. Pelo contrário: que chances teriam meninos como os Ro-

naldos? O perfil do pobre brasileiro se modificou nos últimos anos: do migrante sem escolaridade, chegou ao mercado de trabalho. Um estudo da Prefeitura de São Paulo em cima do censo 2000 mostrou que o pobre trabalha, tem carteira assinada, recebe salário, tem escolaridade, mas ainda assim não se qualifica para ganhar mais ou simplesmente acessar o mercado de trabalho.

No futebol, com transmissão ao vivo, não precisa de carteira do Ministério do Trabalho (eles são organizados, sindicalizados, é só uma figura de linguagem). Os passes, dribles, jogadas espetaculares e o gol, ah, o gol. Não há o que pague o gol. Na verdade, há. Talvez milhões de dólares paguem uma rodada de gols no final de semana.

Para cada Ronaldo que vai, quantos outros que ficam. Essa é a regra (Arnaldo diria que ela é clara). Mas esses não saem nos jornais, pelo menos não nas páginas de esporte. Então vou comprar logo minha camisa seis estrelas, reforçar meu estoque de pipoca e declarar a todos meu conveniente amor à pátria.

Planeta bola: planeta da diversidade

Valquíria Michela John em 15/06/2006

Diz o antropólogo François Laplantine que “aquilo que os seres humanos têm em comum é sua capacidade para se diferenciar uns dos outros, para elaborar costumes, línguas, modos de conhecimento, instituições, jogos profundamente diversos: pois se há algo natural nessa espécie particular que é a espécie humana, é sua aptidão à variação cultural”.

A alteridade que caracteriza a humanidade tem sido também a motivação para as diversas práticas de intolerância ocorridas ao longo de nossa história. A nossa tendência ao sectarismo, como apontou o “pai” da antropologia cultural americana, Franz Boas, se mostra mais evidente quanto mais “civilizados” nos tornamos. Se o século XX foi marcado pelas intensas revoluções científicas e tecnológicas, também teve como marco duas guerras mundiais. Mesmo com a exaustiva referência às atrocidades praticadas, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial, aportamos no século XXI ainda carregando o estigma e o peso da intolerância, em todas as suas nuances. O que pode explicar o crescimento cada vez maior de grupos neonazistas, de atentados terroristas, de invasões a países alheios, de conflitos armados em todo o globo? Ao que parece o progresso não acompanha e não gera ideias de respeito à diferença.

Por outro lado, o século XX foi marcado também pela ascensão e difusão de uma das mais importantes práticas culturais, de uma paixão que une pessoas de vários países, de várias crenças, etnias, classes sociais. Uma paixão

que também motiva intolerâncias, como brigas de torcida, ofensas racistas, disputas violentas, justamente por desencadear o nosso lado mais passional, como qualquer paixão, mas que consegue unir uma nação inteira sob as cores da pátria e momentaneamente colocar a todos em condições de igualdade. Talvez nesta paixão - o futebol - esteja a resposta para a aceitação da alteridade.

Há um acontecimento que se repete a cada quatro anos em que, por um intervalo de 30 dias, as nossas diferenças ficam em suspenso. Não importa a língua, o credo, a cor, a origem, os aspectos físicos ou intelectuais. Nada disso importa no mundo do futebol. Dentro dos “campos de batalha” da Copa Mundo só uma coisa importa: a realização, que pode ser o título para uns, uma vitória para outros, um gol marcado para estreantes ou a simples participação.

Poderíamos dizer que há sim sectarismo, cada país lutando pela sua conquista particular. Pode ser. Mas a “luta” é definida pelo empenho, pelo talento, pelo trabalho de grupo, pelo entrosamento, pelo respeito ao adversário. As diferenças são da técnica, da história com o esporte, do preparo físico, do clima psicológico. Durante a Copa do Mundo, não são as crenças religiosas que separam os times, nem sua condição sócio-econômica, nem seu idioma ou origem étnica. Diferenças que motivam tantos conflitos e tantas guerras em todo o mundo perdem toda a sua importância dentro das quatro linhas.

Nesta Copa de 2006, a maior de todos os tempos como chamada e pretendida pelos alemães, estão representadas todas as nossas diferenças como raça. Sim, porque formamos uma única raça - a humana. Espetáculo apresentado num palco que já foi sede da maior prática de intolerância do século XX e que ainda hoje vive os estigmas do holocausto e trava uma luta simbólica para que ele não se repita, dado o crescente aparecimento de grupos neonazistas na própria Alemanha. Ainda assim, mais uma vez o futebol quebra as barreiras culturais e a seleção alemã traz um africano em seu plantel. Num país regido pelo jus sanguinis (direito de sangue) atribuir a nacionalidade alemã para um africano é um grande passo na luta pelo fim da intolerância étnica, apesar de todas as divergências e dos protestos de muitos alemães por "um tipo puro".

Por tudo isso, o futebol é muito mais do que um esporte é um espaço de luta simbólica em que as nossas diferenças ficam tão demarcadas e ao mesmo tempo tão menos importantes, ao menos durante os 90 minutos da partida. Não são apenas as diferenças culturais, comportamentais que estão representados, mas inclusive os grandes abismos que separam o "mundo rico" do "mundo pobre". Todos se encantam com o futebol africano, sempre no ataque, muitas vezes inexperientes e frágeis em suas defesas. Fruto talvez de países ainda jovens no quesito autonomia (muitos conquistaram independência somente na segunda metade do século XX). Autonomia que a maioria deles ainda nem têm quando se trata da sustentação econômica de suas nações.

Dentro de campo os jogadores são todos iguais e ao mesmo tempo tão diferentes, carregando em seus uniformes e chuteiras a história de seus países, suas fragilidades, sua diversidade. O jogo entre Portugal e Angola, por exemplo, ter-

minou em 1x0 para Portugal, que foi pressionado muitas vezes pelo estreante adversário. Fora de campo, o único traço comum entre os países é o idioma, imposto pelo colonizador. A expectativa de vida, por exemplo, em Portugal é de 78 anos e em Angola, a metade disso.

Os abismos que separam os países são momentaneamente apagados durante a Copa do Mundo e aqueles que não compõem o cenário econômico mundial como grandes representantes acabam roubando a cena dos poderosos "países de primeiro mundo". Algumas situações curiosas ocorrem, como o fraco desempenho da seleção dos Estados Unidos e o Brasil como grande potência, como o centro do mundo, o centro das atenções, ao menos durante a Copa do Mundo.

Ao fim da "batalha mundial do futebol" apenas um time levará para seu país a tão sonhada taça do mundo, o símbolo máximo da vitória. Esta também é uma guerra que pode deixar feridos, que divide as nações entre vitoriosos e derrotados. A diferença primordial é que a "guerra" tem data definida para começar e terminar e os feridos são apenas acasos, geralmente não intencionais e que ao término, cada país irá concentrar seus esforços em melhorar seu próprio desempenho, buscar novos talentos.

A diferença entre a guerra da intolerância e a guerra do futebol é que a retaliação nesta última será quatro anos mais tarde, num espaço definido, sem perdas civis, sem a destruição de cidades e cujas únicas armas serão novamente o talento, o amor ao esporte e o desejo de vencer. O futebol não resolve nossas diferenças, não elimina as desigualdades, mas nos deixa pistas importantes do quanto somos ignorantes ao definir a diferença do outro como aquilo que o faz inferior.

Craques de porcelana

Laura Seligman em 30/06/2006

Certa vez, a revista *Veja* trouxe a seguinte frase como título de uma reportagem sobre a fragilidade física do atacante Bebeto (Vitória, Flamengo, Vasco, Botafogo, La Coruña e outras passagens por clubes do Japão e Arábia Saudita): *Craque de Porcelana*. Titular da seleção de 1994, quando o Brasil abandonou o jejum de 24 anos e conquistou o tetra, o jogador era conhecido pelas sucessivas lesões que o tiravam de campo: era encostar que o sujeito quebrava.

Nesta Copa do Mundo, sinto falta de uma cobertura realmente especializada – sobram reportagens de especialistas em “picadinho e laranjada”, como bem disse Alberto Dines em seu *Observatório da Imprensa*. Queria saber como é feita a avaliação médica que tira e põe jogadores de campo, por exemplo. Nossos craques, galácticos ou não, parecem enfrentar muito bem os longos campeonatos brasileiro ou europeus. Quando chega a época de seleção canarinho em campo, é lesão daqui, fisgada dali, cirurgia pra lá, fisioterapia pra cá. Só nessa primeira metade da Copa do Mundo da Alemanha, já tivemos altos e baixos físicos com Edmilson (que nem entrou em campo e foi substituído por Mineiro), Ronaldo (o gordo) com calos e tonturas, Robinho com fisgadas na virilha e agora em dose dupla – Kaká e Emerson sentindo com força as pancadas dos jogadores de Gana.

Essa contabilidade de guerra deve estar acompanhada de alguma significação – ou

a exigência é grande demais, ou há problemas no preparo físico desses atletas, ou ainda – o que prefiro não ouvir, por favor, não me contem se for verdade – os holofotes do espetáculo da mídia podem estar ofuscando o principal. Assim, só pode faltar vontade e disposição para jogar futebol.

Cada um tem o Beckenbauer que merece

Laura Seligman em 01/08/2006

O cartunista do jornal *A Notícia*, Frank Maia, deu o tom dos comentários sobre o novo treinador da seleção brasileira de futebol. Para futebol anão, só Dunga poderia ser o treinador. Este é o momento em que normalmente se diria “brincadeiras à parte...”. Mas, sinceramente, não dá. Só pode ser brincadeira.

O mês de agosto começou, para a nova seleção, com a primeira escalação. Os jogadores vão a Oslo, na Noruega, para um amistoso. Percorrendo a lista, não se encontra nenhum Ronaldo, Rogério Ceni ou coisa que pareça. Devemos nos alegrar ou entristecer? Ainda não dá pra saber. Já tem gente dizendo que vai ser mais fácil encontrar cabeça de bacalhau do que gol da seleção, mas aí já é maldade.

Dunga foi escolhido para ser o treinador da seleção a exemplo do que aconteceu na Alemanha, com Franz Beckenbauer. O kaiser, ou imperador, como era chamado, ajudou em campo na vitória da Copa de 1974. Como treinador, assim como Dunga sem experiência prévia, foi vice em 1986 (perdeu logo pra Argentina) e campeão do mundo em 1990.

Mas há grandes diferenças entre os dois. Beckenbauer era dotado de uma técnica incomparável, refinada, uma estrela em campo com a seriedade e o equilíbrio que faltaram ao nosso quadrado mágico.

Dunga, hoje com 42 anos, começou e encerrou sua carreira no Internacional de Porto Alegre.

Nesse intervalo, passou por times nacionais como o Corinthians, Santos e Vasco e por internacionais, na Itália e no Japão, entre outros. A trajetória é marcante, mas não exatamente pela técnica apurada. Dunga se destacou pela força – na marcação e no bom posicionamento em campo e no potente chute de pé direito. E só. Um futebol viril, certo. Mas, nada de grandes jogadas construídas, nada daquele futebol-arte do qual todos têm saudades.

Outro representante desse futebol, porém dono de maior habilidade e técnica, já esteve no comando da seleção. Paulo Roberto Falcão chegou ao posto exatamente na mesma situação em que está Dunga. A seleção havia sido eliminada da Copa da Itália, em 1990. O ex-volante dirigiu a seleção por 17 jogos e foi demitido para a entrada de Parreira e a conquista do campeonato em 1994. Resta saber se a passagem de Dunga será meteórica como a do outro colorado.



A América em vermelho e branco

Sandro Louri Galarça em 14082006

Quando o árbitro uruguai Horacio Eizondo, 42 anos, apitar o início da partida entre Internacional e São Paulo, na próxima quarta-feira, em Porto Alegre, oito milhões de colorados espalhados pelo mundo estarão mandando suas vibrações positivas para a conquista de um título inédito: o de campeão da Libertadores da América. Talvez esta seja a maior vantagem do time gaúcho diante dos paulistas: a vontade de vencer um título internacional, que com certeza é muito maior entre os gaúchos.

Explico: o multicampeão São Paulo talvez não tenha a mesma sede de vitórias no atual estágio de sua história. O time do Internacional, por sua vez, concentra forças desde 1909 para este momento: pintar a América de vermelho. Por duas vezes, isso já esteve bem perto de acontecer: em 1980, após o tricampeonato invicto de 1979 (o único campeão na história sem perder uma única partida), o time de Falcão, Mário Sérgio, Jair e Mauro Galvão perdeu a chance de levantar a taça diante dos uruguaios do Nacional, em Montevidéu. Em 1989, comandado pelo mesmo Abel Braga, o time vermelho ficou na semifinal diante do Olímpia, do Paraguai, em pleno estádio Beira-Rio. Mas o raio não cai duas vezes no mesmo lugar e, daí, a confiança da nação colorada.

As razões para o Inter vencer o São Paulo são lógicas, racionais, quase matemáticas. Mas esses são fatores que poucas vezes podem ser considerados em uma final deste porte. Em 2005, na primeira final exclusivamente brasileira do torneio, o São Paulo passeou sobre o Atlético Paranaense,

aplicando sonoros 4 a 0 no jogo da volta, no Morumbi. Deu a lógica, já que o tricolor paulista era o melhor time da competição e o Atlético, apesar dos méritos, não fez um bom jogo de ida. Esse ano, a crônica esportiva apostava numa bela vitória tricolor em São Paulo. Seria a lógica. Seria.

Há quem diga que camiseta pesa, que tradição ganha jogo e que título se decide nos detalhes. Prefiro acreditar no retrospecto recente do Inter sobre o São Paulo: em quatro anos, o tricolor venceu apenas uma vez, são duas vitórias gaúchas em 2006 (3 a 1 e 2 a 1), mais a eliminação da Copa Sul-Americana de 2005. E ainda acrescento: a partida do Morumbi mostrou quem realmente quer o título.

Escrevo isso porque há uma constatação cristalina como água: o Inter jogou bem melhor no Morumbi e só não saiu de lá com um resultado melhor porque o São Paulo acertou a única cabeçada que foi ao gol adversário em 90 minutos de futebol. Josué, um dos melhores dos paulistas, está fora, o mesmo acontece com Ricardo Oliveira. O Inter vai completo e em grande fase, decide diante de sua torcida, seus resultados no Beira-Rio na temporada são garantia de pelo menos um empate, o que também significa título.

Será um grande jogo, com certeza, mas depois do apito final, apenas uma torcida estará comemorando. E, assumindo um gesto de cavalheiro, prefiro anunciar: que vença o melhor. Até porque, ultimamente, o Inter tem sido bem melhor do que o excelente São Paulo.

Pela ilogicidade do futebol... o TETRA é nosso!

Valquíria Michela John em 14/08/2006

Prezados leitores

A dois dias de mais uma final de Libertadores, com o coração ainda sangrando pela derrota na última quarta-feira, esta tricolor que lhes fala não poderia escolher outro tema para o Bola Fora dessa quinzena. Perdoem-me todos os rubro-negros, os alvo e verde, os alvo e branco, os tricolores de outras praças, etc, etc, etc mas quando se trata do futebol, do seu time do coração, a lógica deixa de valer e são as nossas emoções que tomam conta. Talvez seja esta realmente a magia do futebol, a catarse necessária para seguirmos em frente (não para esquecermos dos nossos problemas, mas para “superarmos as derrotas”).

É piegas, eu reconheço, mas o futebol é isso: passional, sem razão, sem teorizações e, para quem vive e respira a academia quase 24 horas todos os dias, esta catarse é mesmo necessária. Ao contrário do pensam muitos de meus alunos, eu não sou assim tão frankfurtiana, aí está minha paixão pelo futebol para prová-lo. Na quarta-feira, eu troco as reflexões, os autores, as preocupações teóricas; substituo a análise teórica pela análise tática e visto a minha camisa tricolor para mais 90 minutos (ou mais) de muita aflição, raiva, euforia, deceção, enfim, para todas as surpresas de mais uma partida de futebol.

Como o futebol não é ciência, muito menos exata, este coração tricolor segue firme e convicto da vitória. Os fatos podem me desmentir ao final da noite de quarta, mas se o futebol é mesmo tão imprevisível quanto a vida, melhor os colorados não acreditarem na vitória antes do tempo. Como diz a máxima do futebol, o jogo só termina quando acaba. Tudo bem que o São

Paulo não vence o Inter faz seis jogos, tudo bem que já perdemos no primeiro turno do brasileirão, tudo bem que perdemos a primeira partida em pleno Morumbi. Nada disso importa quando soar o apito do juiz nessa quarta-feira porque se há algo que todo amante do futebol sabe é que o imponderável segue de mãos dadas com esse esporte, o tal “sobrenatural de Almeida” como dizia Nelson Rodrigues está sempre rodeando os estádios. Mesmo porque, a derrota no Morumbi foi apenas um acidente de percurso, para dar mais motivação à final. Se o São Paulo vence em casa, o título já estava decidido, e aí, qual a graça?

E se o São Paulo perder, você deve estar se perguntando? Tudo bem, nenhum torcedor do São Paulo irá apedrejar ônibus ou agredir seus jogadores. O São Paulo é o melhor time brasileiro dos últimos 20 anos, e não é o meu coração que diz isso, são os fatos: foram dois brasileiros, três libertadores, três mundiais, e tantos outros títulos. Se o Sampa não vencer na quarta-feira, tudo bem, o tetra só fica adiado por mais um ano, pois se há algo certo é que, independente do resultado de quarta, o tricolor jogará a Libertadores do próximo ano. Se não sairmos com o tetra do Beira Rio, ainda seremos líderes do brasileirão e, se não estivermos em Yokohama em dezembro, haverá outras conquistas a comemorar, como o título do brasileiro ou o rebaixamento dos arqui-rivais (basta olhar para a outra ponta da tabela).

Aos colorados, um último recado: não esqueçam da última final do mundial interclubes - o favorito não venceu. Outro detalhe (para os supersticiosos), o Liverpool também é vermelho. E viva a falta de lógica no futebol!

No digital, rapidez vs qualidade

Sandro Galarça em 29/08/2006

O site Terra é um dos principais espaços no segmento notícias pela Internet do Brasil. Acompanha os principais jogos de futebol pelo mundo em tempo real e, logo após o evento esportivo, já apresenta matéria completa com o resultado, a repercussão, entrevista com jogadores, técnicos e a nova tabela de classificação. Tudo atualizado minuto a minuto. Simples como um clique.

O problema é que quase nunca essa rapidez traz consigo qualidade informativa, de verdade. Os textos são, na maioria das vezes, cheios de clichês do mundo do futebol, argumentos superficiais e, é claro, as famosas respostas óbvias dos jogadores: “a gente lutou muito pra sair daqui com o resultado positivo, mas infelizmente não foi possível. Vamos trabalhar muito durante a semana, e o professor vai acertar o time pro próximo compromisso” (!!)

Além disso, são registrados muitos erros de digitação e Língua Portuguesa nos textos de cobertura esportiva. E o que é pior, mesmo depois de estar há algum tempo disponível na rede, ninguém mexe no texto, ninguém atualiza. Ele fica lá, por horas, dias no banco de dados com os mesmos erros. Outro problema clássico é a má construção do texto. No primeiro bloco, o lead jornalístico, que deve ser claro, resumido e preciso, evitando períodos subordinados, é assassinado várias vezes em nome da velocidade de atualização. Vamos a um exemplo, do último domingo, logo após a rodada das 16 horas do campeonato brasileiro:

“O Corinthians perdeu para o Grêmio por 2 a 0 neste domingo, resultado que marcou a primeira derrota de Emerson Leão no comando do time alvinegro, pela 20ª rodada do Brasileiro, no Estádio Pacaembu, onde a torcida alvinegra marcou grande presença e fez questão de xingar o atacante Carlos Tevez, que está na Argentina e deve ser negociado com o futebol europeu.”

Em suma: é muita informação pra pouco espaço. Na pressa de publicar, a forma vai pra segundo plano. E acaba levando o conteúdo junto. O lead, aquele primeiro bloco introdutório, acaba afastando o leitor do restante do conteúdo, ao invés de atraí-lo.

No impresso, escassez de pauta

O que se vê no impresso, pelo maior tempo de produção das matérias, são poucos erros grosseiros e um conteúdo cada vez mais limitado. Na verdade, há uma preocupação maior com a forma nos veículos impressos, sobretudo em Santa Catarina, o que nem sempre acontece em relação ao conteúdo. A mídia impressa, na última semana, limitou-se a cobrir os esportes em evidência e os eventos de maior destaque na mídia nacional e mundial – Vôlei Masculino, Fórmula 1, Futebol – deixando na gaveta assuntos com abordagem mais crítica e analítica.

Neste aspecto, Diário Catarinense e Jornal de Santa Catarina padecem do mesmo mal: falta de criatividade para matérias não factuais e pouca inspiração para a produção de reportagens. A No-

tícia, apesar de não fugir à síndrome das agências nacionais e internacionais de notícia, consegue enviar mais repórteres às ruas e cavar mais notícias de conteúdo esportivo. Além disso, traz matérias mais abrangentes e que cobrem áreas geográficas mais amplas do que a janela da redação. Mas ainda é pouco para quem gosta de abrir o jornal e encontrar matérias inéditas, que não estão na tela da TV nem nos sites da Internet.

Torcedores rubro-negros pedem que Obina não faça gol

Sandro Galarça em 13/11/2006

O título não está errado nem esta é uma barriga (notícia falsa, sem apuração, que acaba veiculada na imprensa). Mas bem que poderia ser. No sábado à tarde, a seção de esportes do site do Terra noticiou esta informação: torcedores do Flamengo pediram que o centroavante Obina não marcasse gols no jogo contra a Ponte Preta, que aconteceria às 16h de domingo. O motivo: Ponte e Fluminense brigam para não cair à segunda divisão e, portanto, a vitória dos rubro-negros acabaria ajudando os tricolores.

Segundo os critérios que ajudam a selecionar uma notícia, o caráter de imprevisibilidade, ou o que foge ao comum, é um forte indício de que a notícia vai ganhar as páginas dos jornais. Neste caso, o jornalista foi além: mesmo sem apuração dos fatos – a matéria não ouvia uma fonte oficial, não identificava os torcedores nem repercutia o fato na Gávea, a casa do Flamengo – a matéria foi publicada. É verdade que a notícia causa impacto pelo ineditismo, mas checar a informação e repercuti-la é o mínimo que orientaria o manual do bom jornalismo.

Mesmo com a “ajuda” dada pelo rival – o Flamengo levou três a zero da Ponte e não parece que tenha um time tão inferior assim – o Fluminense manteve-se fora da zona de rebaixamento. O tricolor das Laranjeiras venceu o Cruzeiro, ficou mais longe do grupo de risco e, ainda, deu fim a uma seqüência de 12 rodadas sem vitória no campeonato brasileiro – a terceira pior campanha de toda a história da equipe, desde 1971.

Numa rodada em que o São Paulo não conseguiu fazer a festa de maneira antecipada – o Inter também venceu e adiou a comemoração no Morumbi – Santos e Grêmio bateram seus adversários para provar o equilíbrio na parte de cima da tabela e que o miolo está cada vez mais insosso.

Pelo bem do futebol brasileiro, sem craques, mas ainda importante, podemos pensar na volta da decisão em semifinais e finais, sob pena de termos como única notícia um fato que nem se sabe ao certo se aconteceu: o torcedor exigir a derrota de seu time como a última emoção possível nas rodadas decisivas de um campeonato nacional de futebol.

Futebol e a luta pela eqüidade de gênero

Valquíria John em 26/03/2006

Eqüidade de gênero significa que mulheres e homens, homens e mulheres têm os mesmos direitos e os mesmos deveres perante a sociedade; significa que o sexo não é determinante do seu desempenho profissional, das relações interpessoais, dos gostos e desejos; significa que cada um de nós é diferente, conforme nossas escolhas, personalidade, modo de ver o mundo, formação profissional, mas que não é sexo biológico com o qual nascemos que determina essas diferenças ou nossas “funções” sociais. Estas são determinadas culturalmente e é justamente por isso que ainda lutamos pela efetiva equidade de gênero, porque historicamente as mulheres tiveram reenegados muitos de seus direitos e ocuparam papéis sociais inferiores aos dos homens como se os mesmos estivessem desenhados em seu código genético.

Muito já avançamos: o direito ao voto, ao divórcio, ao mercado de trabalho, embora ainda sejam muito desiguais nossos postos e salários. Mas ainda há muito a ser feito, pois uma vez que se tratam de diferenças social e culturalmente construídas, são como dogmas que precisam ser derrubados.

Em alguns espaços sociais já avançamos de forma mais contundente, mas em outros a luta ainda é longa. Um exemplo? O mundo do futebol e a polêmica que envolve dois dos principais técnicos do futebol brasileiro, Wanderlei Luxemburgo e Emerson Leão, protagonistas de práticas que vão de encontro à luta pela equidade de gênero.

No dia 11 de março, na partida entre Santos e São Paulo na Vila Belmiro, a auxiliar de arbitragem Ana Paula Oliveira errou ao marcar um impedimento que anulou o gol do atacante Jonas do time da baixada. Ela não foi agredida pelo técnico, pelo contrário, após a partida e seu efetivo reconhecimento do erro, o técnico santista preferiu nem comentar a declaração. Onde está o preconceito então? Na sua forma mais sutil, como ele geralmente costuma aparecer em nosso discurso. Ainda durante o jogo, logo após o incidente, as câmeras de TV flagram Wanderlei conversando com Ana Paula. Ele lhe diz educadamente “você errou, as câmeras já mostraram” e em seguida completa “tudo bem, como você é mulher eu te perdôo”. Deveria perdoar porque erros acontecem, principalmente no futebol. Deveria perdoar por levar em conta o retrospecto de Ana Paula, que costuma ter sempre boas atuações. Não deveria perdoar por ela ser mulher, porque isso de todo modo a inferioriza. A luta pela equidade não é apenas pelos direitos, mas também pelos deveres. Ou há equidade ou não há, não é possível um meio termo.

Este preconceito velado também é uma forma de violência, simbólica como chamaria Pierre Bourdieu. Mas, não sei se pior do que o preconceito velado, arraigado em nossos comportamentos e discursos, há o preconceito declarado, agressivo, revelador mesmo de nossas práticas. Este foi escancarado pelo técnico Emerson Leão, que uma semana após o ocorrido na Vila Belmiro foi ainda mais direto em seu preconceito, exposto no jogo

entre Corinthians e Noroeste no dia 18 de março. Em mais um erro de arbitragem, desta vez da auxiliar Aline Lambert, que sinalizou impedimento no lance em que o atacante Daniel Grando do Corinthians sofreu pênalti, gerou a seguinte fala do treinador corintiano: “Tá vendo? Colocam uma mulher para apitar...” Nos leva a pensar se, caso fosse um homem e não Aline, qual teria sido a frase do treinador? Possivelmente teria “elogiado” a mãe do auxiliar, outro fato comum no mundo do futebol. É realmente doloroso e revelador da ampla necessidade de reflexão e debate sobre o ocorrido, uma vez que temos discutido tanto o problema da violência no futebol. A violência se dá de muitas formas e o preconceito e a discriminação são uma de suas piores faces, pois são tão mais difíceis de se combater, já que são constantemente naturalizados, como mostra a frase do técnico Emerson Leão.

Além dessa violência simbólica e de mais uma demonstração de que a equidade de gênero ainda está longe de ser alcançada, para reforçar o dito, a federação paulista rebaixou a auxiliar Ana Paulo para a série A2 do campeonato paulista, como punição pelo erro no clássico da Vila Belmira. Ela não deve ser punida? Claro que deve, como qualquer árbitro que cometa erros, mas, fica a pergunta: se ela foi punida porque errou, porque tantos outros árbitros homens que erram todos os dias, em lances bem mais polêmicos, não recebem o mesmo tratamento? Sim, porque equidade significa isso: o mesmo tratamento! Afinal, ela errou e por isso foi punida ou foi mais fácil puni-la porque ela é mulher?

Temos que combater todo tipo de preconceito e o esporte pode e deve ser um espaço para tal, mas os acontecimentos que envolveram as duas banderinhas só demonstram que ainda temos muito a conquistar, principalmente, porque os

meios de comunicação que poderiam e deveriam contribuir para o fim das práticas de intolerância (seja ela qual for) e pela equidade entre homens e mulheres muitas vezes atuam no sentido de reforçar essa naturalização da desigualdade, como demonstra a frase de texto publicado no site da Rede Globo, ao relatar a atitude de Emerson Leão: “Em pleno mês de março, quando é comemorado o Dia Internacional da Mulher, o técnico Emerson Leão arrumou sarna para se coçar”. A frase alude às manifestações promovidas por Ongs que lutam pelos direitos das mulheres e a repórter definiu a atitude preconceituosa do técnico como “sarna para se coçar”. Se a mídia também atua no sentido de reforçar os estereótipos, preconceitos (velados ou não), nossa luta fica

Uma aventura em La Bombonera

Fabiola Obadovski Rosa, de Buenos Aires em 14/05/2007

Esta história aconteceu na semana passada, para ser mais precisa na segunda-feira, 30 de abril de 2007. Foi neste dia que embarquei para uma viagem à Argentina. O objetivo principal do deslocamento até a terra dos hermanos era o World Rally Championship (WRC). Todos os anos, uma das etapas do mundial de rally é realizada no país, pessoas de todos os cantos desembarcam na capital Buenos Aires e em Córdoba.

Eu e mais onze amigos resolvemos aproveitar a ida até a Argentina para desfrutar de alguns dias de passeio na capital. Enquanto isso, na América, continuava rolando a Copa Libertadores e para aquela semana - entre tantas partidas das oitavas-de-final - uma nos interessou diretamente: Boca contra Vélez, no estádio Alberto J. Armando, mais conhecido como La Bombonera. O confronto tinha data e horário: 2 de maio às 21h45. Não dava para estar lá em Buenos Aires no dia deste jogão e não comparecer.

Quarta-feira, às 21h30, todos prontos para ir ao estádio. Seguindo as recomendações da recepcionista do hotel, fomos de camisetas neutras, sem brincos, anéis, pulseiras, relógios, apenas dinheiro para o táxi, documentos de identidade e ingresso para a popular. O clima era de expectativa, porém, com um pouco de receio. Afinal de contas, muitos nos assustaram a respeito de ir para La Bombonera, famosa pelas brigas e a pressão da torcida.

Chegamos ao bairro La Boca e de longe já se ouvia o fervor. Após uma breve caminhada, está-

vamos em frente ao famoso palco do futebol. La Bombonera tem capacidade aproximada de 49 mil espectadores e de fora já impõe respeito. A construção me lembrava um formigueiro humano. Os lances de escadas que dão acesso às arquibancadas tiram o fôlego e os tijolos parecem se equilibrar em uma sobreposição de camadas. A impressão é que tudo foi empilhado e remendado durante a construção. Apenas o alambrado e alguns passos separam a torcida do campo. Parece mesmo uma imensa caixa de bombons, como sinaliza o apelido.

Chegamos um pouco atrasados e eufóricos. Passei as catracas e subi os lances de escadas no ritmo frenético da torcida do Boca - a turma não tinha preferência por nenhum time, mas achamos melhor ficar no meio dos donos da casa - e antes mesmo de chegar de fato aos nossos lugares, o caldeirão argentino veio abaixo. Aos 9 minutos, o time da casa abre o placar com um gol de Riquelme, craque da seleção argentina. O descontrole foi geral.

Estar no meio da torcida do Boca foi uma experiência única. Não tanto pelo time, afinal de contas meu coração bate forte por outro azul, mas pela paixão que move todos os torcedores argentinos e que me contagiou. A torcida do Boca Juniors é fanática e a popular cantou o jogo inteiro. Ensaiei cantar junto, quando não sabia acompanhava enrolando a língua no portunhol.

Nos outros dois gols da partida, pulamos no embalo: todos se abraçavam até mesmo quem não

nos conhecia. O placar final foi 3X0 para o time da casa, com gols de Riquelme, Palermo e Clemente Rodríguez. Ir até La Bombonera não foi o monstro que muitos falavam, apesar da rivalidade tudo foi tranquilo. Ninguém da popular saiu do estádio até que toda a torcida adversária – por sinal bem revoltada - fosse embora. Até os portões se abrirem foram uns 20 minutos parados. Conversamos com muita gente a nossa volta sempre solícitos e educados com a brasileirada. Como em qualquer lugar no mundo, é só tomar cuidado.

Eu voltei para o hotel rouca e satisfeita. Os 15 pesos foram bem investidos e o ingresso vai para o meu álbum junto com as fotos e recordações desta grande viagem.

Táticas de uma pesquisa esportiva

Fabiola Obadovski da Rosa em 28/05/2007

A pesquisa Jornalismo Esportivo no Vale do Itajaí - O perfil dos comunicadores da região teve início em agosto de 2006, com a orientação do professor Sandro Lauri Galarça. O objetivo do estudo é traçar um diagnóstico da cobertura esportiva respondendo a questões como: quem são os comunicadores? Como os veículos trabalham essa editoria? Qual o espaço dedicado a ela?

O primeiro passo foi ler e fichar o livro Jornalismo esportivo, do jornalista Paulo Vinícius Coelho. Através dele foi possível entender um pouco da história recente do jornalismo esportivo e ter um panorama de sua situação no Brasil. No início esta área enfrentou preconceitos nas redações, mas superou, ganhou espaço e notabilidade. Com isso, surgiram cadernos e jornais dedicados somente ao jornalismo esportivo, com leitores, ouvintes e telespectadores assíduos.

Mesmo com o destaque dos últimos anos, este campo ainda tem muito que crescer, principalmente no interior. Além disso, o mercado de trabalho tem espaço e carece de especialização. Os profissionais mais antigos e com maior experiência aprenderam o ofício no dia-a-dia, uma prática tradicional até então. Para comprovar tudo isso, as idéias são construídas com o recolhimento gradativo de depoimentos de jornalistas atuantes na área.

Cada meio tem suas especificidades - como nas emissoras de rádio, em que o mais freqüente é encontrar profissionais sem formação acadêmica em Jornalismo. Eles começaram na rádio em

funções longe das redações, por paixão, pela voz bonita ou por agarrar uma oportunidade foram parar no departamento de jornalismo.

Na televisão e no meio impresso, é mais comum encontrar jornalistas com formação acadêmica. São repórteres que cobriram algumas matérias e migraram para o esporte, ou iniciaram a carreira na área e não saíram mais. Paulo Vinícius Coelho já diagnosticou em seu livro: “É para ela que seguem os focos, novatos que chegam sedentos de trabalho e de crescimento profissional. É assim desde que o jornalismo escreveu sua primeira página. As portas de entrada para os novatos são a editoria de esportes e a de cidades”.

A cobertura do esporte na região, como em todo o país, ainda é pautada pelo futebol, isso porque a modalidade é paixão nacional e sinônimo de audiência. Contudo, as outras categorias conquistam aos poucos espaço e prestígio, principalmente nos jornais locais onde o esporte amador ganha destaque. Nas emissoras visitadas até agora foi possível perceber a divulgação de esportes prestigiados na região, como esportes ligados ao mar, por exemplo.

A pesquisa está em andamento, mas já é possível perceber a importância de mapear o perfil dos comunicadores de esporte da região. Com um diagnóstico final será possível definir os espaços a serem conquistados no mercado e abrir oportunidades para os novos jornalistas. Além disso, as carências dos profissionais que já trabalham na área poderão ser entendidas. Esta pesquisa é apenas um dos inúmeros passos que precisam ser dados para aperfeiçoar e melhorar a comunicação na área esportiva.

Seleção brasileira e identidade nacional

Valquíria Michela John em 18/06/2007

Lá se vão 26 anos sem Nelson Rodrigues, o cronista da identidade nacional brasileira. Nenhum outro mergulhou tão profundamente na nossa realidade cotidiana, corriqueira, o Brasil “como ele é”. Contemporâneo de uma época em que grandes intelectuais se dedicaram a pensar a identidade nacional, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Rodrigues mergulhou no Brasil de todos nós, expondo nossas qualidades e mazelas. Não por acaso, foi no futebol que encontrou muitos de seus personagens para destacar o valor de nossa mestiçagem, os problemas de nossa desigualdade e o mito de nossa democracia racial. E assim definiu o Brasil como a “pátria de chuteiras”.

A conquista da Copa do Mundo em 1958 retirou o Brasil da condição de vira-lata entre as noções, no olhar saudoso e patriota do cronista. Ele ainda viveu para ver o Brasil tri-campeão mundial, e morreu antes de sofrer com a derrota da mágica seleção de 1982, as cobranças de pênaltis em 1994, o fracasso na final de 1998, o ressurgimento em 2002 e o apagão de 2006. Coisas do futebol, da tragédia ao triunfo, da vitória à derrota sem explicação.

O futebol é parte marcante de nossa identidade nacional, um de seus principais símbolos, principalmente se levarmos em conta as idéias de Stuart Hall, que diz não haver construção de identidade, mas de identificações. Nem todo brasileiro ama futebol, mas todo brasileiro considera o Brasil a pátria mãe desse esporte.

Símbolos nacionais são construídos discursivamente para enfatizar uma idéia de nação unificada. Podem ser usados como instrumento de manipulação das massas, como o fez o presidente Médici com a seleção de 70, mas também são importantes para a construção de nossa idéia de pertencimento.

Talvez por isso tenha sido tão frustrante acompanhar nosso principal símbolo nacional nos últimos anos. A seleção canarinho já não representa o mesmo fascínio de outras épocas. E olha que nem posso ser acusada de ter um olhar nostálgico com relação ao passado porque não vi a seleção de 70 jogar, nem era nascida naquela época. Sou da geração 1994, que se já não tinha o brilho do futebol brasileiro, tinha ainda um espírito de equipe, de seleção. Sempre ouvi meu pai dizer que a seleção de 70 é a melhor de todos os tempos, de todos os países, não apenas porque tinha grandes jogadores, mas porque acima de tudo, não era uma soma de individualidades, mas um grupo, uma seleção.

Hoje temos um time montado com individualidades em uma atividade que é cada vez mais comércio e menos esporte. A seleção brasileira sempre representou para os jovens praticantes do futebol o sonho máximo a ser realizado. Hoje, aos 10, 12 anos nossos meninos já dizem que o sonho é jogar na Europa. Sim, apenas os meninos, porque para as meninas nem clube brasileiro tem pra jogar, então, o único sonho possível é o da Europa e dos EUA.

Não há nada mais triste para um apaixonado pelo futebol do que ouvir um jogador pedir dispensa da seleção. A amarelinha perdeu o seu brilho. Futebol é trabalho, é negócio, se está cansado, deixa a seleção pra lá, não se ganha nada com ela mesmo. O futebol pode ser o ópio do povo brasileiro, desviar sua atenção do cenário político e iludi-lo pelo sonho da visibilidade mundial, é fato. Porém, os mitos nos ajudam a explicar nossa existência, a confronta-la, são tão importantes quanto qualquer narrativa na nossa construção identitária. Precisamos de referências positivas, e a magia do futebol sempre teve um papel importante na nossa reafirmação como sujeitos e como nação. O futebol não resolve nossos problemas, também é fato, mas quando um de nossos principais traços culturais é absorvido pela lógica do consumo, certamente perdemos muito na nossa reafirmação como sujeitos, como membros de um grupo.

Há algum tempo a seleção brasileira vem perdendo seu significado como símbolo da identidade nacional. Quando se deixa de valorizar a importância de seu país numa prática cultural, é bastante provável que o mesmo de repita em todas as demais instâncias da vida social.

O brasileiro ainda ama o futebol, ainda vê no esporte traços de nossa mestiçagem, de nosso hibridismo cultural, de nossa capacidade de reinventar a vida. O mesmo já não vale, infelizmente, para os nossos jogadores de futebol. Dirigentes, patrocinadores, empresários, federações, essa é nova ordem do futebol. Enquanto isso, seu sentido simbólico, mítico, cultural efetivamente, está cada vez mais diluído diante das cifras do dólar e do euro. Como disse Bertold Bretch, infeliz do país que precisa de heróis. Mais infeliz ainda é aquele que os necessita e não os tem.

Espetáculo sem platéia

Taiana Steffen Eberle em 11/09/2007

Desde o surgimento das Olimpíadas, na Grécia Antiga, os vencedores das competições eram tidos como heróis. A superação, a determinação, a beleza e a perfeição sempre estiveram presentes na essência das disputas desportivas. E nunca foi diferente nos Jogos Pan-americanos.

Nas últimas semanas, acompanhamos nos meios de comunicação demonstrações de talento e determinação. O Rio de Janeiro foi palco de mais um cenário de competições especiais: os Jogos Parapan-americanos.

Criados em 1967, primeiramente chamados de Pan-americanos para Paraplégicos, as competições ao longo dos anos passaram a agregar outros atletas com deficiência, bem como novas modalidades. O primeiro evento oficial do Parapan foi realizado em 1999, na Cidade do México. De lá pra cá, houve mais duas realizações desses jogos: uma em 2003, na Argentina, e a terceira edição este ano, no Brasil.

Na competição atual, os brasileiros obtiveram a liderança no quadro de medalhas totalizando 228 delas: 83 de ouro, 68 de prata e 77 de bronze. Um resultado mais que surpreendente, pois nas competições do Pan-americano, o Brasil ocupou o terceiro lugar no ranking geral (64 medalhas de ouro, 40 de prata e 67 de bronze). Vários recordes mundiais foram quebrados por brasileiros na disputa para-americana e além disso, muitos atletas conquistaram vagas para as Paraolimpíadas de 2008, em Pequim.

Diferente das outras competições, o que vemos nestes jogos é a superação das dificuldades que substitui os ideais de beleza e perfeição. Neste caso o esporte é um método de inclusão e integração social, e nada melhor do que o uso dele para inserir na sociedade pessoas portadoras de alguma deficiência física ou mental.

Para que essa integração social ocorra, não basta apenas realizar e organizar as competições. É necessário que haja prestígio com o público. O reconhecimento e a valorização dos deficientes físicos e/ou deficientes intelectuais é o primeiro passo para a integração. Melhorar as condições de transporte para cadeirantes, construir rampas em lugares onde somente existem escadas e proporcionar informações em braile para deficientes visuais são pequenas modificações que a sociedade deve realizar.

A mídia pode contribuir de várias formas para a conscientização do público. A cobertura dos jogos Parapan é um exemplo disso. Mostrar para a população o desempenho desses atletas foi um pequeno, mas importante passo para o reconhecimento destes desportistas especiais.

Apesar da cobertura dos meios de comunicação, houve pouco comparecimento por parte do público, em especial se considerarmos que a entrada para as competições era gratuita.

Os jogos do Parapan, trouxeram exemplos de pessoas que venceram não somente as dificuldades impostas pelo próprio esporte, mas principalmente suas próprias limitações, superando suas deficiências e acima de tudo o preconceito da sociedade.

Os atletas parapan-americanos são capazes de ir além das dificuldades. Algo que muitas pessoas “normais” não conseguiriam. Sendo a inusitabilidade um dos valores-notícia mais importantes do jornalismo, a mídia deve cobrir a participação dos deficientes dentro da sociedade e acima de tudo, reconhecer o esforço realizado pelos mesmos. Afinal, não é comum quebrar recordes, muito menos se há limitação de seu próprio corpo. Se nas antigas Olimpíadas os atletas eram endeusados, nos jogos Paraolímpicos e Parapan-americanos, eles só querem ser valorizados.

TECNOMÍDIA

Inovações e novas tecnologias aplicadas na comunicação.

Blogosfera: o estado da coisa

Rogério Christoletti em 13/04/2007

Um aviso aos navegantes: este texto é altamente perecível. Claro que qualquer texto tem seu tempo de permanência, mas a advertência acima não é nem um pouco exagerada, já que meu assunto aqui é mais do dinâmico, quase volátil: a blogosfera. Dependendo de quando este texto for lido, muito do que for aqui encontrado será poeira e sombra...

Um estudo recente tenta dar conta do atual estado das coisas: *The State of Blogosphere*, produzido pelo Technorati. O site, que monitora blogs no mundo todo, trouxe à tona dados bem relevantes para se compreender o fenômeno:

- No começo deste mês de abril, já existiam no mundo mais de 70 milhões de blogs;
- Todos os dias, 120 mil novos blogs chegam à web;
- 1,4 blogs por segundo (!);
- Spamsesplogs (spamsemblogs) têm demonstrado queda desde dezembro do ano passado;
- Entre 2004 e 2006, a blogosfera dobrava de tamanho a cada sete meses;
- Por dia, são inseridos nos blogs 1,5 milhão de posts;
- Isto significa um novo post a cada 17 segundos;
- O japonês é o idioma mais presente na blogosfera: tem uma fatia de 37%;
- O inglês vem em segundo (36%), o chinês em terceiro (8%), italiano e espanhol em quarto (3%);
- O português tem uma presença de 2%, assim como o russo e o francês;

- O alemão representa 1%, como o farsi, idioma falado por 60 milhões de pessoas no Irã e mais um pouco na Armênia, Afeganistão, Iraque e outros países orientais. O que demonstra o crescimento da presença do mundo árabe na web;
- Tem crescido também o número de posts com tags, isto é, posts categorizados, que facilitam a busca e a organização dos conteúdos;

No Brasil, não existem dados consolidados sobre a blogosfera. No ano passado, especulou-se que os portais IG mais Globo.com hospedavam juntos um milhão de blogs, mas essa cifra não é confiável, além de ser datada. O UOL tem hoje mais de 210 mil blogs hospedados em seu portal, mas as taxas de crescimento não são reveladas.

Simples e fácil por natureza, o blog – aos dez anos de idade – já não é mais novidade, mas sua performance surpreende pela elasticidade dos dados, pela velocidade de seu crescimento e por sua capilaridade e extensão.

Afortunados

A onda blog provoca fenômenos empolgantes, mas a realidade é mais dura do que se pensa. Segundo o jornalista Ricardo Noblat, dono do blog jornalístico mais conhecido do país, apenas duas ou três pessoas vivem de seus blogs no Brasil. Noblat é um deles, mas durante quase dois anos viveu no vermelho. Começou no IG, teve seu passe comprado pelo Estadão e hoje está no Globo.com. Tem uma equipe enxuta para auxiliá-lo, com repórter, secretária e um moderador de comentá-

rios. “Nos Estados Unidos, há umas 40 pessoas, não mais que isso, que vivem de seus blogs”, disse Noblat em palestra que deu em Blumenau esta semana.

Tendências

O Programa UOL Bolsa Pesquisa promoveu, às vésperas do feriado de Páscoa, um workshop com seus 19 bolsistas. Restrito, o evento aconteceu em São Paulo e se apoiou basicamente na apresentação das investigações em curso. Pesquisadores de diversas partes do país – do Rio Grande do Sul ao Amazonas, de Santa Catarina a Minas Gerais – trocaram experiências e discutiram alguns dos resultados a que estão chegando seus estudos.

Notei três tendências básicas que têm marcado os interesses do UOL, de orientadores e bolsistas: a) Segurança: principalmente, desenvolvimento de sistemas de identificação, separação e exclusão de spams; b) Blogs e redes sociais; c) Preocupações com a Web 3.0: busca de imagens por seus próprios conteúdos, semantização de conteúdos, etc...

Ética

Tim O'Reilly, que criou a expressão “web 2.0”, criou uma polêmica na semana passada, com a proposição de um código de ética para blogueiros. O autor discute em seu blog a necessidade de estabelecimento de regras claras e comuns para os usuários da web no que tange, por exemplo, a postagem de conteúdos anônimos ou coisas do tipo. Nem todo o mundo gostou, mas a sugestão tem mobilizado diversos setores da blogosfera num debate sobre auto-regulação, liberdade de expressão e limites para a atuação no universo online.

Crise de identidade

Joel Minusculi em 30/04/2007

A criação de uma identidade dentro do mundo virtual é uma das possibilidades mais fascinantes da internet. Para ser ou não ser, o usuário só precisa criar um perfil ou participar como anônimo na interação da grande rede. Mas o que parece tão simples e fácil causa muitas discussões, principalmente na relação de confiança entre os usuários e o serviço.

Tudo começou com os bate-papos (chats) e o uso de codinomes (nicks). Nestes espaços, os usuários conversavam sobre os mais diversos assuntos, desde uma discussão sobre o final de um filme, até a confissão de desejos íntimos. Os apelidos eram como máscaras, para preservar a identidade e libertar de qualquer inibição naquela oportunidade.

Mais tarde, quando os usuários da internet começaram a deixar suas marcas na rede, os fóruns passaram por um processo parecido. Era possível para qualquer um fazer um cadastro, preencher um formulário de informações e participar. Nessa época, há o surgimento de perfis reais e falsos, estes últimos mais conhecidos como fakes.

Estas identidades inventadas seguiam o mesmo princípio dos apelidos, só que agora havia um registro fixo, como um documento virtual. Porém, sem um sistema eficiente para assegurar a veracidade dos dados preenchidos, se manteve a possibilidade de qualquer um poder mostrar ou ser qualquer coisa, somente com as intenções como limite.

O uso dos perfis falsos chegou até o Orkut, o maior site atual de relacionamentos virtuais. Nessa versão a prática serve, entre outras coisas, para propósitos mal intencionados, como agressões morais ou para corromper outros perfis de outros usuários. Estas ações causaram um revés na idéia de construção coletiva do conhecimento, que era a proposta inicial do site.

A liberdade caótica da internet impede muitas das formas de controle usadas no cotidiano real. Os dispositivos judiciais tentam criar leis que alcancem o mundo dos bytes. Enquanto isso, a solução encontrada foi criar mediadores nos serviços. Estes são como “xerifes”, que podem julgar ações e executar penas para os infratores, que variam entre a retirada de privilégios ou o banimento do serviço. Questão fácil de contornar para os mal intencionados, já que é possível criar outro cadastro, com uma nova identidade.

Novos meios

O problema ganha outras proporções quando as plataformas evoluem e viram necessidade na sociedade atual. Todas as ferramentas citadas foram agregadas a sistemas, como o Second Life e a Wikipedia. Com isso, o uso de identidades virtuais é mais uma vez posto à prova na personificação dos avatares e no conteúdo produzido por usuários dos mais diversos tipos. Ou seja, como saber realmente quem ou o que é a fonte consultada para determinados assuntos?

Mesmo com todas as dúvidas, há jornalistas que exploram este novo mundo para o exercício de sua profissão. Além da alta velocidade da grande rede entre os meios de comunicação, os benefícios incluem a possibilidade de contato com pessoas em todo o mundo, a maior flexibilidade de horários e a comodidade de colher informações em qualquer ponto com internet.

Exemplo disso foi a cobertura feita pela Wikipédia no atentado em Virgínia. Num curto espaço de tempo e com a contribuição de 2.074 editores, segundo a última contagem, o site criou um artigo detalhado e bem feito sobre o ocorrido e com mais de 140 notas separadas. Porém, caso um destes editores quisesse, parte das informações dispostas poderiam ser corrompidas, como aconteceu no recente caso Essjay.

No Second Life, o slogan “você pode ser qualquer um, fazer qualquer coisa e experimentar a total liberdade” abre um leque de possibilidades para os usuários. O sistema nega ser um jogo, mas muitas pessoas o encaram desta forma. Então, mais uma vez, entram em cena os fakes, agora com rostos e roupas modificáveis em um clique e suas mais diversas intenções.

Adam Pasik, jornalista da Reuters, usa seu alterego Adam Reuters na cobertura do mundo virtual para a agência. Sobre os avatares (personagens dos usuários dentro do Second Life) como nova categoria de fontes, ele confessa não ter como confirmar a identidade de quem controla a personificação virtual. “Todos os avatares são únicos, tenho certeza que estou falando com a mesma pessoa”, explica o jornalista.

Os jornalistas devem ter um cuidado redobrado nesta “virtualidade”, principalmente ao lidar com informações num mundo tão maleável.

Em todos os meios existem jogos de interesses, informações plantadas e manipulação de dados. A verdade, que é um dos principais fundamentos da imprensa, é configurável na versão on-line. A internet somente entra como um novo canal e, apesar dos bytes facilitarem em muito a vida, o fator humano não deve ser deixado de lado. Afinal, são as pessoas, com boas ou más intenções, que ainda apertam os botões e conduzem o mouse.

O novo canivete suíço

Carlos Eduardo Hock Selhorst em 07/05/2007

Dizer que os disquetes ficarão obsoletos dentro de alguns anos não é novidade, certo? Apesar de muito se falar nessa previsão, os discos flexíveis continuam por aí cumprindo o seu papel, com severas limitações. Assim como o ser humano evoluiu, a tecnologia anda a passos largos.

Um exemplo da evolução tecnológica é o ENIAC, considerado o primeiro computador do mundo. Ele podia realizar 5 mil operações por segundo, ocupava 180 m² de espaço e pesava cerca de 30 toneladas. Um absurdo comparado com os modernos notebooks, que são a menina dos olhos dos consumidores de computadores.

A bola da vez no campo de armazenamento de dados são os cada vez mais populares pendrives, ou flash disks. Tratam-se de pequenos equipamentos capazes de armazenar grande quantidade de dados (ultrapassam os 4 gigabytes) constituídos de memória flash. Esse aparelho é uma espécie de hard disk (HD) evoluído. Seguindo as tendências tecnológicas ele pode fazer tudo o que o seu antecessor fazia com um “algo mais” de usabilidade e com um tamanho menor.

Muitos viram no pen-drive o golpe de misericórdia na vida dos disquetes, porém os pens estão muito além disso. Eles são um pequeno passo na evolução do próprio computador e não dos discos flexíveis. Enfim, o que ficou obsoleto foi o próprio conceito de armazenamento. Não basta mais arquivar, tem que ter um plus.

De suposto sucessor de mídias de pequena capacidade, o pen-drive se transformou em uma opção para quem precisa ter um determinado aplicativo sempre a mão, ou melhor, no bolso. Quem nunca se encontrou em uma situação em que precisava de um programa específico, ou de uma página de internet que estava no “favoritos” do seu navegador, porém não estava com o seu computador? Esse é apenas um exemplo do novo mundo que se abriu com a criação dos aplicativos portáteis.

Mais do que uma evolução de mídia, trata-se de uma evolução nos softwares também. É crescente o número de programas disponíveis em versões portáteis (portables) para ser carregados dentro dos flash disks. As opções, mesmo que algumas em período de teste, são variadas. Vão desde leves editores de texto a programas pesados como os usados na edição de imagens. Já é possível encontrar inclusive tutoriais de como colocar sistemas operacionais, como o Linux e o Windows, em um pen-drive.

Esses programas ainda continuam no underground tecnológico, devido ao desinteresse dos grandes desenvolvedores de softwares em adequar suas tecnologias a versões portáteis. Muitas empresas já começaram a reconhecer o mercado em ascensão desse tipo de programa e já estão disponíveis versões do Nero, Photoshop e Corel, entre outros. Porém, do lado oposto aos das grandes empresas estão os usuários engajados que vêm nos “portables” uma oportunidade de popularizar os aplicativos open-source (com o código aberto).

A vantagem desses aplicativos é que qualquer pessoa pode melhorá-lo e distribuí-lo, pois todos têm acesso às licenças e ao código fonte do programa. Outro pró é o fato de que esses programas são livres, ou seja, isso significa que, mesmo se forem copiados por inúmeras pessoas, não haverá problemas de pirataria, pois são gratuitos.

Velhos conhecidos dos usuários Linux, programas como o Firefox (navegador de web), Thunderbird (leitor de e-mail), Open Office (pacote de aplicativos similar ao Microsoft Office) e o GIMP (editor de imagens e forte concorrente do Photoshop) ganharam versões portáteis. Mas a lista de portables vai além.

Ainda há muito a se evoluir no mundo dos portáteis, assim como no campo dos pen-drives. Porém, opções não faltam para tornar o flash disk em algo mais do que um mero sucessor dos disquetes. Para os que ficaram curiosos, existem sites com material voltado exclusivamente a esse tipo de programa, como o Portable Apps, Portable Freeware e o The Info Box.

Se na infância dos avôs desta geração os canivetes suíços eram sinônimos de versatilidade, os pen-drives são mais do que uma simples evolução.

Metamorfose binária

Joel Minusculi em 21/05/2007

Na internet, assim como na natureza, nada se perde e tudo se transforma, ou melhor, se configura. Os dados que transitam pelas redes são voláteis, não seguem um modelo tradicional e podem se apresentar na forma mais atraente aos usuários. A sociedade ainda dá seus primeiros passos nessa estrada pavimentada por seqüências numéricas e se deslumbra com as possibilidades disponíveis.

Antigamente, na visão dos já imersos na praticidade da grande rede mundial, para cada meio específico a informação tinha uma cara diferente. Nos impressos, o texto era predominante. O rádio surgiu com o áudio como plataforma exclusiva. Já a televisão apresentou através de imagens e movimentos a iniciativa mais precursora na conjugação dos modelos anteriores. Mas ainda faltava a interatividade.

Hoje, com a expressão “convergência de meios” na moda, a internet concentra a mídia e os bancos de dados em um único lugar, acessível de qualquer ponto com uma conexão. Mas não pára por aí, pois a internet desenvolveu seu sistema ao ponto de uma segunda versão, a 2.0, que incentiva a participação e a construção coletiva. Além disso, já é discutida a terceira geração desse meio, que surge como uma extensão dos gostos e vontades humanas dentro do mundo virtual.

É como se a internet fosse um cérebro da grande comunidade virtual, em que cada usuário faz o papel de um neurônio e a conexão dos impulsos elétricos entre as células. Esse sistema produz e absorve informações em larga escala, através das

plataformas que atuam como os sentidos humanos. A internet se consolida como um sistema de processamento e armazenagem. E, diferente dos outros meios, a informação contida neste espaço pode ser trabalhada de acordo com a vontade do internauta.

Os textos não precisam ser lineares. As idéias podem ser apresentadas de forma resumida, com o desdobramento de termos ou complementos através dos hyperlinks. Até a criação e manipulação desse tipo de conteúdo é dinâmica na internet, já que em poucos cliques, por exemplo, alguém pode copiar informações em um verbete da Wikipedia, colar em seu blog, cortar algumas sentenças que julga desnecessárias, mudar a ordem de outras e adicionar comentários pessoais. Neste processo, há a preservação da essência, mas não do estilo.

Sons e imagens servem de complemento e alternativa de expressão ao conteúdo do texto. Graças ao desenvolvimento da velocidade das redes, hoje é possível compartilhar com todo o mundo, praticamente em tempo real, um flagra de uma modelo famosa com o namorado na praia, por exemplo. E, depois disso, entrar em fóruns de discussão e trocar gracejos sobre a situação.

Graças à capacidade de replicação do conteúdo da rede, através de downloads e o famoso “ctrl+c e ctrl+v”, a informação é de certa forma eterna na rede. Além de poder estar hospedada em algum servidor, os próprios usuários podem ter cópias, sejam elas legais, ilegais ou open source. Tudo para disponibilizar mais tarde na melhor forma que o usuário precisar.

Esse panorama parece caótico sob qualquer ótica, já que a evolução geral corre a passos mais largos do que o reconhecimento científico de cada detalhe. Para o pleno aproveitamento das possibilidades variáveis, as pessoas que manipulam a informação com e na internet necessitam mais do que habilidade, precisam de consciência e perspectivas de sua aplicação para o mundo real.

É só clicar no play

Joel Minusculi em 28/05/2007

Enquanto os estudiosos ainda desenvolvem os conceitos de uma internet 3.0, os usuários já aproveitam as vantagens da versão atual. Nesta segunda geração da grande rede, o internauta não é mais um mero espectador, mas, sim, um protagonista. A participação é cada vez mais intensa, principalmente com o desenvolvimento de serviços que permitem a transposição do cotidiano para o meio eletrônico. Este fenômeno virtual, junto com a natural curiosidade humana pelo próximo, cria uma espécie de reality show e uma disputa pela popularidade.

Os primeiros blogs foram diários abertos para o mundo. Neles, as pessoas relatam seu cotidiano, para outros lerem e comentarem os fatos. Depois vieram os fotologs, com a mesma estratégia, só que apoiados em imagens. E, desde 2005, o YouTube é a principal referência ao oferecer hospedagem de vídeos – e, talvez, a realização do sonho das pessoas de se verem em uma “telinha”.

Em 2006, a revista americana Time elegeu o YouTube como a melhor invenção do ano por, entre outros motivos, “criar uma nova forma para milhões de pessoas se entreterem, se educarem e se chocarem de uma maneira como nunca foi vista”. Além disso, a diversidade de temas disponíveis é tão grande quanto a quantidade de usuários, cadastrados ou não, do serviço.

Como um canal disponível para qualquer um, o site virou uma plataforma para a fama. O conceito de “uma câmera na mão e uma idéia na cabeça” é aplicado em seu sentido mais inusita-

do, para com isso conquistar público e número de acessos. Surgem com isso verdadeiras pérolas, que vão desde recordações de família, até flagras indiscretos.

O YouTube é um fenômeno transformador, desde a política até a cultura pop. O site é uma das melhores soluções para veiculação de conteúdo, justamente por seu caráter popular e de fácil navegação, através da busca por tags dos assuntos relacionados. Iniciativas virtuais, como a Good Magazine, usam desta vantagem para apoiar seu conteúdo em multimídia, no sentido mais prático da construção coletiva do conhecimento. Porém, nem todos usam com esta consciência.

Como qualquer outro serviço, há o uso indevido, apoiado no fútil e supérfluo. Nesta categoria, estão os vídeos em estilo “paparazzo”, em que muitas celebridades temem os “micos” propagados. Com isso, entram em cena os dispositivos legais e institucionais, que tentam controlar o fluxo de informações vindo de todos os cantos do mundo. Exemplos disso são o bloqueio feito na China e a proibição dos soldados americanos de acessarem o serviço.

Diferente das estrelas que temem flagras indiscretos, as pessoas “comuns” oferecem um cardápio variado de atuações para impulsionar na corrida pelo sucesso. O resultado disso são produtos que viram motivos de piada, replicados por todos os meios. Há aqueles que vêm nestas categorias humoradas uma forma de alcançar a popularidade. Não que estejam errados, pois existe audiência para esse tipo de conteúdo.

Seja qual for a plataforma, cada vez mais o conceito de “fama” ou importância de um conteúdo parece descartável, em consequência da avalanche de informações recebidas pelos usuários a cada minuto. A questão é o tempo que isso dura e a representação dos fenômenos instantâneos dentro da sociedade. Isso, ou até as pessoas esquecerem com o próximo vídeo que ficar popular.

Qual é a melhor versão da vida?

Joel Minusculi em 18/06/2007

Uma das cenas mais intrigantes de Matrix acontece logo nos minutos iniciais do filme. O protagonista, Neo, está desacordado sobre seus computadores quando a campainha toca. Ao atender a porta, há um homem acompanhado de duas mulheres que pede um “material eletrônico”, para curtirem em uma festa. Neo sai de cena, para depois voltar com um Mini DVD. Os dois fecham negócio, com a palavra de que um não sabe da existência do outro. Não seria nada estranho, caso a cena não fosse montada como uma negociação entre um traficante e um usuário.

Simulacros e simulações. Estas duas palavras, além de darem nome a uma teoria e a um livro de Jean Baudrillard, estão cada vez mais presentes em nossa realidade. Estas ações são frutos de um movimento virtualizador do mundo, digno dos filmes de ficção científica. Tudo através de sensações artificiais, criadas com sintetizadores e imersão de sentidos. Mas a questão é: até que ponto vale a pena abandonar as sensações reais pelas virtuais?

Um marco dessa tendência, lançado há pouco tempo, foi o I-doser. Através desse programa, as pessoas podem ter a simulação de alguns efeitos físicos de drogas, através de sequências musicais emitidas pelos fones de ouvido – “bons fones de ouvido e estéreo”, segundo as instruções do programa. É possível se inebriar, por exemplo, com o efeito do álcool, e até com um poderoso psicotrópico chamado “A mão de Deus”. Tudo através de uma simulação mental que, segundo o site do ser-

viço, acontece porque as batidas sincronizam as ondas cerebrais para os usuários sentirem-se eufóricos, sedados ou para terem alucinações, como uma hipnose induzida.

Ainda nas simulações sonoras, um trecho de uma atração da Disney é popular atualmente na blogosfera. O arquivo que caiu na grande rede mostra o nível dessa tecnologia. É o Virtual Barbershop, onde usuário é submetido a um corte de cabelo, com direito a um barbeiro francês e música ambiente. Quando o usuário “entra na onda”, o efeito é surpreendente: ouvem-se passos e ruídos no ambiente, com noção de profundidade e movimento ao redor do corpo, enquanto o barbeiro faz seu serviço e “conversa com o usuário” – além da sensação de que a qualquer minuto uma tesoura vai cortar a ponta de uma da orelha. Mais uma vez a percepção enganada, tudo propiciado por uma técnica chamada binaural recording, sintonizar áudio para esse fim.

O Second Life é uma tentativa, como o próprio nome deduz, de criar uma segunda vida para os usuários. Foi uma das iniciativas mais populares justamente por negar ser um jogo. Aqui é a imagem do avatar, uma personificação gráfica do internauta no virtual, moldada pela vontade do internauta, que conquista o desejo em apenas alguns cliques. A projeção eletrônica pode interagir com todos os outros elementos do seu mundo. Segundo os desenvolvedores desses sistemas, quanto mais perto da realidade, mais longe dos simples jogos eletrônicos, baseados no fantástico.

Os estudos da web 3.0 definem estratégias para as máquinas relacionarem nossos gostos e desejos com o seu conteúdo, para apresentar somente aquilo que procuramos. A professora do curso de pós-graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Giselle Beiquelman, em seu livro “Linke-se” define os rumos da informação nessa era. No texto “Sociedade Anônima”, a autora mostra como as plataformas usam os dados obtidos dos usuários, para reverter tudo em um processo de marketing mais efetivo.

Sobre as projeções de futuro, feitas com experiências já em andamento no nosso presente, Beiquelman ressalta duas vertentes da comunicação: na Publicidade e da Propaganda os spams nos e-mails e banners nos sites visitados que buscam informações dos usuários para serem personalizados; já para o jornalismo e mídia em geral é o RSS que faz a informação ir até o leitor, filtrada, mais uma vez, por uma série de preferências e gostos.

Estas inovações estão em um ritmo evolutivo tão rápido, que as pessoas não têm tempo de julgar a repercussão disso na vida real. É como se o virtual fosse a nova fantasia das pessoas, onde estes ambientes simulados e ao gosto dos usuários são como a “Terra dos brinquedos”, do clássico Pi-nóquio. Tomara que a alienação não seja o fim.

De post em post a blogosfera ganha espaço

Joel Minusculi em 02/07/2007

Assim como a sociedade é dividida em grupos, a internet tem seu conteúdo organizado em segmentos específicos, de acordo com o gosto de seus internautas. A estratégia, junto com os motores de busca, facilita o acesso rápido aos dados e aproxima usuários em círculos de interesses. Entre os muitos serviços disponíveis no mundo virtual, os blogs são um fenômeno participativo e um dos exemplos mais práticos da estratégia de grupo com a chamada blogosfera.

O termo representa o coletivo dos diários virtuais, weblogs, e foi usado pela primeira vez em 10 de setembro de 1999, no blog de Brad L. Graham, como uma piada: “Goodbye, cyberspace! Hello, blogiverse! Blogosphere? Blogmos? Imagine billions and billions and billions of blogs...”. Anos mais tarde, o escritor William Quick postou em seu blog: “I propose a name for the intellectual cyberspace we bloggers occupy: the Blogosphere”. A partir disso, a informação propagou pelo mundo virtual como um meme – uma idéia que se espalha através da multiplicação, similar aos genes da memória.

A comunidade que desenvolve conteúdo por postagens é crescente, como mostra o filósofo da informação Pierre Lévy em seu livro *As árvores do conhecimento*. Segundo o autor, “as redes de computadores carregam uma grande quantidade de tecnologias intelectuais que aumentam e modificam a maioria das nossas capacidades cognitivas”. A idéia representa a construção coletiva do conhecimento, que ganhou força com a web 2.0 e

a possibilidade das pessoas participarem com seus pontos de vista – por isso a internet é considerada um meio democrático, como discutido no artigo *La internet, el acceso a las informaciones y las nuevas formas de organización del cotidiano*.

Os blogs entram como uma vitrine de idéias para o meio virtual. Enquanto eles são apenas a mensagem exposta através de multimídia, a blogosfera é o fenômeno das relações entre blogueiros. Isso acontece através dos hyperlinks, principais apoios dos textos virtuais, que remetem e desenvolvem os conteúdos dentro de uma rede ligada por idéias relacionadas. O exemplo prático está inserido neste texto, em cada palavra grifada em azul, em que com apenas um clique sobre elas faz o usuário “navegar” através de uma rede de pensamentos.

Na dinâmica dos hyperlinks há duas possibilidades: prender o internauta dentro de um círculo restrito e auto-suficiente de conteúdo (que pode ser do mesmo local da publicação principal) ou expandir para o maior número de links externos possíveis (neste caso, podem ser direcionados para qualquer assunto dentro da grande esfera dos blogs).

No quesito monitoramento e organização da blogosfera, há vários serviços como o Technorati, dos Estados Unidos, o BlogBlogs, do Brasil, que disponibilizam estatísticas e informações úteis para esse mundo de posts. Eles identificam interconexões, assuntos relacionados e uma lista completa de categorias que abrangem os blogs.

Apesar de ter ultrapassado os dez anos, a blogosfera somente ganhou espaço nas discussões quando as pessoas começaram a usar os blogs como um meio de propagação de idéias, além do simples relato diário de suas atividades. Já a imprensa, ainda com o peso da confiabilidade da informação, tem nesse meio uma nova maneira de comunicar e buscar informações – principalmente quando é discutido o futuro da mídia, em que o desafio estará em adaptar a mesma informação para as diversas plataformas disponíveis.

Entre todos os conceitos e possibilidades, a melhor forma de entender a blogosfera e tudo o que um blog representa ainda é participar desse fenômeno cibercultural. Há vários serviços, como o Wordpress e o Blogspot, que disponibilizam espaço para a postagem dos mais diversos assuntos e nas mais variadas formas. A partir disso, com a mobilização das pessoas dentro da nova esfera social que representa a blogosfera, será possível tornar reais as projeções feitas para o mundo virtual pelo Monsieur Lévy.

Para entrar e não cair na rede

Joel Minusculi em 11/09/2007

A professora entra na sala de aula, abre seu material e inicia a aula. Os alunos já estão em suas carteiras, com seus respectivos laptops e conectados a uma rede wireless. A aula é sobre geografia e sobre as divisões continentais. Os alunos prontamente baixam e instalam o Google Earth. A professora dá algumas instruções sobre o uso do programa, através do uso de latitude, longitude e noções de pontos cardeais. O mundo está bem na frente dos olhos de todos.

A situação acima é o ideal que as iniciativas de inclusão digital buscam principalmente com crianças em idade escolar. Um dos projetos mais conhecidos nesse sentido é o One laptop per children – OLPC (Um laptop por criança). A distribuição acontece através da venda do equipamento básico para os países participantes, para serem distribuídos através do ministério da educação. Porém, os resultados obtidos com a ação não são satisfatórios e fogem do caráter pedagógico esperado.

Um projeto para várias realidades

Nos países em que o projeto está em ação, que vai dos Estados Unidos a Nigéria, muitos alunos usam o equipamento recebido para colar em provas, fazer download de pornografia, se distrair em chats ou páginas de relacionamento e, até mesmo, invadirem sites. O que foi criado para preparar as novas gerações para um admirável mundo novo tecnológico gera várias discussões sobre a legitimidade do projeto e a dinâmica adotada para sua aplicação.

“É um projeto de educação, não um projeto de laptop”, declara o fundador do OLPC, Nicholas Negroponte no site da iniciativa. Lá, é possível encontrar também as especificações técnicas do hardware e software utilizados nos modelos distribuídos. No mesmo endereço ainda há dados do progresso e, em conjunto, um wiki dedicada ao assunto. Dentro do wiki há uma espécie de serviço de clipagem de notícias relacionadas ao projeto. Porém, não há matérias relacionadas com o não progresso da idéia.

Na Liverpool High School dos Estados Unidos, o presidente do conselho escolar, Mark Lawson, afirma que “depois de sete anos, não há literalmente nenhuma evidência de que o programa teve algum impacto no aprendizado dos estudantes – nenhuma” – em matéria publicada no portal G1, em 06/05/2007. Assim como a Índia cogitou descartar sua participação no projeto OLPC, por classificar os equipamentos com “ferramentas fantasiosas”, porém, ainda está no programa – em matéria publicada no IDG Now! em 28 de julho de 2006.

O governo brasileiro estuda o OLPC, que aqui ficou conhecido como o “laptop de US\$ 100”, desde 2005. Entre os fatores que ainda impedem o início da distribuição é a discussão burocrática da produção. Um dos fatos mais intrigantes nesse sentido foi que a Intel – maior produtora de chips do mundo –, disputava com organizações, como a OLPC, o fornecimento de laptops para os países. Agora, depois de um acordo, a Intel firmou parceria com a OLPC na produção dos equipamentos.

Vários outros aspectos técnicos são considerados para a implantação do OLPC. Porém, não há iniciativas relativas à capacitação de educadores para lecionar com os aparelhos ou na preparação dos alunos para o vislumbre de possibilidades da internet.

Educação deve ir além da técnica

Os laptops com acesso à internet não são meros instrumentos no ensino, como as calculadoras. Eles abrem uma janela para um mundo em que os usuários podem mergulhar fundo nas possibilidades através dos links. As informações seguem um fluxo acelerado e que atingem, sem distinção, quem estiver na frente da tela. Com isso, há o encaminhamento dos usuários para os mais variados destinos.

A capacitação técnica e uma série de didáticas seriam os primeiros passos para a inserção no novo mundo virtual. Entre as estratégias, seria interessante a aplicação de atividades que direcionem o aluno dentro de uma lógica de aprendizado, para então obter os resultados. Porém, nenhuma medida é mais eficaz do que o acompanhamento constante no desenvolvimento das crianças no mundo virtual – como em qualquer outro aspecto de suas vidas. A preocupação com o ensino como um todo, não só com a parte tecnológica e de suporte, traria os verdadeiros resultados esperados: a integração dos contemplados do projeto OLPC com a web e o consequente desenvolvimento pessoal no mundo informatizado.

É muito fácil usar um serviço de busca, como o Google, digitar a dúvida, ser prontamente atendido e pensar que a primeira resposta que encontrar é suficiente. Como explica o professor do Instituto de Matemática e Estatísticas da Universidade de São Paulo (IME-USP), Valdemar

Setzer, “O computador oferece uma educação mecanizada que pode ser prejudicial à formação dos alunos”. Ou seja, ainda são pessoas que apertam os botões e essas, além de tudo, devem saber pensar como fazer isso da maneira mais construtiva possível.

Um ditado popular serve de metáfora e lição de moral para os resultados inesperados do projeto: “Não basta dar o peixe, é preciso ensinar a pescar”. Os problemas evidenciados mostram que a tecnologia é usada como uma solução imediatista, como tantas outras de inclusão social e atendimento de necessidades. Sem o devido acompanhamento por parte dos responsáveis e aplicadores de ações, qualquer projeto corre o risco de não acontecer como o esperado.

Para ver mais:

One laptop per Child
<http://www.laptop.org/>

Site oficial do projeto de inclusão digital para crianças.

Classmate PC
<http://www.classmatepc.com/>
Outro projeto de inclusão digital para crianças em idade escolar.

Considerações sobre o projeto “Um Laptop por Criança”
<http://www.ime.usp.br/~vwsetzer/um-laptop-por-crianca.html>

Relatório escrito professor do Instituto de Matemática e Estatísticas da Universidade de São Paulo (IME-USP), Valdemar W. Setzer com críticas ao projeto OLPC.

Laptops não servem para a inclusão digital
<http://idgnow.uol.com.br/internet/2007/06/19/>

idgnoticia.2007-06-19.9091114767/

Entrevista com o vice-presidente executivo e administrador geral do grupo de marketing e vendas da Intel, sobre os projetos de inclusão digital.

OLPCitizen - Um Laptop Por Cidadão

<http://olpcitizen.blogspot.com/>

Blog que reúne todas as notícias relacionadas a projetos de inclusão digital e democracia cibernática, mantido pelo jornalista José Antonio Meira da Rocha.

Evolução de telespectador para usuário

Joel Minusculi em 05/11/2007

O site oficial da TV Digital (DTV) no Brasil faz sua contagem regressiva para a primeira transmissão do formato, enquanto muitas pessoas ainda tentam entender a revolução que o sistema proporcionará aos telespectadores. O conceito digital está na moda, principalmente pelas muitas iniciativas que surgem para inserir a sociedade neste novo mundo. Mas será que a população brasileira está pronta para essa nova forma de ver televisão?

No Brasil, 87,7% das residências possuem aparelhos de TV. A televisão é a principal fonte de informação e diversão de milhões de brasileiros. Desde a sua implantação há mais de 50 anos, ela foi utilizada como um instrumento para propagar mensagens para as massas. Tanto que os primeiros aparelhos eram subsidiados pelo governo. Além disso, o sinal de televisão é uma concessão pública, que pode ser explorada comercialmente, mas, segundo a lei, tem que oferecer qualidade à população.

O tempo trouxe desenvolvimento à tecnologia dos aparelhos de TV e à forma de fazer a programação. As cores revolucionaram os televisores, quando o assunto foi a maior aproximação com a realidade. De lá para cá, surgiu uma série de aparelhos tecnológicos que transformaram a recepção dos programas televisivos nos lares: aparelhos de tela plana, de plasma e LCD e, além da parte física, a forma de recepção de sinal também teve avanços, indo das antenas internas e das velhas “espinhas de peixe” até o sistema via satélite.

Mas é na nova tecnologia digital que está o maior avanço, que é, além da melhor qualidade de sinal, o da interatividade.

A história da televisão digital começa nos anos 1970, quando a direção da rede pública de TV do Japão, Nippon Hoso Kyokai (NHK), juntamente com um consórcio de 100 estações comerciais, deram carta branca aos cientistas do NHK Science & Technical Research Laboratories para desenvolver uma TV de alta definição (que seria chamada de HDTV). No Brasil, o Governo decidiu realizar uma pesquisa para ter sua própria tecnologia para a TV digital, com o objetivo de escolher o padrão mais adequado à nossa realidade.

O sinal analógico ficou obsoleto diante da capacidade de transmissão de dados do formato digital. Para resumir os muitos detalhes técnicos que definem as diferenças entre o sinal analógico e o digital, o novo padrão tem a capacidade quadruplicada no envio de informações, além de ter um sinal contínuo, ou seja, maior qualidade na imagem, melhor do que a do DVD – esse último tópico somente será aproveitado plenamente em aparelhos com suporte para alta definição e som.

A questão é que o analógico, mesmo com o mínimo de sinal, ainda mantém uma imagem distorcida e com ruídos, aquela imagem com fantasma, que muitas vezes deixa os personagens irreconhecíveis. O digital a partir do momento em que o sinal é fraco, fica impossibilitada a recepção nos aparelhos. Na Wikipedia, há uma lista das Inovações Técnicas e Tecnológicas do sistema digital de TV.

O Gerente de Planejamento de Soluções da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, Giovanni Moura de Holanda, apresenta em seu texto “Os desafios da TV Digital no Brasil: Interatividade e Inclusão”, idéias que questionam a implantação do sistema. Segundo ele, cerca de 80% dos brasileiros podem ser considerados digitalmente excluídos. Estes fazem parte da vertente do Analfabetismo Tecnológico, que, assim como o analfabetismo tradicional, impossibilita o contato dessas pessoas com o mundo através de uma plataforma – no caso, através dos diversos aparelhos e sistemas e informação. Essa relação entre pessoas e aparelhos chama-se interatividade.

A interatividade é a grande marca do sistema digital de televisão. Muito mais do que permitir comprar coisas sem usar o telefone e votar em pesquisas, vai alterar também a forma de fazer TV, pois a relação entre emissor e receptor tende a se tornar recíproca. O usuário terá participação significativa na construção do conhecimento, pois a programação será vista de acordo com o gosto de cada um.

É nessa absorção de uma nova linguagem televisiva que está a questão principal da aceitação do serviço. O telespectador passa a ser um usuário, em que a interatividade junto com as novas formas de ação e relação com a informação rege a interpretação do mundo. Porém, as campanhas vistas para a população em geral não desmistificam a questão de como lidar com o novo sistema.

Mesmo o celular, considerado o aparelho mais bem sucedido da história, ainda guarda muitos segredos de funcionalidade aos seus usuários. Poucas pessoas aproveitam todos os recursos disponíveis, ou por falta de necessidade ou por inaptidão. As projeções de futuro mostraram uma

sociedade munida de smartphones e iPhones que até mesmo fazem ligações. O detalhe está em quantas pessoas vão mesmo aproveitar o que têm em mãos.

A televisão digital pode chegar à mesma situação dos celulares. Seria como se as pessoas tivessem um carro possante e potente na garagem, mas só ficassem admirando o belo design. A revolução digital proposta por governos e responsáveis pelo projeto deve ter, além de iniciativas de inclusão e o custeio da parte física, projetos que contemplam a educação para essa nova forma de ver uma conhecida mídia.

Dúvidas como a relação entre custos e funcionalidades, além do maior entendimento das produtoras de informações sobre os futuros usuários, ainda rondam os círculos de discussão da televisão digital no Brasil. Por enquanto, a única certeza é que o marco dessa revolução acontecerá no dia 2 de dezembro desse ano, com a primeira transmissão para o estado de São Paulo.

MONITOR DE MÍDIA
WWW.UNIVALI.BR/MONITOR